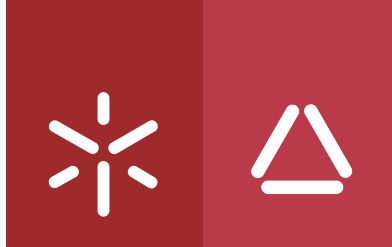


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Evandro Miguel Lopes Tavares Semedo

**Turismo Cultural e Desenvolvimento Local:
Um estudo sobre o concelho do Tarrafal,
Cabo Verde**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Evandro Miguel Lopes Tavares Semedo

**Turismo Cultural e Desenvolvimento Local:
Um estudo sobre o concelho do Tarrafal,
Cabo Verde**

Dissertação de Mestrado em Património e Turismo Cultural

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor José Manuel Morais Lopes Cordeiro

julho de 2013

DECLARAÇÃO

Nome: Evandro Miguel Lopes Tavares Semedo

Endereço eletrónico: evandro_west@hotmail.com

Telefone: 961337806

N.º do Passaporte: J351957

Título da dissertação: Turismo Cultural e Desenvolvimento Local: Um estudo sobre o concelho do Tarrafal, Cabo Verde.

Orientadores:

Professora Doutor José Manuel Morais Lopes Cordeiro

Ano de conclusão: 2013

Ramo de Conhecimento do Mestrado:

Património e Turismo Cultural

É AUTORIZADA APENAS A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE, PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ____/ ____/ 2013.

Assinatura: _____

Dedicatória

Dedico este trabalho à memória da minha mãe, que apesar da sua ausência física, continuará sempre viva no meu coração.

A Ti Pai, pelo grande homem que és.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus e a todos aqueles que em diferentes graus e dimensões, me acompanharam durante o meu percurso académico.

Ao Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro, por ter aceitado o convite para orientar esta dissertação, pelas reflexões críticas que oportunamente soube dar e pela sua disponibilidade e atenção.

A todos os meus colegas do Mestrado em especial a Neusa Amarante e ao David Vieira pelo apoio e pelas partilhas ao longo desses dois anos.

Ao Sr. José Carvalho pelas sugestões e críticas que foram muito importantes neste trabalho.

O meu reconhecimento ao Dr. Francisco Mendes, pela atenção e por todo o apoio prestado.

Ao Sr. José Brito e ao Sr. Gilberto pela atenção e por todo o apoio dado durante a recolha de dados.

Ao meu amigo Paulo e toda a sua família que me acolheram no Tarrafal neste período de trabalho.

A todas as pessoas que participaram neste estudo, pela disponibilidade e forma atenciosa com que me receberam, em especial á Sra Nair, Sr. Damata e ao Sr. José Soares.

Aos meus pais, por todo o apoio, aos meus irmãos pela paciência e disponibilidade prestadas e a todos os meus familiares em geral.

À Janilsa (Riseth), um especial agradecimento pelo apoio incondicional demonstrado incessantemente e por estar sempre disponível no que for preciso.

A todos os meus amigos, por todos os momentos de companheirismo, pelas palavras amigas, pelo incentivo nos momentos menos bons, pelas alegrias e frustrações partilhadas.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente fizeram parte desta etapa e me apoiaram na realização deste projeto, o meu sincero agradecimento.

Resumo

Este trabalho tem como o objetivo central analisar o potencial do turismo cultural no Tarrafal e compreender o seu papel na valorização do património e no desenvolvimento local. Procurou-se estudar a perceção dos agentes institucionais, a perceção dos residentes, o perfil dos turistas, a perceção dos alojamentos e dos restaurantes e as suas características.

Com a globalização, as diversidades culturais emergem como elementos diferenciadores e dinamizadores do turismo. O turismo cultural tem despertado cada vez mais interesse no palco internacional, revelando-se como um grande veículo estratégico que promove o desenvolvimento local através da valorização do património, mantendo-o conservado, vivo e valorizado.

O Concelho do Tarrafal localiza-se na parte norte da ilha de Santiago, a uma distância de 75 quilómetros da cidade da Praia (capital de Cabo Verde). Ocupa uma superfície de 112,4 Km², representando assim cerca de 11% da área total da ilha de Santiago e 2,8% do território nacional. Possui cerca de 18.565 habitantes, cuja maioria é representada pela população feminina.

Este concelho possui um conjunto de recursos culturais de grande interesse turístico que podem contribuir para a diversificação da oferta e transformar o concelho num destino turístico de qualidade, promovendo a melhoria das condições de vida da população como também a sustentabilidade do próprio setor.

Este tipo de turismo promove além da apreciação dos objetos, infraestruturas e entre outras formas culturais, a interação entre os turistas e a própria comunidade, entre o setor público e o privado e entre o turismo e a cultura.

Palavras-chave: Cabo Verde, Tarrafal, Turismo, Turismo Cultural, Património Cultural, Desenvolvimento local.

Abstract

This study is aimed at examining the potential of cultural tourism in Tarrafal and understands their role in the promotion of cultural heritage and local development. Tried to study the perception of institutional actors, the perception of residents, the profile of tourists, the perception of accommodation and restaurants and their characteristics.

With globalization, cultural diversity emerge as differentiating elements and boosting the tourist. Cultural tourism has aroused increasing interest in international affairs, revealing itself as a major strategic vehicle that promotes local development through the promotion of cultural heritage preserved by keeping them alive and valued.

The County Tarrafal located in the northern part of the island of Santiago, at a distance of 75 kilometers from the city of Praia (capital of Cape Verde). It occupies an area of 112.4 km², representing about 11% of the total area of the island of Santiago and 2.8% of the national territory. It has about 18,565 inhabitants, most of whom are represented by the female population.

This county has a set of cultural resources of great tourist interest that may contribute to the diversification and turn the county into a quality tourist destination, promoting the improvement of living conditions of the population as well as the sustainability of the sector itself.

This kind of tourism promotes the appreciation of objects beyond, and infrastructure among other cultural forms, the interaction between the tourists and the community, between the public and private sector and between tourism and culture.

Keywords: Cape Verde, Tarrafal, Tourism, Cultural Tourism, Cultural Heritage, Local Development.

Índice Geral

DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS.....	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	IX
ÍNDICE DE IMAGENS.....	XIII
ÍNDICE DE TABELAS	XIII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XIII
LISTA DE ABREVIATURAS	XV
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
CAPÍTULO I.....	5
1. Turismo: a contextualização histórica e os impactos.....	5
1.1 Abordagem histórica do conceito de turismo	5
1.2 Impactos do turismo	10
1.2.1 Impactos económicos do turismo	11
1.2.2 Impactos ambientais do turismo	12
1.2.3 Impactos socioculturais do turismo	14
CAPÍTULO II	16
2. O turismo cultural e o seu contributo na promoção do património e no desenvolvimento local.....	16
2.1 O desenvolvimento sustentável	16
2.2 O turismo sustentável	19
2.3 O património cultural	22
2.4 Do turismo de massas ao turismo cultural.....	24
2.5 O Turismo cultural e a sua importância no desenvolvimento local	26
2.6 Da política do turismo cultural à gestão e valorização do património	29
PARTE II: ESTUDO DE CASO: O CONCELHO DO TARRAFAL ..	32
CAPÍTULO III.....	32
3. Contextualização do objeto do estudo.....	32
3.1 Breve apresentação de Cabo Verde.....	32
3.2 O acordar do turismo em Cabo Verde e o seu contributo para o desenvolvimento do país.....	35
3.3 Caracterização do Tarrafal.....	39
3.3.1 As atividades económicas no Tarrafal	40
3.3.2 O turismo no Tarrafal.....	42

3.3.3 Recursos culturais com potencial turístico no Tarrafal.....	44
3.3.3.1 Monumentos religiosos e civis	45
3.3.3.2 A gastronomia.....	46
3.3.3.3 O artesanato	46
3.3.3.4 As festas e romarias	46
3.3.3.5 A música.....	47
3.3.3.6 Centros de exposições artísticas e de organização de eventos	47
3.3.3.7 O Campo de Concentração do Tarrafal.....	48
CAPÍTULO IV	59
4. Metodologia da investigação	59
4.1 Objetivos do Estudo	59
4.1.1 Objetivo Geral:	59
4.1.2 Objetivos Específicos:.....	59
4.2 Caracterização da amostra	60
4.3 Instrumentos de recolha de dados	62
4.3.1 A Entrevista	62
4.3.2 O Questionário	63
4.3.2.1 Questionário aos Turistas	64
4.3.2.2 Questionário aos Residentes	65
4.3.2.3 Questionário aos alojamentos turísticos.....	65
4.3.2.4 Questionário aos restaurantes	66
4.4 Procedimentos.....	67
CAPÍTULO V	69
5. Apresentação e análise dos resultados	69
5.1 Apresentação dos resultados.....	69
5.1.1 Perceção dos agentes institucionais	69
5.1.2 Perfil dos turistas	76
5.1.3 Perceção da população local.....	81
5.1.4 Característica e perceção dos alojamentos turísticos	90
5.1.5 Característica e perceção dos restaurantes	96
5.1.6 Análise Comparativa entre os Restaurantes e os Alojamentos	101
5.2 Análise dos resultados	105
CAPÍTULO VI.....	111
6. Considerações finais e recomendações	111
BIBLIOGRAFIA	115
ANEXOS:.....	130

Índice de Imagens

Imagem 1: Cabo Verde (Fonte: Google Maps)	32
Imagem 2: Localização do Tarrafal (Google Maps).....	39

Índice de Tabelas

Tabela 1: Distribuição dos turistas por sexo.....	61
Tabela 2: Distribuição dos residentes por sexo	61
Tabela 3: Distribuição dos alojamentos por tipo	62

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição dos turistas por género	76
Gráfico 2 – Distribuição dos turistas por nacionalidade.....	77
Gráfico 3 – Distribuição dos turistas por estado civil	77
Gráfico 4 – Distribuição dos turistas por faixa etária.....	78
Gráfico 5 – Distribuição dos turistas por habilitações literárias.....	78
Gráfico 6 - Preferências de lazer dos turistas entrevistados (em número de pessoas).	79
Gráfico 7 - Tempo de estadia médio.	79
Gráfico 8 - Meio de hospedagem	80
Gráfico 9 - Grau de satisfação com a visita ao Tarrafal	80
Gráfico 10 – Distribuição dos residentes por género	81
Gráfico 11 – Distribuição dos residentes por faixa etária	81
Gráfico 12 - Estado civil das pessoas locais entrevistadas.	82
Gráfico 13 - Habilitações literárias das pessoas entrevistadas.	82
Gráfico 14 - Percepção dos residentes em relação ao potencial do turismo cultural no Tarrafal	83
Gráfico 15 - Percepção dos residentes em relação ao incentivo da autarquia à população	83
Gráfico 16 - Percepção da comunidade sobre a importância da sua participação na gestão do turismo cultural	84
Gráfico 17 - Comparação entre a percepção das comunidade sobre o incentivo da autarquia e a percepção sobre a importância da sua participação na gestão do turismo cultural.....	84

Gráfico 18 - Percepção dos residentes sobre a relação entre os turistas e a população _____	85
Gráfico 19 - Nível de conhecimento da população sobre a história do campo de concentração _____	85
Gráfico 20 – Participação da comunidade em reunião, conferência ou workshop sobre a gestão do património _____	86
Gráfico 21 - Participação da comunidade em actividades no campo de concentração _____	86
Gráfico 31 - Nº de trabalhadores nos alojamentos turísticos, por habilitações literárias _____	91
Gráfico 43 – Distribuição da procura turística (nº de referências mensais) _____	98

Lista de Abreviaturas

- CCCT – Coordenador do Campo de Concentração Tarrafal
- CI – Cabo Verde Investimentos
- CMTS- Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago
- CV- Cabo Verde
- CVE – Escudos Cabo-verdianos
- DGT- Direcção-Geral do Turismo
- d.s- Desenvolvimento Sustentável
- ENDS- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
- ICOMOS- Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios
- IDE- Investimento Direto Estrangeiro
- IIPC- Instituto da Investigação do Património Culturais
- INE- Instituto Nacional de Estatística
- IUCN- *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources*
- MECC- Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade
- ODM — Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
- OMT- Organização Mundial do Turismo
- ONG – Organização Não Governamental
- PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PIB- Produto Interno Bruto
- RCT – Responsável Cultura Tarrafal
- RTT – Responsável Turismo Tarrafal
- SPSS- *Statistical Package for Social Sciences*
- t.s- Turismo Sustentável
- UE- União Europeia

UNESCO- *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (União das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura)

UNEP- *United Nations Environment Programme* (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

WCED- *World Commission on Environment and Development* (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento)

WTO- *World Tourism Organization* (também OMT)

ZDTI's – Zona de Desenvolvimento Turístico Integrado

ZRPT's- Zonas de Reserva e Proteção Turística

ZTE's- Zonas Turísticas Especiais

Introdução

Esta dissertação que se realiza no âmbito do Mestrado em Património e Turismo Cultural do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho tem como propósito analisar o potencial do turismo cultural no Tarrafal e compreender o seu papel na valorização do património e no desenvolvimento local.

O turismo é um dos setores económicos que, nas últimas décadas, mais tem contribuído para o desenvolvimento, desempenhando um papel incontestável na economia mundial com envolvimento direto no produto interno bruto.

Em Cabo Verde, os dados do INE evidenciam que o turismo é um dos principais setores económicos do país e um dos grandes eixos de desenvolvimento. Em 2011, registaram-se cerca de 195 estabelecimentos hoteleiros, o que significa que houve um aumento de 9,6% em relação ao ano anterior. Relativamente à procura, registaram-se cerca de 475.294 hóspedes e 2,8 milhões de dormidas, o que corresponde a um acréscimo de 93.463 entradas e 485.283 dormidas, relativamente ao ano anterior.

Devido às transformações ocorridas no mercado internacional, o turismo enfrenta nos últimos anos, enormes desafios. Verifica-se uma mudança de paradigmas, de atenção e das visões do mundo, descentrando-se as preocupações dos assuntos mais relacionados com a concorrência e infraestruturas focando-se na sustentabilidade.

Neste âmbito o turismo cultural tem desempenhado um papel de grande importância no desenvolvimento do setor turístico, com implicância tanto direta como indireta na vida social, cultural e económica das comunidades.

O Tarrafal é um concelho onde a cultura dá forma e vida à sua comunidade. Este município possui importantes recursos culturais que, no entanto, não se integram na oferta global do mesmo.

Entretanto, para que o turismo possa desenvolver de forma sustentável neste concelho, é necessário diversificar a oferta, fomentar a cooperação e o trabalho interdisciplinar dos vários agentes institucionais, assim como a consciencialização e

o envolvimento da comunidade com os demais agentes, no planeamento e na gestão dos recursos locais.

Por isso, é imprescindível apostar no turismo cultural de forma a garantir uma maior qualidade na oferta turística local e melhorar a vida dos residentes tanto a nível económico como também a nível social e cultural, isto porque, o turismo cultural é um veículo que promove o diálogo entre a indústria turística e o património, entre o sector público e o privado, e o intercâmbio cultural entre os visitantes e os residentes.

O património cultural não está presente somente nas manifestações artísticas, mas também nas comunidades que preservam e mantêm a sua identidade étnico-cultural. Assim, temos que ter presente que a gestão e a planificação adequada do património é uma forma de promover o seu valor histórico-cultural prevenindo os efeitos indesejados e potenciar o desenvolvimento local.

Nesta dissertação, o estudo desenvolveu-se em duas grandes partes. A primeira parte destina-se ao enquadramento teórico. A segunda parte destina-se ao estudo de caso. De forma a atingir os objetivos preconizados, esta dissertação foi organizada e estruturada em seis capítulos.

No primeiro capítulo apresentaremos a contextualização histórica do fenómeno turístico e os seus impactos.

No segundo capítulo falaremos do desenvolvimento sustentável, do turismo sustentável, do património cultural e do papel do turismo cultural na valorização do património e no desenvolvimento local.

No terceiro capítulo, começaremos por fazer um enquadramento de Cabo Verde, referindo aos aspetos geográficos, económicos, culturais e turísticos. Posto isto, focaremos no nosso objeto de estudo que é o Concelho do Tarrafal, apresentando as suas características geográficas, as principais atividades económicas e o estado atual do turismo neste conselho. Neste capítulo apresentaremos também os principais recursos culturais com potencial turístico no Tarrafal.

O quarto capítulo faz referência aos procedimentos metodológicos, mencionando os objetivos que orientaram esta investigação, as amostras, os instrumentos utilizados na recolha de dados e os procedimentos.

No quinto capítulo será feita a apresentação e a análise dos dados obtidos através das entrevistas e dos questionários.

O sexto e último capítulo dedica-se às considerações finais resultante da nossa investigação e às recomendações que consideramos importantes para melhorar o turismo cultural e o desenvolvimento do concelho do Tarrafal.

Parte I: Enquadramento teórico

Capítulo I

1. Turismo: a contextualização histórica e os impactos

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma abordagem histórica das várias fases do desenvolvimento do turismo, e os seus impactos.

1.1 Abordagem histórica do conceito de turismo

O turismo como ciência tem sido tema de diversos estudos ao longo do século XX. Diferentes escolas Europeias buscaram conceitos para o turismo, de acordo com as circunstâncias vividas no momento, calçando-os ora em aspetos económicos, ora em aspetos sociais (Badaró, 2002, p. 19).

O turismo não é uma singularidade do presente, mas um fenómeno muito antigo na história da humanidade, pois o hábito de viajar de um lado para outro sempre existiu ao longo do tempo por diferentes motivos.

Segundo Barreto (2000), em termos históricos o turismo teve o seu início desde que o homem deixou de ser sedentário e passou a viajar.

Ainda de acordo com Barreto (2000), existem aqueles que defendem que o turismo teve o seu início no século VIII a.C., na Grécia, quando as pessoas viajavam para assistir os jogos olímpicos, existem outros que asseguram que os primeiros turistas foram os fenícios, uma vez que foram eles os primeiros a desenvolver o comércio internacional como principal meio de sobrevivência, abrindo o caminho também para as relações comerciais e as transações com moedas.

Este autor admite, no entanto, que a existência do turismo pode ser um fenómeno muito mais antigo; isto porque, o ser humano, desde os tempos mais longínquos efetuava viagens para outros lugares.

Contudo pode-se dizer que as viagens tiveram consideravelmente maior relevância a partir das grandes civilizações clássicas, como Grécia e Roma. Esta última, sobretudo, teve um papel fulcral no incremento das viagens, devido à construção de muitas vias de comunicação, que foram determinantes; com efeito, os

seus cidadãos utilizaram frequentemente essas vias para percorrerem longas distâncias, tanto para o comércio como para lazer e prazer (Barreto, 2001).

Os romanos terão sido os primeiros a viajar por prazer. Nesse período eram usuais as suas viagens para as cidades do litoral, para banhos medicinais. Entre os séculos VII e IX as viagens aumentaram muito. Na sua maioria, as deslocações tinham como finalidade a participação nas festas da primavera e da colheita. No entanto, com o fim do Império Romano, porém, verificou-se um grande retrocesso no que diz respeito às viagens (Barreto, 2001).

Mais tarde houve um incremento nas viagens, sobretudo as organizadas para visitar centros religiosos na Europa. A descoberta do túmulo de Santiago em Compostela, no século IX, foi sem dúvida um marco histórico na evolução das peregrinações religiosas nesta época, começando assim as primeiras excursões deste tipo registadas pela história (Badaró, 2002; Barreto, 2001).

A partir do séc. XI até ao séc. XIII, tais viagens estenderam-se à designada Terra Santa. De certo modo, terão sido estas as viagens precursoras do turismo de grupos, bem como o início do desenvolvimento de técnicas de acampamentos, que deram origem ao campismo. As viagens como forma de lazer dão lugar a viagens cada vez mais religiosas na Idade Média (Ignarra, 2003).

Sobretudo a partir do séc. XI, as viagens foram facilitadas e ficaram mais seguras, graças a novas vias terrestres que neste período foram importantes no transporte de pessoas e mercadorias. Por elas circulavam comerciantes, transportando suas mercadorias em animais de carga e carruagens puxadas a cavalo. Entre os viajantes destacaram-se peregrinos e monges. Também a partir da idade média, as famílias nobres começaram a enviar os seus filhos para viagens de estudo e intercâmbio cultural nas principais cidades Europeias (Ignarra, 2003).

Com o Renascimento, período de enorme produção artística e científica na Europa, e com o advento do capitalismo comercial, verificou-se um grande crescimento no que diz respeito a viagens. Ligado à ambição, ao negócio, o aspeto cultural passou a ser o objetivo primordial das viagens. Viajar passou sem dúvida a ser oportunidade para acumular conhecimentos, aprender línguas e desfrutar de aventuras. Quem viajava eram principalmente membros da nobreza masculina e do clero.

Nesta época, cidades como Florença e Roma demonstraram, muito rapidamente, uma grande potencialidade para se afirmarem como destinos culturais, atraindo deste modo as viagens dos nobres, que não queriam sentir-se inferiores por não conhecerem a Itália (Badaró, 2002).

A partir do século XVII, o sector dos transportes teve uma considerável melhoria. As primeiras linhas regulares de diligências ligaram Frankfurt a Paris e Londres a Oxford. Devido à precariedade dos caminhos, a manutenção era feita pelos próprios donos das terras por onde o caminho passava, os quais cobravam uma portagem (“taxa cobrada pela utilização de estruturas destinadas ao transporte”¹). A primeira destas portagens foi estabelecida em Hertfordshire (Inglaterra) em 1663 (Badaró, 2002).

Nos séculos XVII e XVIII, existia um tipo de viagem – que podemos considerar uma forma de turismo – denominada “*grand tour*”, que sob o rótulo de viagem de estudo, assumia o valor de um diploma, conferindo aos viajantes (turistas) nele presentes um *status* social, embora, na realidade, a programação se fundamentasse em grandes passeios de qualidade e com atrativos prazenteiros, que denominavam de turísticos. O turismo tinha um objetivo educativo, com interesse cultural, sendo a viagem uma aprendizagem, complemento indispensável da educação (Costa, 2009; Mill & Morrisson, 1992, *apud* Pires, 2004).

A partir da segunda metade do século XVIII, houve um conjunto de transformações técnicas e económicas que permitiram o arranque da Revolução Industrial na Inglaterra. A revolução industrial foi indiscutivelmente um marco importante e o agente estimulante ao desenvolvimento do fenómeno turístico na conceção moderna. Também ligado á revolução industrial, o avanço técnico dos transportes e das comunicações permitiu a divulgação em massa do turismo, tendo favorecido fatores económicos que reforçaram a sua expansão (Cargnin & Bezzi, 2009).

Este processo de transformação trouxe também consigo profundas implicações e alterações sociais, políticas e culturais. Do mesmo modo, as

¹ <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=ped%C3%A1gio>

paisagens sofreram muitas alterações com o sistema fabril. Houve uma grande mudança na fisionomia das cidades, devido ao êxodo rural, tornando visíveis enormes diferenças sociais nos grandes centros urbanos. O dinamismo comercial e financeiro das grandes cidades fomentou o surgimento de uma classe social mais abastada, com disponibilidade de tempo e necessidade de se afastar, mesmo que por um breve período, do *stress* causado pela vida urbana (Costa, 2009; Pires, 2004).

No século XIX o turismo ganhou um grande impulso com o aparecimento das ferrovias, que proporcionaram deslocações a distâncias maiores em períodos de tempo menores. Os caminhos-de-ferro adquiriram uma projeção ainda maior, quando em 1830, na Inglaterra, a empresa responsável pela ferrovia Liverpool-Manchester começou a preocupar-se mais com o passageiro do que com a carga, aspecto importante para o desenvolvimento do turismo.

Entretanto, as viagens passaram a ser organizadas em meados do século XIX, por pessoas e empresas especializadas, transformando-se numa forma de negócio gerador de lucros, empregos e divisas para diversos países (Rodrigues, 2002).

O pioneiro na área das viagens organizadas parece ter sido Thomas Cook, um vendedor de Bíblias, que deu indiscutivelmente uma contribuição determinante no sector turístico, tendo organizado várias viagens e iniciando, assim, o turismo coletivo, a “excursão organizada”, que hoje é denominado de *All Inclusive Tour*, *package* ou pacote turístico com tudo incluído no preço do bilhete. Outro nome igualmente importante foi o conhecido Thomas Bennett, que é indicado como um dos precursores do serviço de agenciamento turístico. Também organizou várias viagens para os ingleses à Noruega, enquanto trabalhava como embaixador de Inglaterra naquele país (Ignarra, 2003).

O incremento populacional causado pelo êxodo rural e a consequente pressão humana nos grandes centros urbanos, provocou o aumento do *stress* e fez com que, nos países que se industrializaram, a vida fosse marcada pela busca incessante do prazer do descanso (Pires, 2004). Esta busca terá tido cada vez mais procura e visibilidade, em resultado da deterioração da qualidade de vida desses grandes centros urbanos e industriais. Devido à maior estabilidade e segurança na

Europa, as mulheres começaram então igualmente a viajar, acompanhando os maridos.

O desenvolvimento do turismo no século XIX teve na sua base diversos fatores, como a referida segurança, a alfabetização crescente e a melhoria das condições de saúde (salubridade). Outro fator igualmente importante para tal desenvolvimento foi a reivindicação dos trabalhadores por mais tempo de lazer e para a autorrealização (Pires, 2004).

Os industriais perceberam que as férias oferecidas aos trabalhadores aumentavam a produtividade e eficiência nas indústrias e passaram a adotá-las como procedimento estratégico. Este fenómeno teve grande adesão na Inglaterra, até porque constituía igualmente uma alternativa aos *pubs* e à bebida. A novidade levou ao desenvolvimento de *resorts*, indústrias de viagens, infraestrutura de acomodações e a uma expansão da capacidade dos transportes e do tráfego, ainda que, por vezes, com alguns atrasos e incertezas (Mendonça, Batalha & Santos, 2003).

Com a Primeira Guerra Mundial, ocorre uma redução no ritmo de crescimento do turismo devido à crise económica por ela provocada. Por outro lado, começava a afirmar-se a importância do automóvel. Com a crise de 1929, gerada pela queda da Bolsa de New York, o turismo mundial sofreu novamente um declínio em virtude da grande recessão económica à qual a atividade turística não foi imune.

A Segunda Guerra Mundial trouxe novos avanços tecnológicos, nomeadamente ao nível da melhoria e eficiência do transporte aéreo, os quais vieram a contribuir para o crescimento da indústria turística por proporcionarem maior rapidez, autonomia e conforto ao longo das viagens. Com o término da guerra, os equipamentos de comunicação nela utilizados deixaram de ter finalidades exclusivamente militares e passaram a ser utilizados também na modernização de empresas e transportes, dando um forte contributo para que as viagens passassem a ser mais longas. Os modernos equipamentos passaram a ser utilizados também nos transportes aéreos e marítimos (Bolzan, 2003, *apud* Cargnin & Bezzi, 2009).

A partir da segunda metade do século XX, a atividade turística desenvolveu-se, estendendo-se ao mundo inteiro, originando um crescimento significativo das

agências de viagens e uma notável remodelação da indústria hoteleira para poder acompanhar e dar resposta ao mercado. O desenvolvimento industrial que marcou esta época provocou, entretanto, uma grande poluição, a qual levou a que, nos anos 70, começasse a surgir a preocupação com o meio ambiente (Pires, 2004).

1.2 Impactos do turismo

O turismo tem-se afirmado como uma atividade de grande importância, na medida em que é responsável por uma grande parte da economia mundial, e para além de apresentar um grande nível de crescimento, o turismo tem revelado uma notável resistência a condições políticas e económicas adversas (Cooper et al, 2007).

O turismo provoca consequências imediatas, afetando assim tanto o sistema territorial como a própria produção do turismo (Ivars, 2004, *apud* Cunha & Cunha, 2005).

No que diz respeito às ilhas e aos arquipélagos como é o caso de Cabo Verde, é importante apontar que, regra geral, estes são sítios especialmente vulneráveis, quer ao nível económico, quer ao nível ambiental e também ao nível cultural.

Está confirmado desde há muito tempo que o comportamento dos indivíduos é amplamente influenciado pelas interações que estes mantêm com os grupos sociais (Crompton, 1981); a interação social é considerada essencial por todos os seres humanos. Sendo o turismo uma atividade que envolve essas relações humanas, é indiscutível a promoção de interação que provoca entre os turistas, os locais de destino e as suas comunidades, resultando daí um conjunto de efeitos para a população local, para o espaço físico como também para os próprios turistas. As atividades turísticas propiciam o bem-estar aos habitantes que possuem a ambição de ver as suas regiões visitadas, com a consciência de que isso lhes pode trazer uma vida mais afortunada, com mais trabalho e consequentemente maior riqueza (Wall, 1997).

É muito importante fazer a avaliação dos impactos que o turismo traz, visto que isso ajuda a população local, os consumidores, as empresas turísticas e o poder

publico a tomarem decisões de gestão, *marketing* e planeamento que sejam eficazes e efetivas.

Não raro, ocorrem erros na avaliação do impacto do turismo, devido à falta de conhecimento específico no assunto em questão; mas também, por vezes, o próprio desejo dos grupos interessados na expansão da atividade turística em demonstrar de uma forma excessiva as consequências positivas do turismo conduz a erros futuros. Essa ideia foi apontada por Smith em 1989; este autor afirma que, se houver um uso desajustado de metodologias que avaliam os possíveis impactos do turismo, estas acabam por produzir uma reação contrária à percepção de que o turismo detém um papel muito importante na economia de uma região, antes mesmo de análises mais aprofundadas confirmarem ou desmentirem este facto. Erros deste tipo devem ser evitados através da adoção de técnicas e metodologias adequadas para a mensuração das vantagens e desvantagens associados à atividade turística (Veloso, 2009).

De facto, é evidente que o turismo tanto pode provocar efeitos positivos e ser muito importante no desenvolvimento socioeconómico e político de muitos países, fomentando o intercâmbio cultural, como pode trazer impactos negativos a nível económico, sociocultural ou ambiental.

1.2.1 Impactos económicos do turismo

Atualmente, o turismo tem sido apontado cada vez mais como uma ferramenta importante para o desenvolvimento, devido aos benefícios económicos que esta atividade traz à população.

No entanto, os potenciais efeitos económicos do turismo têm que ser analisados sob duas perspetivas (efeitos positivos e efeitos negativos). De fato, é necessário observar os potenciais benefícios e prejuízos que a atividade turística gera na economia de uma região, de forma a ter uma visão mais completa dos factos, garantindo o seu efetivo desenvolvimento económico. Não podemos deixar de referir que, na sua maior parte, os estudos encontrados na literatura ligada ao assunto focalizam-se mais sobre os benefícios económicos desta atividade. Contudo podemos verificar que as questões dos impactos económicos negativos do turismo já têm sido referidas por diferentes analistas.

O turismo traz diversos efeitos positivos e benefícios económicos para a comunidade local tais como: o aumento das receitas e divisas, o desenvolvimento de bens e serviços, a criação de mais empregos e os incentivos ao investimento (Ignarra, 2003), contribuindo para a diversificação da economia regional e local. Quanto mais elevado for o número de turistas procurando um dado destino, maior será a oferta de trabalho; isso faz aumentar o rendimento e as receitas públicas da região onde a atividade está sendo desenvolvida (Veloso, 2009). No que respeita a Cabo Verde, a situação não é diferente, visto que o turismo constitui um importante motor de desenvolvimento, enquadrando grande parte da mão-de-obra da população cabo-verdiana.

Por outro lado, a falha no planeamento e na gestão das atividades turísticas e a falta de uma estratégia nacional para o desenvolvimento de um turismo sustentável que seja benéfico às comunidades locais provoca efeitos indesejados/negativos no destino turístico tais como: o aumento dos preços dos produtos e dos serviços; a desarticulação de setores produtivos tradicionais; a dependência económica criada pelo turismo, fazendo aumentar a existência de empregos precários e concentrados nas épocas altas (Ignarra, 2003). A estes podemos acrescentar ainda a fuga de receitas quando não participadas à comunidade local; a instabilidade e a desigualdade económica (Cadima, 1997).

Em Cabo Verde, nas cidades de vocação turística, verificamos a existência de preços altos – comparados com outras cidades do país –, baixos salários dos funcionários e a sazonalidade. Os maiores investidores privados do sector turístico são estrangeiros e muitos serviços e recursos humanos são importados, sendo os estrangeiros os maiores beneficiários do turismo, em detrimento das comunidades locais.

1.2.2 Impactos ambientais do turismo

Embora a atividade turística tenha importantes efeitos económicos sobre alguns países em todo o mundo, os impactos negativos desta atividade parecem prevalecer, no que concerne aos efeitos ambientais.

O turismo tem produzido efeitos positivos no meio ambiente das áreas recetoras/destino, tais como: implantação e melhoria de infraestruturas de

saneamento ambiental; rede de abastecimento de água; melhoria nas vias de acesso, criando e ampliando as redes de transportes; implementação de medidas de conservação dos recursos naturais; restauro e a reabilitação de edifícios e lugares de valor histórico; e a (re) valorização de costumes e tradições (OMT, 2001, *apud* Pires, 2004; Cadima, 1997). É indispensável sensibilizar a comunidade local e os turistas, entre outros agentes sociais, para que os atrativos sejam devidamente preservados de forma a manterem a sua sustentabilidade.

Os impactos ambientais indesejáveis são aspetos bastante discutidos, com o intuito de não só envolver técnicos e pesquisadores no sentido de buscar alternativas para um melhor planeamento e gestão desses fenómenos, como minimizá-los, preveni-los ou mesmo resolvê-los.

A procura de locais com a melhor vista para apreciação de paisagem faz com que o turismo procure, por vezes, implantar as suas estruturas e serviços em locais com uma certa fragilidade, provocando efeitos negativos nesses mesmos locais. Por exemplo, junto de cursos de água ou no litoral, esta concentração não só interfere na paisagem local como também implica o despejo de detritos ou esgotos no mar ou nos rios, fazendo com que a qualidade da água se torne inadequada para o banho, e, não sendo tratada convenientemente, poder provocar problemas de saúde pública (Ignarra, 2003).

A OMT (2001) aponta diferentes efeitos negativos que os destinos do turismo de massa exercem sobre o meio ambiente: utilização de recursos escassos, nomeadamente terra e água, a compactação do solo e processos erosivos diversos; a fuga da fauna silvestre; a exposição das raízes às pragas; a poluição local provocada pelo despejo dos hotéis, pousadas e embarcações turísticas; os incêndios provocados por fogueiras de acampamento; a poluição sonora e atmosférica, pela presença de automóveis; as modificações do relevo local, entre outros (OMT, 2001, *apud* Pires 2004). Estes problemas tanto afetam a qualidade do produto turístico como perturbam o ambiente, nomeadamente a fauna e a flora local (Ignarra, 2001; Cadima, 1997). No caso de Cabo Verde, devido à fragilidade dos seus recursos naturais, é imprescindível um planeamento adequado e a monitorização do desenvolvimento turístico, a fim de se poder dar resposta à salvaguarda ambiental e

patrimonial, às exigências do mercado e à forte concorrência, oferecendo produtos de qualidade.

1.2.3 Impactos socioculturais do turismo

O turismo continua a ser um dos principais veículos do intercâmbio cultural e um dos principais meios e fontes de motivação da sociedade para manter o seu património e as suas práticas culturais. Os agentes turísticos podem utilizar as vantagens económicas do património para a sua própria conservação, gerando recursos, incrementando a educação e reorientando as políticas (ICOMOS, 1999). Essa correlação entre o turismo e a cultura é essencial para o futuro dos dois sectores, sendo importante buscar uma forma de adequar as necessidades de todas as partes.

O planeamento adequado do sector turístico permite a conservação, a manutenção e a promoção dos verdadeiros rituais culturais, visto que o turismo é uma ferramenta preciosa para fomentar as relações culturais e a cooperação entre os povos.

As comunidades de acolhimento são consideravelmente vulneráveis aos potenciais impactos do turismo, quando mal gerido. Assim, a atividade turística produz efeitos negativos, os quais, numa situação extrema, poderão conduzir a alterações políticas, ao terrorismo, ao aumento da pobreza e da criminalidade, à prostituição e ao consumo de drogas, à alteração dos costumes, das tradições e da autoestima dos residentes, à deterioração do património histórico-cultural, à deslocação das comunidades tradicionais, entre outros (Pires, 2004; WTO & UNEP, 2005). Esta prática turística prejudica, tanto a qualidade de vida da população local, como a integridade física e o significado do património (ICOMOS, 1999). Cabo Verde, tal como outros países em vias de desenvolvimento, está também sujeito a esses efeitos negativos do turismo que vêm em simultâneo com o desenvolvimento deste sector. No entanto, cabe às entidades responsáveis pelo sector turístico e pelos demais sectores da sociedade cabo-verdiana pugnar por uma estratégia eficaz, de forma a minimizar ou até eliminar estes efeitos negativos.

Sobretudo nas cidades turísticas pequenas, encontram-se, ainda, outros problemas resultantes da utilização de automóveis e de autocarros turísticos,

contribuído assim, para a degradação do património histórico e ambiental, devido ao excesso de vibrações e poluição, congestionando o trânsito, provocando *stress* nos moradores, deteriorando a qualidade, quer da vida dos habitantes, quer da estadia dos turistas (Pires, 2004).

Capítulo II

2. O turismo cultural e o seu contributo na promoção do património e no desenvolvimento local

Neste capítulo abordaremos as questões da sustentabilidade e do papel do turismo cultural na valorização do património e no desenvolvimento local.

2.1 O desenvolvimento sustentável

A ideia subjacente ao termo “desenvolvimento sustentável” não é recente, apesar de essa expressão só ter vindo a ser utilizada, explicitamente, nas últimas décadas do século XX. A prática agrícola tradicional tinha também o propósito de preservar e não destruir a capacidade produtiva do solo, permitindo dar continuidade à produção a longo prazo (Moniz, 2006).

No entanto, o crescimento populacional, o desenvolvimento tecnológico e o aumento da indústria e da urbanização provocaram grandes mudanças sociais e económicas, mostrando que o ambiente físico e a qualidade de vida poderiam sofrer grandes perdas ou até registar-se a sua completa destruição se não existir um planeamento e um controle adequado (Cardoso, 2005; Moniz, 2006).

Assim, o governo começou a implementar ações no sentido de eliminar os problemas do crescimento desordenado das cidades e responder também às necessidades da saúde pública. Assim, após a Segunda Guerra Mundial todas as formas de planeamento ganharam um novo impulso (Cardoso, 2005).

A pressão sobre o meio ambiente, fez com que a partir dos anos 60, começassem a surgir as primeiras preocupações com o modelo de desenvolvimento seguido até então, isto é, um crescimento económico através do qual se procurava obter ganhos através da exploração intensiva de recursos naturais. Foi a partir de então que começaram a surgir os esforços para discutir, planejar e implementar soluções globais (Cardoso, 2005).

A necessidade de integrar as questões ambientais na política económica e de encontrar um equilíbrio entre os sistemas naturais e socioeconómicos serviram como ponto de partida para o desenvolvimento sustentável (Dresner, 2002, *apud* Simão, 2008).

Começaram a emergir as primeiras obras que alertavam para os efeitos da economia no ambiente, entre as quais: *Silent Spring* (1962), de Richard Carson; *The Tragedy of the Commons* (1968), de Garrett Hardin; *Limits to Growth* (1972), de Donella Meadows; ou *Small is Beautiful* (1973), de E. F. Schumacher (Simão, 2008).

Realizou-se então a primeira reunião sobre os problemas ambientais – a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano –, em 1972, conhecida também por Conferência de Estocolmo, por ter ocorrido nessa cidade (Moniz, 2006; Simão, 2008).

A *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN), em 1980 elaborou um dos primeiros artigos que apresenta abertamente o conceito de desenvolvimento sustentável, mas focalizado apenas na sustentabilidade ecológica: o “*World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development*” (Cardoso, 2005).

As Nações Unidas criaram em 1983 a *World Commission on Environment and Development* (WCED) – Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento. O conceito de “desenvolvimento sustentável” ganhou maior estatuto a partir da segunda metade do século XX, com a publicação do relatório *Our Common Future* (O Nosso Futuro Comum) pela WCED em 1987, que ficou conhecido por Relatório Brundtland em homenagem à então primeira-ministra norueguesa e presidente da comissão. Assim esta comissão definiu o desenvolvimento sustentável como sendo o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de poderem satisfazer as suas” (WCED, 1987, p. 43, *apud* Moniz, 2006).

De acordo com esta definição, a satisfação das necessidades implica igualdade ou justiça no acesso aos bens e na distribuição dos benefícios e custos do desenvolvimento (Moniz, 2006).

Para Simão (2008) a sustentabilidade exige, obrigatoriamente, três grandes áreas: o desenvolvimento económico e igualdade entre todas as comunidades e países a longo prazo; a preservação ambiental assegurando a sua qualidade às gerações vindouras através de medidas de conservação de *habitats*, da redução da poluição e do consumo de recursos; desenvolvimento sociocultural conservando as

práticas culturais e satisfazendo as necessidades das populações através da melhoria da qualidade de vida.

Moniz (2006) partilha da mesma opinião garantindo que o desenvolvimento sustentável reconhece três pilares fundamentais: a sustentabilidade económica, a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade sociocultural.

Segundo Ruschmann a sustentabilidade económica diz respeito à procura de crescimento e desenvolvimento económico através de grandes investimentos públicos e privados e da gestão eficiente de recursos de forma a garantir a rentabilidade económica no presente e futuro. A sustentabilidade ambiental assegura que o desenvolvimento seja compatível com a manutenção do processo ecológico através da utilização racional dos recursos naturais incorporados às atividades turísticas e a capacidade de suporte aos ecossistemas para evitar a pressão humana. A sustentabilidade sociocultural aponta a necessidade de assegurar os valores, as práticas e a diversidade cultural da comunidade acolhedora assim como a sua integração. Este autor acrescenta ainda, mais uma dimensão do desenvolvimento sustentável: a político-institucional, que propõe a implementação de políticas públicas, arranjos institucionais através do reforço dos mecanismos democráticos (Ruschmann, 2001, *apud* Cunha & Cunha, 2005).

Esta sustentabilidade deve promover a integridade do meio ambiente onde as práticas económicas e sociais se manifestam, assegurando as especificidades locais e diminuindo os efeitos negativos da atividade turística, assim como impulsionar a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, mantendo a dinâmica das culturas e valores locais (Sachs, 1994, *apud* Carvalho & Simões 2011).

A sustentabilidade obriga a um alto grau de harmonia e responsabilidade entre os diferentes *stakeholders* de modo a que o desenvolvimento e a qualidade de vida sejam duradouros (Neves, 2007). É também indispensável o estudo da capacidade de carga do meio ambiente, ou seja, a quantia máxima que um atrativo consegue aguentar (por dia/mês/ ano) sem alterar o meio ambiente físico e social.

Após a elaboração do Relatório Brundtland, foi realizada, ainda em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento. Esta conferência, bastante mediatizada, originou cinco

documentos importantes: Convenção sobre as Alterações Climáticas, Convenção sobre a Diversidade Biológica, Declaração do Rio sobre o Ambiente e Desenvolvimento, Declaração de Princípios sobre as Florestas e Agenda 21. Este último é um programa de ação, que se propõe garantir a sustentabilidade futura do nosso planeta. Em 1997 foi assinado o Protocolo de Quioto, no qual os países subscritores concordavam em reduzir a emissão de gases com efeito de estufa (Simão, 2008).

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou cada vez mais maior projeção mundial e tem servido de orientação na política do turismo. As autoridades nacionais e locais têm procurado ajustar a sua política de desenvolvimento aos princípios do desenvolvimento sustentável (Moniz, 2006).

2.2 O turismo sustentável

O turismo sustentável é um conceito que começou a ser utilizado nos finais dos anos 80, após a apreciação e análise da expressão “desenvolvimento sustentável” do relatório Brundtland (WCED, 1987) na atividade turística pelos investigadores e responsáveis da área (Wahab & Pigram, 1997; Swarbrooke, 1999, *apud* Simão, 2008). A partir do início dos anos 90, este termo passou a ser usado com maior frequência (Moniz, 2006).

O turismo sustentável pode ser entendido basicamente como a aplicação do desenvolvimento sustentável ao turismo (Simão, 2008). Esta aplicação da sustentabilidade ao sector turístico tem sido fundamental para melhorar este setor e as suas atividades. Assim, o turismo sustentável proporciona grandes oportunidades para o desenvolvimento empresarial e criação de emprego, bem como o estímulo ao investimento e apoio aos serviços locais, mesmo em comunidades muito remotas. Também constitui uma importante fonte de apoio à conservação dos recursos naturais e culturais das comunidades locais através dos gastos dos visitantes, proporcionando a compreensão intercultural e a paz (WTO & UNEP, 2005).

A WTO define turismo sustentável como “o turismo que tenha em conta os atuais e futuros impactos económicos, sociais e ambientais, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, das comunidades de acolhimento e do meio ambiente” (WTO & UNEP, 2005, p. 12). Isto é, o desenvolvimento turístico

que dá resposta (atende) às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de poderem satisfazer as suas necessidades.

Esta definição da WTO propõe um turismo baseado nos princípios da sustentabilidade que permite melhorar a qualidade de vida da comunidade acolhedora, oferecer aos turistas experiências únicas e de qualidade, satisfazendo as suas necessidades e mantendo a qualidade ambiental (WTO, 1993, *apud* Moniz, 2006).

A integração da sustentabilidade no turismo constitui um enorme desafio para os órgãos responsáveis quer por este setor, quer pela preservação ambiental (Pires, 2004). Por outro lado, o turismo pode dar uma contribuição especial ao desenvolvimento sustentável e aos desafios que se apresentam; isto porque, além do dinamismo e do crescimento que este sector apresenta, e da contribuição para o crescimento de economias de muitos países, o turismo é uma atividade que envolve uma relação especial entre os consumidores (visitantes), a indústria, o meio ambiente e as comunidades locais (WTO & UNEP, 2005).

À medida que procura incrementar aspetos de sustentabilidade, um destino vai garantir a perpetuação das suas atrações ao longo do tempo. Estas atrações dizem respeito tanto a belezas naturais, que certamente dependem da gestão sustentável para perdurar, quanto a questões sociais, culturais e económicas (Corazza, s.d.).

Ao contrário de outros sectores, no turismo o consumidor viaja à procura do produtor e do produto. Segundo WTO, isto conduz a três aspetos fundamentais da relação entre o turismo e o desenvolvimento sustentável: a interação: o turismo é uma indústria de serviços que se baseia em oferecer uma experiência de novos lugares, sendo que proporciona uma quantidade notável de interação entre os visitantes, a população local e seus ambientes locais; a conscientização: o turismo faz, quer aos visitantes, quer à comunidade recetora, com que se tornem mais consciente em relação às questões ambientais e às diferenças entre nações e culturas; a dependência: a indústria turística depende de um conjunto de atributos do destino que os visitantes procuram tais como: ambientes intactos e limpos, atraentes áreas naturais, autênticas tradições históricas e culturais, e os anfitriões acolhedores com quem se espera ter uma boa relação (WTO & UNEP, 2005).

A sustentabilidade é um processo contínuo de melhoria e de constante previsão de tendências e monitoramento dos impactos, de forma a introduzir medidas preventivas ou corretivas quando necessário (Corazza, s.d.).

Segundo a WTO, o termo “turismo sustentável” deve ser usado para se referir a uma condição de turismo, e não a um tipo de turismo (como dizem alguns comentadores), isto é, um turismo baseado nos princípios da sustentabilidade. Esses princípios referem-se aos aspetos ambientais, económicos e socioculturais do desenvolvimento do turismo, e um equilíbrio adequado entre estas três dimensões para poder garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. O turismo sustentável é aquele que tem por objetivos:

Otimizar a utilização dos recursos ambientais que constituem um elemento-chave no desenvolvimento do turismo, a manutenção dos processos ecológicos essenciais e ajudando a preservar os recursos naturais e da biodiversidade; Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades de acolhimento, conservar o seu património cultural edificado e vida e valores tradicionais, e contribuir para a compreensão intercultural e da tolerância; Garantir a viabilidade de longo prazo operações económicas, proporcionando benefícios socioeconómicos a todos os interessados que são distribuídos de forma justa, incluindo o emprego estável e de geração de renda e oportunidades de serviços sociais para as comunidades de acolhimento, e contribuindo para a redução da pobreza (WTO & UNEP, 2005, p. 11).

O turismo deve centrar-se num modelo de desenvolvimento que procure incrementar a manutenção da produtividade a longo prazo e à preservação e conservação dos ecossistemas e dos sistemas de suporte à vida, beneficiando tanto as gerações atuais como as futuras (Moniz, 2006).

Para que este modelo seja desenvolvido com sucesso torna-se imprescindível que exista um planeamento turístico adequado, o qual procure em simultâneo a melhoria da qualidade de vida da população local e a proteção dos bens naturais e culturais (Pires, 2004).

A implementação de uma política firme que possa garantir uma vasta participação informada de todos os interessados “stakeholders” e, conseqüente, a

construção de consenso é componente fulcral para o desenvolvimento do turismo sustentável (WTO & UNEP, 2005). Isto significa que tem de haver responsabilidades partilhadas e objetivos comuns entre os vários atores envolvidos: as autoridades regionais e locais, as associações de empresários e de ecologistas, as empresas, a comunicação social, as escolas, os cientistas, os cidadãos e os próprios turistas. Também é muito importante a cooperação entre o sector público e privado como forma de estimular o turismo e o desenvolvimento sustentável (Moniz, 2006).

Assim, um destino turístico pode oferecer experiências únicas e gratificantes, seguras e duradouras em que o visitante tem uma participação interativa, sem danificar o património cultural e ambiental (Talavera, 2008).

Normalmente nos países em desenvolvimento (como é o caso de Cabo Verde) a atividade turística desempenha um papel importante para a economia do país, o que faz com que o turismo seja intenso nestas regiões (Szlak, 2001, *apud* Pires, 2004).

Segundo Moniz (2006), a organização mundial do turismo recomenda a aplicação de uma abordagem integrada ao planeamento e desenvolvimento de projetos turísticos, por parte das entidades públicas e privadas, de modo a garantir um desenvolvimento sustentável dos destinos.

Contudo, com o modelo de desenvolvimento turístico sustentável, os efeitos ambientais, socioculturais e económicos do turismo tornaram-se motivo de preocupação para a pesquisa, o planeamento e a gestão do turismo (Pires, 2004).

2.3 O património cultural

Um dos problemas dos estudos culturais é a complexidade do conceito da cultura, que a torna difícil de definir com clareza. De tal definição surgem perguntas como: De onde vem a cultura? O que influencia e o que dá forma à cultura? Para Hilal existem diversas variáveis influenciadoras da cultura, tais como: a religião, a linguagem, a localização geográfica, o clima, a História, o nível de industrialização, o sistema económico e o sistema político (Hilal, 2004).

A Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, de 2 de Novembro 2001, define a cultura como sendo:

Conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 2001, P. 1).

A cultura é, no entender de Santana (1998), “uma construção constante de grupos e atores que reinterpretem um papel social, adaptando-se a novas situações, resolvendo problemas e tentando sobreviver como um grupo ou não”.

Nota-se claramente, que a cultura passou a ser vista como “um elemento altamente relevante na compreensão da vida das organizações” (Teixeira, 1995, p.73 *apud* Gabriel, 2007).

O termo “património” esteve inicialmente associado apenas à herança familiar, mais concretamente aos bens materiais. Entretanto, a partir do século XVIII estendeu-se aos bens culturais de uma nação, protegidos por lei e pela ação dos órgãos competentes, quando na França, o poder político começou a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a nação (Rodrigues, 2002).

Segundo ICOMOS o património é um conceito amplo que envolve tanto a cultura como o meio ambiente:

Engloba as noções de paisagem, de conjuntos históricos, de sítios naturais e construídos, bem como as noções de biodiversidade, de acervos culturais, de práticas culturais, tradicionais ou atuais e de conhecimento. Recorda e expressa a longa caminhada do desenvolvimento histórico que constitui a essência das diversas identidades nacionais, regionais, autóctones e locais, e faz parte integrante da vida moderna. Constitui uma referência dinâmica e um instrumento positivo do desenvolvimento e da cooperação. O património específico e a memória coletiva de cada comunidade e de cada local, são insubstituíveis e representam uma base essencial para um desenvolvimento, simultaneamente respeitador do passado e virado ao futuro (ICOMOS, 1999, p. 1).

Esta declaração revela o valor que o património tem na identificação e na afirmação de uma determinada sociedade, enquanto tal.

Para Canclini (1999), o património cultural é um lugar de cumplicidade social que une aqueles que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identificam. As atividades e os esforços destinados a definir, preservar e divulgar o património cultural, pretendem mostrar que a grandeza e o respeito alcançado por esses bens transcendem as roturas sociais tais como a divisão de classes, dos grupos e das etnias.

Rodrigues (2002) afirma que o património passou a ser uma construção social de grande importância política, constituindo uma coleção simbólica unificadora, procurando uma base cultural idêntica a todos os grupos de um determinado território.

Trata-se de um processo de reconhecimento, geralmente entre gerações, de certos elementos como parte do fundo cultural e sua relação a um sentimento de grupo (Talavera, 2008).

2.4 Do turismo de massas ao turismo cultural

A mudança paulatina nos meios de transporte e de comunicação, a vida nas cidades, o trabalho nas fábricas substituindo o trabalho doméstico, o êxodo rural e a pressão humana transformaram o turismo em fenómeno de massas (Pires, 2004).

A massificação do turismo assim surgida aumentou ao longo do século XX. Os anos 70 marcam o *boom* do turismo de massas. Os pacotes turísticos oferecidos ao grande público partiam da lógica industrial de que a rentabilidade económica seria possível somente se pudessem ser colocados no mercado de forma estandardizada e em grande quantidade (Costa, 2009; Gastal, 2006).

O turismo de massas caracteriza-se pela utilização de agências de viagens para aquisição de pacotes turísticos, procura destinos mais próximos, viagens com duração mais curta, transportes mais baratos, hotéis económicos, prefere destinos mais conhecidas, escolhe os períodos de férias escolares (Ignarra, 2003).

A estratégia do desenvolvimento turístico até os anos 80 centrava-se sobretudo nos recursos naturais como sol e praia oferecidos pelos lugares de destino (WTO, 2004).

Entretanto, devido à massificação do turismo tradicional, houve a necessidade de reformular uma nova estratégia baseada na qualidade e não na

quantidade, apostando num turismo menos agressivo. Também se registou, por parte dos turistas, uma crescente procura de novas experiências turísticas, em lugares diferentes e singulares.

Com esta fragmentação do mercado de massas e a necessidade da reformulação de uma nova estratégia, assim como no aprofundamento e procura de novas determinantes da competitividade turística fora da esfera do turismo tradicional (sol e praia), nos anos 90 o turismo cultural começou a ser reconhecido como uma atividade com grande potencialidade no mercado (Mckercher & Cros, 2002, *apud* Henriques, 2003).

Embora a prática e o desenvolvimento do turismo cultural não seja nova, com a massificação do turismo começou a aumentar significativamente a procura desse tipo de turismo.

Riganti (2009) afirma que houve um aumento de interesse pelas culturas locais durante as viagens de turismo. Esse aumento notou-se no número crescente de turistas que viajavam para participar e experimentar rituais, festividades tradicionais, locais históricos, sítios arqueológicos, museus ou apenas a atmosfera e vivência de diferentes locais, entre outros.

Este tipo de turismo oferece uma série de objetos em que se associam à identidade de uma certa população, suscetíveis de gerar interesse junto dos turistas. Tais objetos podem ser cívicos, religiosos, místicos, gastronómicos, étnicos, patrimoniais, assim como todos os objetos simbólicos expostos em museus, galerias de arte, ícones arquitetónicos, entre outros monumentos (Richards & Wilson, 2007).

Mais do que uma alternativa à massificação, o turismo cultural surge e vem-se afirmando cada vez mais, como um agente impulsionador que dinamiza a atividade cultural, social e económico das comunidades.

Em Cabo Verde, apesar do aumento do interesse no turismo cultural, tanto dos turistas como das instituições públicas e privadas, falta ainda muito por fazer. O governo e o poder local têm que começar a investir mais neste tipo de turismo, aproveitando o seu grande potencial, a fim de proporcionar uma melhoria das condições de vida da população.

2.5 O Turismo cultural e a sua importância no desenvolvimento local

A OMT apresenta nos seus documentos duas definições do turismo cultural, sendo uma mais abrangente e outra mais restrita. Na definição mais ampla, o turismo cultural engloba toda a viagem realizada, que satisfaz a necessidade da diversidade, de expansão de conhecimento, que todo o ser humano trás em si. De acordo com esta definição, o turismo cultural reúne todos os aspetos das viagens pelos quais o visitante busca conhecer a vida e o pensamento da comunidade recetora. Na definição mais restrita refere-se ao turismo cultural como cujos motivos são unicamente culturais ou educativos (OMT, 1985).

Costa (2009) afirma que o conceito do turismo cultural não é ainda rigorosamente definido, porque para formular uma sua definição mais completa é necessário uma análise mais ampla daquilo que são as motivações dos seus participantes e do seu público, das características, do objeto, das experiências culturais, das possíveis inter-relações e a preservação do património cultural.

“O turismo cultural é um dos setores mais complexos do turismo” (Biyouha, 2011, p. 27). Segundo este autor, todos os outros segmentos de certa forma passam por este, isto porque a própria atividade turística implica um contacto com a cultura local, o que provoca automaticamente uma transformação no turista devido a adaptação ao novo lugar e à nova cultura, sendo que tanto o homem como a cultura são dinâmicos (Biyouha, 2011).

Na realidade trata-se de um tipo de oferta procurada por turistas que buscam um contacto íntimo com a população local, se adaptam com facilidade à cultura local, são apreciadores da diversidade cultural, viajam com maior frequência, apresentam um nível educacional elevado, respeitam os residentes e todo o meio ambiente natural e cultural do destino, são curiosos e gostam de aprender a cultura local e de realizar determinadas atividades no contexto dessa cultura (exemplo: aprender como funciona a produção do artesanato), apreciam a excelência e gostam do autêntico, mas também são mais exigentes. Cabe aos gestores e responsáveis pelo património a responsabilidade de monitorizar e avaliar as expectativas dos seus visitantes de forma a compreender as suas motivações e necessidades e por conseguinte dar resposta adequada ao mercado (Gonçalves, 2003).

A utilização do património e da cultura na indústria turística, sobressaiu com a tomada da consciência do setor público de que a sua programação pode ser utilizada para atrair turistas e trazer benefícios económicos para a comunidade local (Swarbrooke, 1995, *apud* Gonçalves, 2003).

O turismo está em profunda mudança, que implica, pelo lado da oferta o surgimento de novos modelos turísticos alternativos (Peres & Lopes, 2009).

Por isso que, nos últimos anos têm aparecido teorias, cada vez mais generalizadas, que visam o aproveitamento e a crescente utilização do património cultural como possibilidade para gerar recursos para a sua recuperação, manutenção e ainda para a obtenção de receitas. Esta abordagem assegura que o património cultural é um capital social que, devidamente preservado, valorizado e aproveitado, poderá gerar benefícios económicos capazes de melhorar a qualidade de vida da comunidade detentora destes bens (Polanco, 2009).

O ICOMOS considera que o turismo cultural tem por objetivo entre outros, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos, produzindo um efeito bastante positivo sobre estes, no sentido de que contribui para a sua manutenção e proteção; assim esta abordagem veio afirmar a importância da relação entre o turismo e a cultura e das suas dinâmicas. Esta forma de turismo justifica os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, em virtude dos benefícios socioculturais e económicos que traz à população envolvida (ICOMOS, 1999).

Toselli partilha a mesma ideia reforçando ainda que o turismo cultural permite a criação de emprego, a promoção das raízes culturais de uma comunidade; a revalorização do património cultural; o desenvolvimento de oferta de pequena escala e com valor acrescentado; o desenvolvimento do associativismo baseado na necessidade de conseguir um melhor acesso à promoção, à formação, à comercialização e marketing, à compra de materiais e fontes de financiamento e ao aconselhamento sobre diversos aspetos, tais como os jurídicos, a hospedagem, a gastronomia, entre outros (Toselli, 2006 *apud* Orduna & Urpí, 2010).

O desenvolvimento local implica o envolvimento dos diferentes atores sociais, a criação de sinergias (interações e redes) e a ligação com a tecnologia e o mercado. O próprio termo “local” não representa apenas o espaço físico, mas

também todas as relações económicas, sociais e culturais que atribuem a um determinado lugar características próprias (Peres & Lopes, 2009).

Atualmente, com o fenómeno da globalização, a cultura tem funcionado como impulsionador de vantagens comparativas para o desenvolvimento dos destinos turísticos (WTO, 2004). Deste modo, com a elevada concorrência existente entre países, cidades e regiões, a cultura emerge como elemento diferenciador e determinante para atrair despesas turísticas e maiores níveis de investimentos e de empregos.

De facto, a aliança entre a cultura e o turismo tem levado a uma maior prosperidade das comunidades nativas, ao contribuírem para o desenvolvimento local e para uma maior dinamização da atividade económica (WTO, 2004).

O turismo cultural permite, além da apreciação dos objetos, infraestruturas e entre outras formas culturais, o envolvimento dos turistas com a própria comunidade. Deste modo, o turismo cultural promove a valorização da cultura nas suas complexidades e singularidades, impulsionando valores que caracterizam a identidade cultural e a memória coletiva da população.

No entanto, coloca-se a questão relativamente à distribuição dos custos e benefícios do turismo entre os vários intervenientes sociais, privados e públicos, assim como os benefícios e os riscos para os sítios patrimoniais. Neste sentido, não podemos deixar de reconhecer a importância económica do turismo, mas também não podemos ignorar que a riqueza gerada pela exploração turística de certos elementos culturais seja distribuída de forma desigual entre os residentes, podendo ser causa das desigualdades sociais ou económicas (Orduna & Urpí, 2010). Segundo este autor, esta noção de benefícios é essencial para o bom funcionamento da prática turística e para garantir que os produtos culturais sejam utilizados de forma controlada, organizada e rentável, sendo capazes de aumentar a procura e consequentemente contribuir para criar empregos e gerar riquezas á população local.

Assim, é importante avaliar se os programas foram cumpridos, se a riqueza derivada da exploração turística do património cultural melhorou as condições de vida da população e se os lucros dessa atividade foram distribuídos pelo sector privado e pelas autoridades municipais.

2.6 Da política do turismo cultural à gestão e valorização do património

A gestão e a preservação do património cultural são da responsabilidade e da negociação possível dos diferentes setores sociais incluindo os cidadãos e o poder político (Rodrigues, 2002). Pereira (1999) partilha da mesma opinião, sustentando que a defesa dos interesses públicos não pode ser encarada como uma responsabilidade única do Estado, mas também de todos os atores sociais, por meio de uma participação consciente e decisiva por parte destes.

Segundo ICOMOS, para que a indústria turística seja sustentável, capaz de garantir a proteção do património para as gerações vindouras, é imprescindível a participação e a colaboração das comunidades locais, dos conservacionistas, dos operadores turísticos, dos proprietários, dos autores de políticas, dos responsáveis pela preparação dos planos de desenvolvimento nacional e dos gestores dos sítios (ICOMOS, 1999).

A política do turismo deve basear-se numa lógica de gestão integral dos recursos, incorporando o património na oferta global, que permita oferecer aos turistas mais e melhores serviços, dinamizando e diversificando a economia local (Pardo, 2001, *apud* André, et al., 2003). A presença de uma boa política de gestão é fundamental para a identificação, valorização, sustentabilidade e difusão do património cultural local.

A sustentabilidade do turismo cultural tem que se basear numa política de desenvolvimento que procure por um lado o resgate, a revitalização e a validação do património, com intuito de preservar a sua identidade, e por outro lado a criação de riqueza para a população local. O ICOMOS acrescenta ainda que é preciso “uma gestão objetiva e equilibrada que proporcione o acesso intelectual e emocional ao património, bem como ao desenvolvimento cultural, constitui ao mesmo tempo um direito e um privilégio” (ICOMOS, 1999, p. 1).

A UNESCO afirmou em 1989, na sua 32^a Conferência Geral, no documento “Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”, nela aprovada, que a cultura tradicional e popular, frágil em algumas das suas manifestações, constitui uma “parte integrante do património cultural”, estando no entanto cercada de “múltiplos fatores”, entre os quais a perda de adesão por parte dos seus portadores, como consequência da “influência da cultura industrializada

difundida pelos meios de comunicação” (García, 1998). O ICOMOS (1999) afirma que atualmente com o fenómeno da globalização, as principais preocupações mundiais residem cada vez mais, nos aspetos como a proteção, a conservação, a interpretação e a divulgação da diversidade cultural.

Cabe à administração local o compromisso legal para garantir a proteção do património e a assunção do encargo financeiro suportável, de modo a que se possa manter o valor identitário da população local que o sustenta e evitar o seu abandono. Deve-se, assim, integrar as políticas administrativas de planificação territorial, educativa, científica e turística, com o possível caminho para a gestão integrada do património, bem como apostar na formação dos profissionais do património e da implementação de um código de ética para enquadrar as suas atividades (Talavera, 2008).

Para formatar uma política atual é necessário debater, conhecer e compreender a atuação e a lógica do mercado cultural nacional e internacional, de forma a pensar a economia do sector de forma estratégica (Silveira, 2010).

As entidades competentes têm que criar iniciativas e definir políticas que incentivem o envolvimento das entidades públicas e privadas no desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo e à cultura.

Um dos problemas e desafios do turismo cultural diz respeito à capacidade de carga e ao desgaste do património resultante do seu uso descontrolado e excessivo. É necessário uma planificação rigorosa do fluxo turístico de forma a evitar efeitos perversos, como os provenientes da massificação e saturação (André, *et al.*, 2003).

A gestão e a planificação adequada do turismo cultural é uma forma de potencializar e promover o valor do património histórico-cultural, oferecendo melhor qualidade de vida à população. Segundo Pérez (2009), o turismo cultural pode ser um meio para a conservação e valorização do património cultural. Este autor explica que isso só é possível se as políticas foram orientadas de forma a manter um equilíbrio entre o turismo cultural e o património cultural.

O turismo cultural não se preocupa somente com a oferta de elementos culturais mas também implica a preservação do património cultural em geral (Rodrigues, 2002), e o ICOMOS assegura a importância da relação entre o turismo

e a cultura, visto que o turismo cultural contribui para a manutenção e proteção do património (ICOMOS, 1999).

Segundo Costa (2009), muitos estudiosos defendem que o turismo cultural está baseado não somente na visita a uma série de atrativos culturais, mas também na vivência e no contacto direto com outras culturas, gerando uma aprendizagem a partir de experiências diretas do próprio visitante. Deste modo, pode-se também esperar um aumento do interesse pela cultura e pelo turismo cultural, motivado pelo desenvolvimento educacional (Gonçalves, 2003).

Convém realçar que recentemente esta ideia da educação patrimonial tem adquirido cada vez mais presença no atual cenário cultural e turístico. São inúmeras as instituições culturais que têm incorporado, por meio dos seus programas e atividades, questões importantes relacionadas com a educação. Todavia é necessário aumentar os canais de formação e participação destes agentes sociais, de forma a atender a diversidade de demandas segundo as necessidades específicas que possam surgir.

Contudo, é necessário levar em consideração que o uso massivo e descontrolado de visitas aos monumentos e aos sítios históricos e arqueológicos pode acarretar efeitos negativos, nocivos e destrutivos (OMT, 1999). Para que esse efeito do turismo cultural sobre os monumentos seja positivo, é preciso um estudo cuidadoso, e levar a cabo uma política de planeamento e gestão concertada e efetiva a todos os níveis (ICOMOS, 1999).

Parte II: Estudo de Caso: O concelho do Tarrafal

Capítulo III

3. Contextualização do objeto do estudo

Este capítulo é dedicado à caracterização do nosso objeto de estudo. Será feita uma breve apresentação geográfica, económica e cultural de Cabo Verde e uma análise do fenómeno turístico no Arquipélago. Entendeu-se que esses aspetos são de extrema importância no contexto deste trabalho, precisamente porque servirão de base para o enquadramento e a compreensão do nosso objeto de estudo.

De seguida passaremos a expor o nosso foco principal que é o Tarrafal, apresentando a sua caracterização geográfica, as atividades económicas ali desenvolvidas, o turismo neste concelho e os seus recursos e atrativos culturais com potenciais turístico.

3.1 Breve apresentação de Cabo Verde

“Um imenso deserto, uma extensa paisagem lunar. É esta a primeira imagem que se oferece a quem, do avião, avista o arquipélago de Cabo Verde – dez ilhas no Oceano Atlântico, a oeste da costa africana” (Calixto, 2010, p. 50).



Imagem 1: Cabo Verde (Fonte: Google Maps)

Cabo Verde é um pequeno arquipélago situado a 500 km a Oeste da Costa Africana à latitude média de 16° Norte e à longitude média Oeste de 24°. É constituído por dez ilhas, das quais uma é desabitada (Santa Luzia). Estas ilhas têm uma área total de 4 033 km², formando dois grupos: o do Barlavento e o do Sotavento. O grupo de Barlavento fica a Norte, composto pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista; o de Sotavento fica situado a Sul e é formado pelas ilhas de Maio, Santiago Fogo e Brava.

A população é mal distribuída entre as ilhas e dentro das próprias ilhas, sendo que mais de metade se concentra na maior ilha – a de Santiago (MAA & INMG, 2007).

A temperatura média anual do ar é sensivelmente de 25° e as amplitudes térmicas são de fraca expressão. As estações do ano são basicamente duas: a das chuvas, que vai do mês de agosto a Outubro, e a seca entre dezembro e julho. O sol é visível durante quase todo o ano.

Cabo Verde é de origem vulcânica e apresenta extremos orográficos, com ilhas quase planas (e.g. Sal e Boavista), ilhas com relevo acima dos mil metros, tais como Santiago (1373 m) e Santo Antão (1979 m), ou que atingem altitudes próximas dos três mil metros, como a ilha do Fogo (2829 m). Este arquipélago é muito influenciado pelos ventos Alísios do Norte, apresentando um clima temperado e seco excetuando no verão, que é quente e húmido. Devido à sua localização na região do Sahel a sua produção agrícola é fortemente condicionada pela ausência de chuvas. A escassez de recursos naturais, reduzidos ao sal, rochas vulcânicas e pesca, é compensada por uma situação geoestratégica favorável e por uma população com uma escolarização e alfabetização crescente (Reis, 2010).

Em resultado desta localização estratégica, serviu até finais do século XVI como plataforma do comércio e mercado de revenda e de distribuição de mercadorias da Guiné para a Península Ibérica, Ilhas Atlânticas, Brasil e Antilhas.

O baixo nível de crescimento da população, marcado por longos períodos de seca, limitados recursos de capital fixo e humano e a dependência da ajuda e financiamento externo levaram a um persistente aumento da pobreza, do desemprego e consequentemente da emigração (MAA & INMG, 2007). Após a independência em 1975, o compromisso entre as personalidades políticas e os

sectores sociais mais pobres permitiram autocentrar o desenvolvimento e criar, passo a passo, a partir da solidariedade internacional e da identificação dos interesses conjunturais dos atores internacionais, a base económica, as condições sociais e uma ação política baseada numa sociabilidade mais participativa (Reis, 2010). O governo tem apostado fortemente no desenvolvimento do sector turístico, tornando-o no principal motor da economia cabo-verdiana.

Um dos principais objetivos estratégicos das políticas adotadas em Cabo Verde nos últimos quinze anos é a forte aposta num crescimento baseado no sector privado e na sua integração na economia mundial. Durante a primeira metade dos anos 90, o maior investimento foi o público, passando a ser maioritariamente privado após 1996 (República de Cabo Verde, 2004). O investimento estrangeiro teve um papel fundamental no investimento privado, centralizado sobretudo no turismo e na indústria ligeira, representando entre 1997 e 2000, mais de metade do investimento privado (IPAD, 2011).

A situação económico-social cabo-verdiana tem tido um grande progresso nos últimos anos, fruto da implementação de políticas macroeconómicas sólidas e da criação de um ambiente estável para o investimento e a expansão da atividade económica. Essas mudanças económicas resultam principalmente do sector terciário, contribuindo para o aumento do PIB e do emprego. Esta subida do sector terciário deve-se ao bom desempenho do turismo, dos transportes, da banca e dos seguros. Devido a grandes vulnerabilidades económicas, Cabo Verde ainda continua a depender fortemente do fluxo dos recursos externos (IPAD, 2011).

A riqueza cultural de Cabo Verde é vasta e diversificada, com traços muito dissemelhantes, devido à mistura entre o Africano e o Europeu. A própria musica onde se destacam vários ritmos, a dança, a gastronomia, o artesanato, a literatura, o teatro entre outros, respiram as influências dos estilos Europeus e Africanos.

A cultura cabo-verdiana não é um mosaico resultante da reunião de fragmentos culturais de várias origens que se imbricam e entrecruzam, mas ultrapassa o caldeamento desses elementos, harmonizando-os, contextualizando-os e constituindo uma unidade. É, por esse motivo, uma cultura caracterizada pela heterogeneidade (Calixto, 2010, p. 55).

Apesar das poucas riquezas naturais do Arquipélago, o povo cabo-verdiano tem um enorme potencial criativo e diferentes expressões artístico-culturais.

Atualmente é notório o enorme esforço feito por parte das instituições públicas, privadas e das ONG's, na diversificação da oferta turística de Cabo Verde, através da inclusão cada vez maior das manifestações culturais no circuito turístico, que até há bem pouco tempo se baseava somente no turismo balnear (Carvalho, 2010).

A vulnerabilidade de Cabo verde obriga a uma gestão cautelosa e prudente dos recursos naturais e culturais das ilhas, de forma a evitar a massificação do turismo e a sua possível destruição.

3.2 O acordar do turismo em Cabo Verde e o seu contributo para o desenvolvimento do país

“Cabo Verde é por si só um atrativo turístico, pelo facto de ser constituído por dez ilhas e oito ilhéus, todas com características diferentes” (Carvalho, 2010, p. 55).

Desde a sua descoberta é reconhecida a importância geoestratégica das ilhas, especialmente devido à sua localização no cruzamento das rotas do Atlântico, tendo servido como ponto de ligação entre os continentes africano, europeu e americano (Calixto, 2010). A sua diversidade cultural, resultante dessa mistura entre povos, constitui um produto turístico cheio de potencialidades que atrai e encanta todos os visitantes.

Após o esforço feito em 1975 com vista ao desenvolvimento, Cabo Verde procurou, nos anos 90, a sua integração na economia mundial. Assim, em 1995, com o investimento português aplicado na compra e na qualificação dos hotéis já existentes, deu início ao investimento no sector do turismo. Em 1998 este processo intensificou-se, com a construção de novos hotéis por investidores italianos, operando no Sal, S. Vicente e Boa Vista, atingindo o pico em 2000, com investidores espanhóis, mantendo, desde então, um bom ritmo até hoje (Reis 2010).

Os responsáveis pelo sector do turismo têm procurado melhorar ao longo dos últimos anos a imagem turística do país, envolvendo todas as ilhas. O primeiro *slogan* promocional de Cabo Verde foi: “Um destino de sol e praia”, apresentando

estas duas características como um ponto forte de Cabo Verde. Mas, mais tarde ao aperceber de que o país precisava diversificar a oferta e apostar em produtos alternativos, foi lançada pela PROMEX (atual CI) o segundo *slogan*: “Um país de *morabeza*”², valorizando ainda mais a sua cultura. Posteriormente, como forma de promover as restantes ilhas e de mostrar que cada ilha é única com especificidade própria, foi lançado o *slogan*: “Um país com vários destinos” (MECC, 2004 *apud* Carvalho, 2010).

O sector turístico tem vindo a ganhar cada vez mais, uma maior importância nas atividades económicas de Cabo Verde, representando um dos seus principais eixos de desenvolvimento, com efeitos macroeconómicos assinaláveis, sobretudo, na formação do Produto Interno Bruto (PIB) (INE, 2011).

Embora o turismo se tenha revelado como um sector-chave de desenvolvimento do país, ainda não foram plenamente exploradas as suas potencialidades.

A administração do sector turístico é assegurada pela Direção Geral do Turismo (DGT) e pelo Cabo Verde Investimento (CI), organismos que, sob tutela do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade (MECC), definem as políticas e estratégias de desenvolvimento deste sector, fiscalizando também as atividades turísticas (Carvalho, 2010).

Pelo Decreto-Legislativo nº 02/93 de 01 de Fevereiro, o governo definiu as chamadas Zonas Turísticas Especiais (ZTE's), de forma a controlar as potenciais zonas de desenvolvimento turístico, visto que constituem um bem escasso e frágil do ponto de vista ambiental e paisagístico. Podem classificar-se em Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI's), isto é, zonas que possuem especial aptidão para o Turismo (excelentes condições geográficas e valores paisagísticos) e as Zonas de Reserva e Proteção Turística (ZRPT's), ou seja, zonas detentoras de

² A palavra *morabeza*, é um regionalismo crioulo de Cabo Verde, que é tida como sendo um substantivo derivado do adjetivo *morabi* (supostamente do português amorável), e significa amável, afável, atencioso(a), delicado(a), gentil, simpático(a), carinhoso(a). Cf. <http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=24522>.

um elevado valor paisagístico e natural, em que para assegurar a competitividade do produto turístico, se torna imprescindível a sua preservação (Carvalho, 2010).

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no ano 2011 registaram-se em Cabo Verde, 195 estabelecimentos hoteleiros, o que corresponde a um acréscimo de 9,6%, face ao ano anterior. Esses estabelecimentos hoteleiros ofereceram uma capacidade de alojamento de 7.901 quartos, 14.076 camas e 17.025 lugares, representando um aumento de 34,1%, 23,5% e 22,8% respetivamente, em relação ao ano anterior.

Conforme esses dados, a ilha de Santiago é a que possui maior número estabelecimentos de alojamento turístico com 43 unidades, o que corresponde a 22,1% do total existente em Cabo Verde, seguida da ilha de São Vicente com 32 unidades, Santo Antão com 29 e Sal com 27 unidades, respetivamente.

As pensões continuaram a ser os estabelecimentos hoteleiros com maior peso, representando cerca de 34,4% do total. Seguem-se as residenciais com 27,2% e os hotéis com 22,6%.

Em relação à procura turística, os dados do INE indicam que os estabelecimentos hoteleiros registaram 475.294 hóspedes e 2,8 milhões de dormidas, traduzindo um aumento, em termos absolutos, de 93.463 entradas e 485.283 dormidas, relativamente ao ano anterior. Os hotéis continuam a ser os estabelecimentos com maior procura representando 85,1% do total das entradas, seguidos das residenciais e das pensões, ambas com 4,9%. Também em relação às dormidas os hotéis lideram, com cerca de 92,2%. A seguir vêm os aldeamentos turísticos com 2,8% e as pensões com 2,1%.

O Reino Unido continua a ser o principal mercado emissor de turistas para Cabo Verde, sendo responsável por 19,0% do total das entradas, seguido de França, responsável por 14,0%, Portugal por 13,8% e Alemanha por 12,7%. Em relação às dormidas, o Reino Unido lidera também, com 27,1% do total, seguido de Alemanha com 15,1; Itália com 14,1% e Portugal com 11,9%.

Segundo os mesmos dados, a Ilha da Boavista passou a ter maior procura, com 38,9% do total das entradas, seguida da ilha do Sal, com 35,4% e Santiago, com 12,6%. O mesmo acontece, no que se refere às dormidas: a ilha da Boavista

lidera com 47,2%; seguem-se a ilha do Sal, com 42,9%, e a de Santiago, com 4,6% (INE, 2011).

O turismo em Cabo Verde, embora se encontre numa fase de desenvolvimento, está a transformar-se rapidamente num dos pilares da economia desse país. Assim, para manter ou aumentar os pontos positivos e minimizar as implicações negativas, é necessário elaborar uma estratégia de gestão e de planeamento bem definida para o sector turístico, envolvendo os intervenientes políticos, sociais, a população local e os demais organismos, de forma que possam assegurar um crescimento a longo prazo. É também importante definir com maior clareza o papel e o campo de atuação dos diferentes atores envolvidos no sector turístico.

Apesar da existência ainda de lacunas no que diz respeito à mão-de-obra especializada a nível técnico, tem sido feito muitos investimentos na formação e capacitação da população, como a criação de escolas de formação profissional, a implementação de cursos de gestão hoteleira e turística nas universidades, o que é muito importante para o crescimento e o desenvolvimento do país (Carvalho, 2010).

3.3 Caracterização do Tarrafal

“A localização da Cidade do Tarrafal e a sua configuração geográfica fazem com que a atividade turística, não apenas balnear, como também histórica e cultural comecem a constituir um desígnio do desenvolvimento urbano e socioeconómico do Tarrafal” (Gonçalves, 2010, p. 3).



Imagem 2: Localização do Tarrafal (Google Maps)

O Concelho do Tarrafal encontra-se localizado na parte norte da ilha de Santiago, a uma distância de 75 quilómetros da cidade da Praia (capital de Cabo Verde). Ocupa uma superfície de 112,4 Km², representando assim cerca de 11% da área total da ilha de Santiago e 2,8% do território nacional (CMTS, 2011a).

De acordo com Virgílio (2010), nas duas últimas décadas o Tarrafal tem registado uma notável evolução ao nível económico, demográfico e urbanístico.

Segundo a fonte estatística (INE) de 2010, o concelho de Tarrafal possui cerca de 18.565 habitantes, cuja maioria é representada pela população feminina, com cerca de 10.166, enquanto a população masculina conta com cerca de 8.399 indivíduos. Este concelho apresenta características básicas de uma pequena cidade

com alto grau de ruralidade e contradições relacionadas com o processo de urbanização em Cabo Verde (Milani & Droulers, 2002; Gonçalves, 2010).

Os principais fatores responsáveis pela oscilação do crescimento demográfico no concelho de Tarrafal são a seca e os movimentos demográficos, com maior expressão nos adultos na fase ativa) (Milani & Droulers, 2002).

No que diz respeito ao clima, o referido concelho oferece as mesmas características do país – temperaturas moderadas, com a média anual de 24°C, sendo caracterizado por duas estações: a das águas e a das brisas (Gonçalves, 2010).

A chuva é bastante irregular, criando um contraste entre as zonas altas e as faixas litorais.

A parte norte do concelho é a região mais baixa, razão pela qual apresenta um maior índice de aridez e à medida que se vai avançando em direção ao sul, aproximando-se da cadeia do maciço da Serra Malagueta e conseqüentemente aumentando a altitude, verifica-se uma diminuição da aridez. Por outro lado, verifica-se que as vertentes orientadas a Norte (menos ensolaradas), que contribuem ainda mais para a diminuição da aridez, coincidem com as zonas mais altas do concelho também localizadas nas proximidades da Serra da Malagueta (CMTS, 2011a, p. 16).

3.3.1 As atividades económicas no Tarrafal

A existência significativa de pobreza no concelho do Tarrafal envolve especialmente os agregados familiares chefiados por mulheres, com maior incidência naqueles cuja sobrevivência depende de rendimentos provenientes de sectores de atividades tradicionais, designadamente agropecuária e pesca. No entanto, é notável o crescimento que o concelho de Tarrafal tem vindo a conseguir nas mais diversas áreas, entre as quais: melhoria das condições de acesso à educação e formação, da saúde, da energia e água, entre outras (CMTS, 2011b).

As atividades económicas predominantes neste concelho são a agricultura, a pesca, a pecuária, o comércio e serviços, as pequenas indústrias e o turismo.

No que diz respeito à agricultura, é de referir que a maioria da população sobrevive à base dessa atividade, com maior predominância na agricultura de sequeiro, sobretudo com o cultivo do milho, do feijão, da mandioca e batata-doce. Contudo, devido à escassez da precipitação, os rendimentos são baixos e as produções bastante aleatórias. Por sua vez, a agricultura de regadio é praticada em pequena escala em algumas zonas, com resultados satisfatórios.

A CMTS aponta como os principais responsáveis da baixa produtividade do sector agrícola, fatores como a baixa fertilidade dos solos, a não conservação dos produtos, a gestão deficiente dos recursos hídricos e irrigação, falta de agricultores, deficiente integração da produção agrícola e pecuária, mercado limitado e dificuldades no escoamento dos produtos (CMTS, 2011a).

A pesca também é uma atividade importante do sector primário, apesar das dificuldades que este vem enfrentando, devido à falta de equipamentos e de condições adequadas para a pesca e a conserva do pescado (Gonçalves, 2010).

Os próprios profissionais deste sector confirmam a diminuição significativa na captura de peixe devido à deterioração de algumas praias e à falta da política de preservação das espécies (CMTS, 2011b).

Neste concelho, esta atividade é caracterizada sobretudo pela utilização de um sistema misto, isto é, artesanal e semi-industrial, com o maior peso de envolvimento de pessoas na pesca artesanal (CMTS, 2011a). Na sua grande maioria, os pescadores utilizam pequenas embarcações abertas, com pequenos motores. O peixe é quase exclusivamente comercializado no concelho e em alguns outros municípios, como a Assomada e a Praia.

No Tarrafal a pecuária é caracterizada por explorações exclusivamente familiares de pequena dimensão, complementadas com a atividade agrícola, tendo como principais objetivos a melhoria da dieta alimentar e a resolução de problemas socioeconómicos, especialmente das famílias que vivem no meio rural. A criação de gado é feita ao ar livre, isto é, os animais permanecem livres durante o dia alimentando-se principalmente da vegetação espontânea que surge durante a época das chuvas. A maior dificuldade enfrentada pelas pessoas que sobrevivem desta atividade tem a ver com a comercialização dos produtos pecuários, assistência técnica, preservação do potencial genético das raças, pastoreio livre, fornecimento

de fatores de produção, sanidade, nutrição animal e manutenção do efetivo (CMTS, 2011a).

Tal como os outros sectores de atividade já descritos anteriormente, o sector do comércio e dos serviços é importantes para o município. Neste setor predominam maioritariamente negócios de pequena dimensão, abastecimento e comercialização de produtos como pescado, produtos agropecuários frescos e transformados, peças de artesanato, vestuário, calçado, entre outros. Este fraco investimento nos espaços de maior dimensão tem a ver sobretudo com o fraco poder de compra dos residentes. Os comerciantes vendem os seus produtos individualmente no mercado local e num município vizinho (Santa Catarina).

O sector da indústria é muito reduzido e compõe-se de pequenos empreendimentos privados. Sobressaem as oficinas de mecânica, serralharia, carpintaria, a padaria e os estaleiros de blocos.

Este sector de atividade tem sido bastante afetado por problemas como altos custos de produção, mercado consumidor limitado, baixo poder de compra, deficiente capacidade de comercialização dos produtos, fraca organização das empresas, carência de pessoal qualificado e a localização das unidades industriais em espaços inadequados (CMTS, 2011a).

3.3.2 O turismo no Tarrafal

“Com uma costa rica em praias de múltiplas facetas, também possui uma história que carrega o passado colonial do país, de Portugal e dos países Africanos de língua oficial portuguesa” (Gonçalves, 2010).

O concelho de Tarrafal tem-se destacado, desde a sua fundação, pelo seu fantástico potencial natural (Gonçalves, 2010); e pelas histórias e simbologias que o concelho conserva, especialmente do Campo de Concentração.

Este concelho conta com um conjunto de atrativos naturais e culturais de alto potencial que favorece uma boa prática da atividade turística.

O Tarrafal também dispõe de um conjunto de empreendimentos turísticos como hotéis, pensões, restaurantes, bares, cafés, assim como infraestruturas de apoio ao turismo, como o novo Mercado Municipal, o novo Centro de Saúde, o ex-

Mercado Municipal transformado em centro cultural (Gonçalves, 2010), bancos, posto de informação turístico, etc.

A atividade turística no concelho do Tarrafal, ainda está centrada no turismo de sol e praia, com muita pouca expressão noutros tipos de turismo. Este cenário aponta para um crescimento não baseado nos princípios da sustentabilidade, o que pode provocar crescimento descontrolado e a sazonalidade. No entanto, este concelho possui importantes recursos culturais, que complementam e potenciam o turismo e contribuem para a diversificação da oferta.

A Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago (CMTS) tem promovido a valorização do Tarrafal numa estratégia de turismo cultural e ecológico através da inclusão ativa da população nas atividades culturais, sociais e económicas, na recuperação dos patrimónios históricos e na gestão dos recursos naturais (Milani & Droulers, 2002).

Segundo um estudo levado a cabo pela UNESCO, já são notáveis os impactos económicos, sociais, culturais e ambientais do turismo neste concelho, como por exemplo: a construção civil desordenada, a venda de espaços para infraestruturas turísticas e problemas ambientais. Assim, é fundamental que haja uma política adequada de gestão e planeamento, tendo em conta a sustentabilidade económica, social, cultural e ambiental, visto que o turismo pode contribuir tanto para a criação de empregos, como também pode conduzir a uma forte pressão sobre os recursos culturais e naturais (Milani & Droulers, 2002).

Segundo Gonçalves (2010), cerca de 12,5% da população ativa desempenha diferentes funções nos serviços de comércio, restaurantes e hotéis.

Com o intuito de melhorar a produtividade deste sector, a CMTS delineou um conjunto de atividades:

- a) Incentivos aos privados para investimento no sector, quer diretamente, quer através de parcerias público-privadas, com a Câmara Municipal;
- b) Prossecução da política de promoção do concelho enquanto destino turístico nacional por excelência, através da participação em feiras e da promoção nas revistas especializadas de circulação nacional e internacional.
- c) Funcionamento do posto de informação turística;
- d) Elaboração do plano estratégico de desenvolvimento do turismo;

- e) Incentivo à implementação do turismo rural;
- f) Negociação com os operadores turísticos, com vista a institucionalizar um conselho de concertação semestral e um plano de formação contínuo para o pessoal do sector;
- g) Incentivo às atividades de lazer, de cultura e de artesanato, enquanto sectores de apoio e de diversificação da oferta turística (CMTS, 2011b, p.11).

A estratégia da promoção do sector turístico não pode ser independente das políticas de desenvolvimento local integrado. Deve valorizar o meio ambiente, evitando degradação das praias, melhorar a gestão do lixo e resíduos sólidos e proteger as áreas verdes; fomentar atividades económicas para a população local, tanto na área de hotelaria como no campo de atividades culturais e gastronómicas, e noutras áreas; capacitar os residentes através da educação ambiental, formação técnica para o emprego, sensibilização à participação democrática (Milani & Droulers, 2002).

Contudo, é importante a planificação, gestão e uso adequado do solo, enquanto recurso estratégico para o desenvolvimento municipal; mobilização de parcerias; construção de infraestruturas básicas; melhoria das condições de acesso aos bens e serviços básicos, com realce para o sistema de abastecimento de água e de fornecimento de energia elétrica às comunidades; promoção do acesso à educação e à saúde.

3.3.3 Recursos culturais com potencial turístico no Tarrafal

Este concelho dispõe de um grande potencial, a nível da natureza e da cultura, as quais são extremamente interessantes e capazes de o transformar num destino turístico de alta qualidade.

O Tarrafal dispõe de um clima bastante agradável, com uma temperatura média anual de 24 °C, boas montanhas; belas praias que apresentam excelentes condições para a prática de diversas modalidades de desporto aquático e um banho especial e singular, sendo também rico em manifestações culturais, onde nasceram vários artistas e grupos culturais diversos.

Assim, entre os recursos culturais de interesse turístico sobressaem: os monumentos religiosos e civis, a gastronomia, o artesanato, as festas e romarias, a música, os centros de exposições artísticas e de organização de eventos e o antigo Campo de Concentração.

3.3.3.1 Monumentos religiosos e civis

Existem no Tarrafal alguns monumentos religiosos e civis de valor histórico-cultural, os quais, se bem preservados, valorizados e divulgados, podem ser incluídos nos roteiros de turismo cultural.

Os monumentos religiosos desempenham um papel muito importante enquanto um lugar de culto. Assim, destaca-se a Igreja Matriz Santo Amaro Abade, que fica situado no centro da cidade, perto da praça do município e a Capela da Ribeira das Pratas, construída nos anos 40 (CMTS, 2011a).

De entre os monumentos civis de interesse histórico-cultural e turístico sobressaem: os Paços do Concelho, localizados no centro da cidade à frente da praça do município, construídos em 1935 à semelhança do Mercado Municipal de Artesanato e Cultura do Tarrafal; a Escola Central também construída em 1935 no centro da cidade, ao lado da praça do município. Esta foi a primeira escola do concelho e conserva ainda os traços coloniais; os Faróis da Ponta Preta e Moreira são monumentos de grande valor tanto pelas funções que desempenharam, como pelo seu enquadramento, onde se destaca a beleza da paisagem circundante; e ainda a Alfandega Velha, edificada em 1941 numa plataforma litoral perto do cais da Baía do Tarrafal. Com a sua arquitetura singular e tipicamente colonial, esta exerceu um papel relevante até aos anos 70. A poucos metros da “Praia do Presidente” encontra-se o Matadouro, construído em 1940. Este edifício, que agora se encontra em estado de degradação, nunca chegou a funcionar; na zona de colonato de Chão Bom foi construído em 1960, o Silo de Colonato, que teve um papel muito importante na conserva de pastos, principalmente nas épocas da seca. Ainda existem algumas casas tradicionais situadas nas zonas altas, sendo que a maioria se encontra desabitada. Essas casas conservam valores culturais de grande importância na representação da identidade local (CMTS, 2011a).

3.3.3.2 A gastronomia

A arte de cozinhar esteve sempre bem apegada ao povo cabo-verdiano. A gastronomia desempenha um papel importante no turismo, sobretudo quando se trata do turismo cultural, funcionando como um verdadeiro cartão-de-visita e um dos pontos fortes para o setor e para a dinamização da economia local. Para acompanhar estes pratos destacam-se também diferentes tipos de doces e de salgadinhos tradicionais.

3.3.3.3 O artesanato

O artesanato é uma das principais manifestações culturais do Tarrafal. Em 2012 realizaram-se a 3ª edição da feira de artesanato, marcada pela criação e exposição de diferentes peças artísticas bastante atrativas e apetecíveis. A sua produção é uma tradição local e constitui uma fonte de rendimento para os artesãos e suas famílias, contribuindo também para a expansão e o melhoramento da indústria artesanal típica do Tarrafal. Os artesãos aproveitam os recursos naturais para produzirem diferentes peças típicas locais (Gonçalves, 2010). Podem encontrar-se essas peças em vários pontos do Tarrafal entre os quais no “centro das artes e Ofícios Trás di Monti”, no “Mercado Municipal de Artesanato e Cultural do Tarrafal”, etc.

3.3.3.4 As festas e romarias

No Tarrafal as festas religiosas são bastante expressivas e constituem o palco onde o religioso e o profano se misturam entre si. Durante estas festas tradicionais são realizadas concursos onde combinam várias modalidades culturais como a música, dança, teatro, etc, assim como diferentes artistas que são convidados a participar nesses eventos. Talvez a principal festa realizada neste concelho seja a de “*Nhô Santo Amaro*”, que se realiza no mês de janeiro (Gonçalves, 2010). Nessa época, os empresários e comerciantes locais aumentam os seus rendimentos devido à deslocação de grande número de pessoas para esta região. Entre o mês de fevereiro e março realizam-se as atividades do carnaval e da páscoa (CMTS, 2011a; Gonçalves, 2010).

3.3.3.5 A música

O concelho do Tarrafal sempre foi uma terra de música. Nasceram ali grandes personalidades dos mais diversos géneros musicais cabo-verdianos, assim como grandes grupos de dança, de música e de teatro. Importa referir também que o Tarrafal foi e continua a ser o palco de inspiração de vários artistas.

3.3.3.6 Centros de exposições artísticas e de organização de eventos

Sobressai também o Centro de Artes e Ofícios de Trás-os-Montes, pela produção e preservação da olaria tradicional local. Neste centro, encontra-se em exposição objetos numa vertente etnográfica assente na cultura material local, onde o visitante poderá observar peças antigas da cultura material como a olaria, a panaria e a cestaria, assim como os instrumentos utilizados na sua execução.

Este centro tem como principal missão o desenvolvimento local e a promoção da qualidade de vida, tendo como base a cultura local. Assim, o Centro de Artes e Ofícios de Trás-os-Montes promove:

A autoestima e a consciência dos valores patrimoniais nos domínios ambiental e cultural; privilegiam como áreas preferenciais de estudo as Artes, as Ciências da Natureza e as Ciências Sociais; Promovem-se ações de formação que visam capacitar os atores locais para as atividades tradicionais, incentivando a inovação, fomentando a multidisciplinaridade; Pretende-se contribuir para a aproximação desta comunidade a padrões de sustentabilidade mais equilibrados e fixar na comunidade valores patrimoniais e culturais, tornando-os acessíveis a um leque diferenciado de visitantes (CMTS, 2009, p.1).

Neste centro o turista tem a oportunidade de apreciar diversos utensílios decorativos e de utilidade doméstica ali produzidos e conservados.

Além deste centro, existe o Mercado Municipal de Artesanato e Cultura do Tarrafal (MMACT), espaço destinado tanto para a exposição de produtos locais, como também para a organização de diversas atividades como festivais da música, dança, teatro, entre outros. É um lugar de promoção e dinamização das atividades artísticas e culturais do Tarrafal. Este mercado possui diversos compartimentos com

funções distintas entre os quais se destaca: posto de informação turística; agência de viagens; espaço de doçarias e salgados; espaços de *atelier* e artesanato; sala de apoio ao palco; espaço de *fast food*; sala de multimédia e exposições; espaço de ensaios e iniciação de aprendizagem de artes tradicionais; sala de som, estúdio e comunicação e por fim sala de administração (CMTS, s.d.).

3.3.3.7 O Campo de Concentração do Tarrafal

Este Campo é um dos patrimónios mais emblemático da luta pela liberdade que une Cabo Verde, Portugal, Angola e Guiné.

Devido à importância deste património para Cabo Verde em geral e para o Tarrafal em particular debruçar-nos-emos mais sobre o mesmo, explorando a sua história e o seu valor cultural.

Assim, iremos falar sobre as questões históricas do Campo de Concentração do Tarrafal, destacando os processos relacionados com a sua construção, a razão da sua utilização, os países e grupos sociais implicados, a deportação dos presos, a vida quotidiana, a política do Campo, a resistência e por fim a união.

Para enquadrar melhor a História do Campo de Concentração do Tarrafal torna-se necessário a sua abordagem em dois grandes momentos do seu funcionamento: o primeiro momento entre 1936 a 1954, quando o Campo funcionou como instrumento de repressão contra os opositores o regime fascista Português; o segundo, entre 1961 a 1974, contra os nacionalistas de Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde que lutavam pela emancipação dessas colónias.

3.3.3.7.1 O Campo de Concentração entre (1936 a 1954)

A Colonia Penal do Tarrafal ou o “campo da morte lenta”, assim conhecido e chamado por aqueles que estiveram ali presos, foi construído pelo Estado Novo, à imagem dos Campos de Concentração do regime nazi, com o intuito de destruir tanto fisicamente (vida política e social) como psicologicamente todos os Portugueses que se opunham aos ideais e às políticas da ditadura fascista de Salazar (Caldeira & Tavares, 2009).

“A política de liquidação dos adversários políticos constituiu um objetivo central da instalação do Campo de Concentração na Ilha de Santiago em Cabo

Verde” (Caldeira & Tavares, 2009, p.38). A instalação da Colónia Penal numa ilha refletia claramente o fortalecimento do aparelho repressivo do regime e o endurecimento das medidas preventivas e repressivas de defesa do Estado (Barros, 2009).

A cidade do Tarrafal foi escolhida para instalar Colónia Penal devido a sua localização geográfica, visto que este sitio favorecia boas condições de vigilância, margens limitadas de fuga, isolamento, dificuldades de comunicação, difícil adaptação às novas exigências e conexões do meio, a cidade de Tarrafal foi escolhida para se esta (Barros, 2009).

Foi instituído formalmente pelo Decreto – Lei 26.539 de 23 de abril de 1936, no Tarrafal de Santiago a Colónia Penal de Cabo Verde, um autêntico Campo de Concentração, no âmbito da reorganização dos serviços prisionais, destinado aos presos políticos e sociais (Caldeira & Tavares, 2009; Nascimento, s.d.).

Argumentando com a instabilidade política em Espanha e Portugal, o regime de Salazar justificou a necessidade da instalação provisória da Colónia Penal de Cabo Verde. A urgência com que foi instalada é perceptível na forma como se deu a sua instalação improvisada, limitada por arame farpado em toda a sua volta, para receber os primeiros deportados políticos. Foi com esta primeira instalação (provisória) em tendas de lona sem condições mínimas de habitabilidade e de higiene, que esta Colónia Penal iniciou o seu funcionamento ao receber os primeiros presos antifascistas. Assim, fizeram parte do primeiro grupo, cerca de cento e cinquenta e um (151) presos deportados que deram entrada na Colónia Penal no dia 29 de outubro de 1936 (Caldeira & Tavares, 2009). Muitos indivíduos que fizeram parte desse primeiro contingente enviado para a Colónia Penal eram jovens sem responsabilidades políticas (Nascimento, s.d.).

O isolamento e a deportação desses indivíduos considerados subversivos e perigosos constituíam estratégias do próprio regime de forma a evitar o contacto e a contaminação do resto da população, e de garantir a separação temporária e/ou definitiva desses ativistas políticos do agregado social e político a que pertenciam.

O segundo grupo de presos políticos deportados neste roteiro de repressão deu entrada na Colónia Penal no dia 12 de junho de 1937 (Nascimento, s.d.; Caldeira & Tavares, 2009). Os presos viveram momentos difíceis sob condições

físicas rígidas, a má alimentação, a subnutrição, a falta de assistência médica e medicamentosa. A precariedade médica no Campo de Concentração do Tarrafal era evidente, dado que no campo havia um único médico (Esmeraldo Pais de Pratas), o qual contribuiu muito para o agravamento das condições de vida dos presos, dando cobertura aos trabalhos forçados, recusando-lhes a medicação de que careciam e desviando os medicamentos que as famílias enviavam. Era conhecido também por dizer que não estava ali para curar mas sim, apenas para assinar certidões de óbito (Caldeira & Tavares, 2009).

Foi construída no dia 17 de novembro de 1937, uma prisão vulgarmente conhecida por “frigideira” (pequena cela disciplinar especial de isolamento e de reclusão dos presos), para o cumprimento de castigos maiores (Nascimento, s.d.). O isolamento nesta cela especial constituía o momento máximo da encenação real do exercício da violência física e política sobre os presos políticos (Barros, 2009).

Estas celas especiais de isolamento e de punição dos presos sob severas condições de habitabilidade foram características das prisões políticas do salazarismo (Barros, 2009).

Em 1938, os presos foram transferidos das barracas de lona (que acolheu os presos durante 2 anos, entre 1936 a 1938) para os pavilhões de pedra, construídos para os abrigar (Nascimento, s.d.).

Em janeiro e maio de 1942, efetuaram-se mais prisões, tendo sido deportados para o Campo de Concentração do Tarrafal mais quinze antifascistas. Os presos eram homens firmes, corajosos, verdadeiros combatentes, sempre dispostos a lutarem pela liberdade do seu povo, mesmo estando sujeitos a espancamentos, torturas, castigos e trabalhos forçados impostos pelo regime (Nascimento, s.d.). A maioria desses presos ultrapassou em larga medida as penas a que tinham sido condenados (Caldeira & Tavares, 2009). A Colónia Penal do Tarrafal funcionava como um depósito de adversários do regime. Entre os principais adversários encontravam-se republicanos, democratas, anarquistas, sindicalistas, comunistas (Caldeira & Tavares, 2009; Barros, 2009).

Importa frisar que não existem um número exato dos presos deportados para o Campo de Concentração do Tarrafal, isto porque os diversos investigadores sobre

esta matéria apontam um número díspares de presos (com a diferença de 2 a 6), os quais, seguidamente, iremos apresentar.

Na sua análise, Barros (2009), constata que nos primeiros 18 anos (1936 e 1954) do funcionamento do primeiro período de funcionamento da Colónia Penal do Tarrafal deram entrada uma média de cerca de mais de três centenas e meia (374) de presos políticos deportados, provenientes de diferentes origens e filiações políticas e ideológicas.

Sem qualquer direito de defesa, em condições infra-humanas, sofrendo tortura, maus tratos e fome, passaram pelo internamento na Colónia Penal do Tarrafal durante esses 18 anos cerca de 360 deportados (Caldeira & Tavares, 2009).

Já para Nascimento (s.d.), estiveram presos na Colónia Penal entre 1936 a 1954, cerca de 340 deportados.

Esta discrepância existente relativamente aos números de deportados é condicionada por vários fatores, como a chegada/entrada de presos, a morte de alguns e o movimento de saída/libertação. A aplicação dos instrumentos repressivos pelo regime levou desde o início do seu funcionamento a que esta Colónia Penal fosse comparada aos Campos de Concentração nazis (Nascimento, s.d.).

Graças às várias manifestações organizadas, à luta das forças antifascistas em Portugal e à pressão internacional reclamando a democracia e a libertação dos presos do Tarrafal, a Colónia Penal de Chão Bom foi encerrado em 1954. Dois anos depois (1956) foi legalmente fechado (Caldeira & Tavares, 2009).

3.3.3.7.2 O Campo de Concentração entre (1961-1974)

Com o surgimento da Guerra Colonial em 1961, a Colónia Penal de Cabo Verde foi reaberta mas com o novo nome “Campo de Trabalho”, funcionando ao serviço do Estado Novo como instrumento de repressão para o cumprimento das penas maiores aos nacionalistas Africanos (Angolanos, Guineenses e Cabo-Verdianos), que lutavam continuamente pela emancipação dos seus países (Barros, 2009; Nascimento, s.d.).

Esta mudança terminológica (de Colónia Penal a Campo de Trabalho) foi apenas uma forma de reproduzir um novo discurso do uso da repressão e de uma nova linguagem política no uso da violência contra os anticolonialistas. Esta

modificação representava simplesmente uma questão semântica, mas na prática manteve a lógica pragmática da sua utilização enquanto dispositivo de controlo e de repressão com as mesmas modalidades de punição (Barros, 2009). O Campo de Trabalho dava claramente continuidade aos procedimentos repressivos do Estado Novo.

Entre os anos 1961 e 1974, período em que o Campo de Trabalho esteve novamente aberto, foi aplicada uma modalidade de violência aos políticos Africanos anticoloniais, considerados indivíduos perigosos, em que o isolamento e o afastamento das suas sedes de vida social e política parecia ser a única forma de evitar a contaminação do ambiente que os cercava e de defender os interesses do regime nas colónias. Pretendia-se claramente, corrigir os presos políticos Africanos, tentando afastá-los dos ideais de emancipação colonial (Barros, 2009).

Quaisquer tipos de manifestações de revoltas ou tentativas revolucionárias contra o regime do Estado Novo eram imediatamente respondidas com violentas ações de repressão (Caldeira & Tavares, 2009).

Assim, a vida prisional dos presos políticos Africanos girava em torno de duas posições: por um lado, sob o signo da repressão física e da violência real e simbólica caracterizada pelo rigor das medidas de segurança do regime; por outro lado, a persistente resistência marcada pelo silêncio e por uma certa invisibilidade. É neste constante confronto entre a regulação repressiva colonial e a resistência dos movimentos emancipatórios, que o poder colonial determinava o internamento forçado desses indivíduos sob a aplicação de medidas de segurança rígida e disciplina rigorosa. Na sequência deste confronto, muitos presos políticos foram internados no Campo de Chão Bom sem a prévia definição da responsabilidade criminal, sem julgamento e sujeitos a prorrogação de medidas de internamento (Barros, 2009).

Os primeiros presos Africanos internados no Campo de Trabalho foram os Angolanos. O primeiro grupo deu entrada à prisão no dia 25 de fevereiro de 1962, constituído por cerca de 31 presos transportados de Angola para Cabo-Verde num avião militar (Barros, 2009; Caldeira & Tavares, 2009).

O segundo grupo de presos políticos Africanos envidados a Cabo Verde era constituído por 100 presos políticos Guineenses, considerados “indivíduos

perigosos” que foram internados no Campo de Trabalho no dia 2 de setembro de 1962 sem nenhuma documentação (Barros, 2009; Caldeira & Tavares, 2009).

Com a chegada desse grupo de presos aumentou o receio das autoridades coloniais em relações à questão da segurança, porque consideravam que se tratava de indivíduos de uma província vizinha (Barros, 2009).

No dia 13 de agosto de 1964 chegava a Cabo Verde o segundo grupo de presos políticos Angolanos, constituído por 3 indivíduos, condenados pelas autoridades colonias ao internamento forçado no Campo de Trabalho (Barros, 2009; Caldeira & Tavares, 2009).

Na continuidade da condenação, afastamento e prisão das vítimas da repressão colonial, foi enviado para o Campo de Trabalho, o terceiro grupo constituído por 10 presos políticos Angolanos que chegaram a Cabo Verde a 28 de setembro de 1965. Deu-se a entrada no Campo o quarto grupo de presos Angolanos no dia 30 de julho de 1969, constituído por 34 presos políticos condenados ao cumprimento da pena maior (Barros, 2009). Foi o grupo mais heterogéneo do ponto de vista da filiação partidária (Caldeira & Tavares, 2009). Segundo os princípios que suportavam a posição ideológica e política do regime, qualquer movimento alternativo era considerado perigoso e subversivo. Assim, muitos anticolonialistas acabavam por ser considerados inimigos e criminosos políticos (Barros, 2009). Isto era uma forma de justificar a aplicação de uma política ou medida repressiva contra esses elementos anticolonialistas.

O Estado Novo recusava qualquer solução política para o problema colonial, insistindo na aplicação de medidas repressivas através da ação da polícia política contra aqueles que chamavam de terroristas (Caldeira & Tavares, 2009).

Em março de 1970, foi deportado para o internamento no Campo de Trabalho de Chão Bom, o quinto grupo de presos políticos Angolanos, constituído por 25 presos, embarcados no navio Manuel Alfredo (Barros, 2009).

Os sucessivos diretores do Campo de Concentração do Tarrafal abusavam da condição de chefia para aplicarem castigos e maus tratos.

Ainda em março de 1970, no dia 26, foram internados no Campo de Trabalho 4 presos políticos Cabo-Verdianos, considerados pelas autoridades coloniais indivíduos de grande responsabilidade política. As buscas e as prisões às

casas dos indivíduos considerados suspeitos decorriam simultaneamente de forma sigilosa mas também publica de modo a servir como meio de intimidação das posições públicas contra o regime (Barros, 2009).

A condenação e o internamento de presos políticos Africanos como instrumentos de repressão colonial continuariam ainda na década de 1970 como justificação retorica contra a prática de atividades que ameaçavam a segurança de estado. Assim, no dia 14 de maio de 1970, deu entrada no Campo de Trabalho, o sexto grupo de presos políticos Angolanos constituído por 14 indivíduos (Barros, 2009; Caldeira & Tavares, 2009).

No dia 24 de março de 1971 foram enviados para o Campo de Trabalho de Chão Bom, 13 presos políticos Cabo-verdianos sem qualquer julgamento, por simples ordem do tribunal militar territorial de Cabo Verde. Este foi o maior grupo de presos políticos Cabo-Verdianos internados de uma vez só. No mesmo ano, a 8 de junho, chegaram a Cabo Verde, mais presos políticos africanos, para o cumprimento de pena no Campo de Trabalho. Desse grupo fizeram parte 2 presos políticos oriundos da Guiné, constituindo assim, o segundo grupo de presos daquele país (Barros, 2009).

Os presos internados no Campo de Trabalho de Chão Bom eram separados em diferentes pavilhões, sendo que os presos políticos e de delito comum Cabo-Verdiano ocupavam o bloco da esquerda, mas sem quaisquer contactos entre ambos, enquanto os presos políticos da Angola e da Guiné ocupavam o bloco da direita. Isto era uma forma de evitar o contato e proximidade entre as diferentes categorias de presos, que no momento era uma das grandes preocupações das autoridades coloniais (Barros, 2009; Nascimento, s.d.).

Esses presos viviam sob medidas caracterizadas por uma total repressão: o internamento forçado, o isolamento em celas especiais, castigos, torturas, deficientes condições de assistência médica, deficientes condições de assistência sanitária, as refeições dos reclusos eram deficientes e muito repetitivas, proibição de receber visitas, o trabalho forçado e excessivo, a disciplina rigorosa, prorrogação dos anos de prisão após o cumprimento da pena e a censura das correspondências, dos livros e dos jornais. Tudo isso fazia parte do quotidiano e do sofrimento de

todos os indivíduos que ali foram presos em consequência da sua luta pela libertação e emancipação dos seus povos (Barros, 2009).

Apesar do sistema prisional impor, por todos os meios, um regime de trabalho aos presos, a vida destes no Campo de Trabalho passava também por momento de estudo e de recreio. As publicações eram permitidas ou não, em função da natureza do seu conteúdo, por forma a não influenciar as ideias dos presos. As publicações consideradas perturbadoras e revolucionárias eram imediatamente censuradas (Barros, 2009; Nascimento, s.d.).

Tanto a presença dos guardas, sempre armados, como a imponente muralha de vedação com arrame farpado, representavam a força autoritária e repressiva do regime, como forma de intimidação dos presos (Barros, 2009). Os guardas não podiam manter excessiva familiaridade de qualquer espécie com os presos, limitando o contacto em ambos (Nascimento, s.d.).

Os presos recebiam correspondências dos familiares e amigos elaborados em forma de epístolas ou parábolas bíblicas encorajando-os e aconselhando-os á leitura de alguns versículos do livro sagrado, como forma de revivificar a esperança da liberdade, do fim do sofrimento e a crença no advir de um mundo novo (Barros, 2009). Entregavam as cartas abertas ao chefe dos guardas que depois encaminha os mesmos para o Diretor do Campo. Dessas correspondências, algumas eram apreendidas (Nascimento, s.d.). Essas correspondências constituíam uma forma através do qual esses presos alimentavam as suas esperanças, mantendo constantemente o espírito de luta e de resistência (Barros, 2009).

Até 1970 as visitas de parentes e amigos aos presos eram proibidas, mas a partir desse ano os presos políticos cabo-verdianos passaram a receber visitas dos familiares, em resultado de um despacho datado de 3 de junho de 1970, mas sob a rigorosa vigilância e controlo dos guardas do Campo (Barros, 2009; Nascimento, s.d.).

Na continuidade do drama e da repressão política, para substituir a “frigideira” (a já referida cela disciplinar especial de isolamento e de reclusão), que graças às sucessivas denúncias foi demolida, foi construída em 1961 uma outra cela que, ironicamente, os presos políticos cabo-verdianos apelidaram de “holandinha” (um cubículo no canto de uma pequena célula de porta de ferro, com dimensões

ainda mais pequenas (90x90x165 cm), com dois lados voltados para as direções Este, Sul e Oeste a fim de a transformar num autêntico forno) com a mesma finalidade (Barros, 2009; Nascimento, s.d.). A construção desta cela tinha como principal objetivo destruir a vontade de resistência dos presos (Caldeira & Tavares, 2009).

Durante a luta anticolonial que ocorreu entre os anos 1961 e 1974 passaram pelo Campo de Trabalho de Chão Bom, apesar da divergência de números entre os vários autores, mais de duas centenas de presos políticos africanos (pelo menos, 240 presos). Foram internados cerca de 117 presos políticos angolanos, 102 presos políticos guineenses e pouco mais de duas dezenas de presos políticos cabo-verdianos, isto é, 21 reclusos (Barros, 2009).

No dia 1 de Maio de 1974 foram libertados definitivamente todos os presos políticos africanos. Este dia ficou marcado pelo entusiasmo, euforia e alegria com que a população acolheu os libertados, saudando-os efusivamente (Barros, 2009).

3.3.3.7.3 O Campo de Concentração enquanto património histórico e cultural

Com o fim da Guerra Colonial e a Independência de Cabo Verde, o antigo Campo de Concentração passou a funcionar como centro de instrução militar para o exército cabo-verdiano (Nascimento, s.d.). Com a transferência das tropas para São Vicente e o encerramento do quartel militar, esse espaço ficou abandonado durante algum tempo.

Mais tarde, o antigo Campo de Concentração começou a ser objeto de estudo e de pesquisa por parte do Governo (Nascimento, s.d.). Em 2006 o Campo de Concentração, merecedor do seu incontestável valor político, histórico, cultural e social, foi decretado Património Nacional da República de Cabo Verde³ (CMTS, 2011a).

³ Classificado através da Resolução nº 33/2006, de 14 de agosto, como Património Nacional, tendo em conta o seu papel histórico e civilizacional desempenhado no processo da emancipação e da conquista da liberdade e da independência dos povos das antigas colónias Portuguesas, em geral, e de Cabo Verde, em particular.

Esta medida, muito acertada, foi uma forma de reconhecer o valor histórico e social assim como o caráter internacional que este espaço teve na emancipação e na independência das antigas colônias portuguesas (Nascimento, s.d.).

Esta preocupação levou à transformação deste espaço num Museu da Resistência. A ideia de unificar o espaço num todo, em que esse próprio espaço seja o museu faz com que a sua história e simbologia possa ser bem compreendida pelos visitantes (Mendes, 2010).

Na montagem da exposição permanente do Museu foram utilizadas duas salas. Na primeira, encontram-se acervos que retratam a história dos dois momentos de funcionamento do Campo, designadamente as fases da construção daquele espaço, o dia-a-dia dos presos, os instrumentos musicais, entre outros. A segunda sala foi dedicada à apresentação das personalidades africanas que estiveram encarceradas neste lugar. Foi também instalada uma exposição no antigo posto médico e casa mortuária, onde se encontram informações sobre os médicos que passaram pelo Campo e a fotografia do médico Esmeraldo Pais de Prata. Nas exposições pode-se observar mais a presença de documentos escritos do que objetos (Mendes, 2010).

Além da sua transformação em Museu da Resistência está em curso um projeto para a sua candidatura a Património da Humanidade e a inclusão deste Museu nas redes integradas dos Museus da Memória (CMTS, 2011a).

Embora tenham sido feitas algumas obras de recuperação deste espaço, sobretudo no que respeita à sua reconstrução histórica, ainda há muito a ser feito a nível da própria história, do enquadramento do espaço, das instalações básicas, dos recursos humanos, das reservas, dos serviços educativos e de documentação, da sinalização etc. (Gallinaro, s.d.).

Segundo o Administrador do antigo Campo de Concentração, este lugar é um dos poucos patrimónios a nível mundial que permanece ainda bem conservado com a sua estrutura autêntica, e com poucos sinais de degradação. Isto é muito importante para compreendermos melhor a realidade que viveram as pessoas que por ali passaram.

Este espaço encontra-se sob a tutela do Governo, sendo a responsabilidade da sua gestão e conservação atribuída ao Instituto de Investigação do Património Cultural (IIPC).

A valorização deste património é muito importante para a valorização da cultura cabo-verdiana e pode ser considerada uma oportunidade para melhorar a imagem do Tarrafal e favorecer a sua projeção internacional. Esta crescente preocupação pela preservação e valorização do património local é fundamental para o desenvolvimento do turismo no concelho e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dos residentes.

Mas antes, deve ser feita ainda uma maior divulgação do valor e da importância deste património no quadro nacional porque grande parte dos cabo-verdianos e mesmo os naturais do Tarrafal ainda desconhecem o valor histórico e cultural deste lugar (Gallinaro, s.d.).

O antigo Campo de Concentração é o maior símbolo da luta pela emancipação e conquista dos direitos democráticos dos povos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Portugal.

De fato, o antigo Campo de Concentração representa um marco histórico-cultural incontornável na história dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Por isso, a preservação e a conservação deste património não deve ser só da responsabilidade do Governo, mas também do poder local e da própria população. O antigo Campo de Concentração do Tarrafal é, sem dúvida, um espaço de referência no panorama cultural nacional e conserva histórias e memórias que poderão contribuir para a transformação do município do Tarrafal num importante destino cultural do país (Gallinaro, s.d.).

Esta valorização do património local passa também pela elaboração de um roteiro turístico que inclua os diferentes recursos culturais de interesse turístico.

A prática do turismo também constitui uma forma de dinamizar e valorizar este lugar. Segundo o seu Administrador turismo trouxe impactos positivos, não apenas pelo lado da receita mas sobretudo na sua divulgação.

Capítulo IV

4. Metodologia da investigação

Neste estudo foi utilizado o método qualitativo e quantitativo. Numa primeira fase foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de esclarecer os aspetos do fenómeno estudado, abrir pistas de reflexão e alargar horizontes de leitura que foram determinantes para o enquadramento do nosso objeto de estudo.

Na segunda fase, de modo a identificar a situação existente procuramos ter a perspetiva dos atores económicos e dos turistas através da entrevista e do questionário. Nessa fase procurou-se obter respostas que tivessem a ver com a oferta turístico-cultural, mas também com o conhecimento que os intervenientes têm do património e a importância que dão ao mesmo.

Após a apresentação do enquadramento teórico, passaremos a apresentar os objetivos do presente estudo, a caracterização da amostra, os instrumentos de recolha de dados e os procedimentos utilizados.

4.1 Objetivos do Estudo

Tendo em conta a crescente importância do Turismo Cultural no desenvolvimento local, foi delineado para a presente investigação, um conjunto de objetivos que permitiram orientar o nosso estudo.

4.1.1 Objetivo Geral:

Esta dissertação tem como objetivo central analisar o potencial do turismo cultural no Tarrafal e compreender o seu papel na valorização do património e no desenvolvimento local.

4.1.2 Objetivos Específicos:

- Compreender a importância do turismo cultural no desenvolvimento local;
- Evidenciar a importância do turismo cultural na preservação, valorização e na promoção do património histórico-cultural;
- Apresentar os recursos culturais de interesse turístico no Tarrafal;

- Explorar a opinião dos agentes institucionais, dos residentes, dos alojamentos turísticos e dos restaurantes em relação ao turismo cultural no Tarrafal;
- Compreender a relação entre os diferentes agentes implicados no desenvolvimento do turismo cultural;
- Explorar a existência de parcerias e cooperações nesse âmbito;
- Averiguar a relação entre a política turística e a cultural no Tarrafal;
- Analisar o papel e o envolvimento da população local na promoção do turismo cultural;
- Conhecer o perfil dos turistas que procuram o Tarrafal;
- Avaliar o impacto do turismo nesta região;
- Perceber a relação entre campo concentração com os demais produtos turísticos existentes no Tarrafal;

4.2 Caracterização da amostra

Considerando os objetivos definidos para o presente estudo, optou-se pela entrevista e pelo inquérito por questionário aos diferentes membros da comunidade, tentando abranger todos os agentes, considerados impulsionadores do turismo cultural no Tarrafal.

Procurou-se realizar entrevistas aos agentes institucionais e às agências de viagens locais, assim como questionários aos turistas, aos residentes, aos responsáveis pelos empreendimentos de alojamento turístico e aos responsáveis dos restaurantes.

Relativamente aos agentes institucionais e às agências de viagens, inicialmente estava prevista a participação do presidente da Camara Municipal do Tarrafal, do coordenador do Campo de Concentração, do responsável pelo setor do turismo, do responsável pelo setor da cultura e dos responsáveis pelas agências de viagens locais (existiam até a data de recolha de dados apenas duas agências de viagens em funcionamento no Tarrafal), no entanto, não foi possível entrevistar todos os pré-seleccionados, ficando de fora da amostra o presidente da Camara do Tarrafal que não foi possível contactar devido a escassez de tempo (encontrava-se na época de eleições autárquicas). Também os responsáveis pelas agências de

viagens não participaram porque após algumas conversas informais com os mesmos, entendeu-se que não dispunham das informações necessárias para o referido estudo. Assim, participaram na entrevista o coordenador do Campo de Concentração, o responsável pelo setor do turismo e o responsável pelo setor da cultura.

A amostra integrou também 75 turistas que no momento da recolha de dados encontravam-se no Tarrafal. Os indivíduos inqueridos foram aqueles que se enquadravam no conceito de turista, isto é, os visitantes que se deslocaram para o concelho do Tarrafal, por um período de tempo superior a 1 dia e inferior a 365 dias, desde que o motivo principal da viagem não tivesse sido o de exercer uma atividade remunerada.

Sexo	Frequência	%
Feminino	47	62,7
Masculino	28	37,3
Total	75	100,0

Tabela 1: Distribuição dos turistas por sexo

Dos inqueridos, 37,3% são do sexo masculino e 62,7% são do sexo feminino, sendo que 46,7% são solteiros e 53,3% casados.

Sexo	Frequência	%
Feminino	19	63,3
Masculino	11	36,7
Total	30	100,0

Tabela 2: Distribuição dos residentes por sexo

Participaram também neste estudo 30 indivíduos que residem no Concelho do Tarrafal há mais de um ano. Os residentes que participaram são pessoas de idade superior a 18 anos, de ambos os sexos, entre os quais 36,7% foram do sexo masculino e 63,3% do sexo feminino.

Tipologia	Frequência	%
Hotel	1	12,5%
Pensão	4	50%
Apart-Hotel	1	12,5%
Residencial	1	12,5%
Aldeamento	1	12,5%
Total	8	100%

Tabela 3: Distribuição dos alojamentos por tipo

Fizeram parte da amostra 8 estabelecimentos de alojamento turístico da região, entre as quais 4 pensões, 1 hotel, 1 apartamento hotel, 1 residencial e 1 aldeamento turístico. Inicialmente estava previsto a realização de um inquérito a mais um hotel, mas no momento encontrava-se encerrado.

Quanto aos restaurantes, queríamos inquirir todos os estabelecimentos abertos até ao momento em Tarrafal, mas apenas 10 aceitaram e responderam o referido questionário. É de referir que todos os proprietários dos restaurantes inquiridos são empresários individuais.

4.3 Instrumentos de recolha de dados

Os instrumentos utilizados na recolha de dados foram questionários e entrevista semiestruturada, o que possibilitou que ao longo da entrevista novas questões pudessem vir a ser formuladas. Além dos instrumentos antes referidos, foram utilizadas diversas fontes secundárias, como relatórios, dados estatísticos de organismos oficiais, trabalhos anteriores, assim como as observações diretas.

4.3.1 A Entrevista

De forma a complementar a pesquisa documental, entendeu-se que era essencial recorrer à entrevista. A entrevista é uma técnica que permite explorar o tema de uma forma mais abrangente, através da qual as respostas são obtidas no âmbito de uma conversação formal/informal. O entrevistador assume uma posição de ouvinte, interferindo o menos possível. Este tipo de entrevista é utilizado quando se deseja obter o maior número possível de informações sobre um determinado tema sob o ponto de vista do entrevistado.

Haguette (1997) define a entrevista como sendo um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a

obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas, etc. Já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, atitudes e opiniões dos sujeitos entrevistados.

Para o presente estudo, foi elaborado um guião de entrevista semiestruturada que, como já foi referido, permite uma certa liberdade para questões adicionais que normalmente surgem durante a entrevista.

Esta metodologia foi considerada particularmente importante para este estudo na medida em que permite que o entrevistado estruture o seu pensamento acerca do objeto em estudo. A elaboração do guião foi o resultado de um estudo e análise da revisão da literatura, feito previamente. As questões foram organizadas por subtemas, sendo que cada entrevista envolveu entre 14 a 19 perguntas.

Durante a realização das entrevistas foi utilizado, além do guião da entrevista, um gravador, uma caneta, um lápis, um caderno e um computador portátil. Esses materiais foram fundamentais na coleta das informações necessárias.

4.3.2 O Questionário

Pareceu-nos bastante pertinente recorrer aos questionários para estudar o perfil dos turistas que procuram o Tarrafal e obter opiniões dos residentes, dos responsáveis dos alojamentos turísticos e dos restaurantes sobre o turismo cultural neste concelho.

O questionário é um instrumento de recolha de dados que permite obter informações baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo. Para tal, coloca-se uma série de questões que abrangem um tema de interesse para os investigadores, não havendo interação direta entre estes e os inquiridos (Rojas, 2001).

Segundo Quivy & Campenhoudt (1992), o questionário é um instrumento de observação não participante, baseado numa sequência de questões escritas, que são

dirigidas a um conjunto de indivíduos, envolvendo as suas opiniões, representações, crenças e informações fatuais, sobre eles próprios e o seu meio.

O questionário é extremamente útil quando um investigador pretende recolher informações sobre um determinado tema. Deste modo, através da aplicação do questionário a um determinado público-alvo, é possível recolher informações que permitam conhecer melhor o objeto em estudo.

A importância do questionário passa também pela facilidade com que se interroga um elevado número de pessoas, num espaço de tempo relativamente curto.

Durante a elaboração do questionário optou-se por utilizar maioritariamente, perguntas de respostas fechadas e com alternativas fixas de forma a permitir uma melhor comparabilidade entre as respostas.

4.3.2.1 Questionário aos Turistas

A inexistência de estudos e de dados sobre o perfil dos turistas que procuram o Tarrafal levou à elaboração deste questionário com o objetivo de estudar o perfil desses turistas e avaliar as suas expectativas em relação à visita.

Num mercado globalizado, cada vez mais competitivo, o conhecimento dos seus clientes torna-se uma estratégia chave para o desenvolvimento do destino turístico. De facto, nas últimas décadas tem havido um interesse crescente em analisar as preferências dos consumidores, de forma a melhorar a qualidade da oferta turística, e consequentemente melhorar a qualidade da experiência turística.

Entende-se que o questionário aos turistas é muito importante para melhorar o turismo e avaliar a qualidade do produto oferecido pelo destino, contribuindo assim para consolidar as estratégias e a política de desenvolvimento para este setor.

Este questionário foi estruturado em três grupos: o primeiro grupo diz respeito às características sociodemográficas da amostra; o segundo destinou-se às preferências pelos produtos turísticos, tempo de estadia e o meio de hospedagem; o terceiro refere-se à avaliação da experiência turística.

O questionário foi elaborado em três línguas, que consideramos as mais adequadas para obter respostas diversificadas: Português, Inglês e Francês.

4.3.2.2 Questionário aos Residentes

Os responsáveis pelo turismo têm que levar em conta, sobretudo quando se trata de um tipo de turismo vocacionado para a cultura, a opinião da população local que é a fazedora dessa mesma cultura. Assim, de acordo com as práticas da sustentabilidade, para que haja um planeamento turístico adequado e o desenvolvimento do próprio sector é indispensável o estudo da percepção dos residentes tendo em conta os impactos ambientais, económicos e socioculturais da atividade turística.

Devido à grande importância que a população local desempenha no turismo, foi elaborado este questionário com o objetivo de compreender as percepções dos residentes sobre a sustentabilidade do turismo no Tarrafal e analisar as suas expectativas em relação ao turismo cultural.

Entendeu-se que era importante estruturar o questionário em três grandes partes: na primeira parte foram colocadas perguntas relacionadas com a caracterização do inquerido; na segunda foi introduzido um conjunto de questões sobre a sustentabilidade do turismo cultural no Tarrafal; na terceira e última parte foi pedido aos inqueridos que fizessem uma avaliação sobre o papel da autarquia na promoção do turismo e da cultura.

4.3.2.3 Questionário aos alojamentos turísticos

Tendo em conta o papel que os alojamentos turísticos representam no setor turístico entendeu-se que é de extrema importância estudá-los de forma a compreender as suas características e conhecer as suas percepções em relação à atividade turística nesta região. Considerou-se como universo do estudo os empreendimentos turísticos em atividade no concelho do Tarrafal.

Este questionário foi desenhado depois de uma exaustiva pesquisa bibliográfica. O questionário está organizado em três partes: a primeira diz respeito à caracterização dos empreendimentos turísticos e dos seus trabalhadores; a segunda incluiu um conjunto de questões sobre a procura e oferta turística, a cooperação e os meios da divulgação desses alojamentos; na terceira parte foram utilizadas escalas de avaliação, de forma a conhecer a opinião dos responsáveis dos

alojamentos turístico sobre o papel da autarquia na promoção e no desenvolvimento do turismo e da cultura no Tarrafal, assim como o nível de satisfação dos mesmos.

4.3.2.4 Questionário aos restaurantes

Como já foi salientado, a gastronomia desempenha um papel importante na oferta turística, sobretudo quando se trata do turismo cultural, funcionando como um verdadeiro cartão-de-visita e um dos pontos fortes para o setor e para a região.

De fato, ao escolherem um determinado lugar para visitar, todos os turistas pensam automaticamente na alimentação (querem conhecer a oferta gastronómica local e querem comer bem). É importante não esquecer que os turistas estão cada vez mais exigentes (procuram a qualidade) pelo que se torna necessário prestar serviços especializados neste ramo de forma a garantir a qualidade na oferta.

É necessário criar iniciativas que envolvam a gastronomia colocando em prática a cozinha local, divulgando as receitas tradicionais em conjugação com outros programas culturais e de animação por forma a promover a região e dinamizar o sector durante a época tida como baixa. Constitui uma responsabilidade dos restaurantes do Tarrafal oferecer aos turistas pratos tipicamente locais que não seja possível encontrar noutras paragens.

Reconhecendo-se o valor e a utilidade da participação destes agentes na dinamização do turismo cultural no Tarrafal, considerou-se valioso obter as opiniões dos intervenientes deste ramo de atividade em relação ao turismo e à cultura neste concelho e compreender as suas características.

O presente questionário foi organizado em três grupos: o primeiro faz referência à caracterização dos restaurantes; o segundo, diz respeito à procura e oferta turística, à cooperação e aos meios de promover a empresa; no terceiro procurou-se obter a opinião dos responsáveis dos restaurantes sobre o papel da autarquia na promoção turística e cultural e o nível de satisfação da empresa com o negócio.

4.4 Procedimentos

Este estudo desenvolveu-se em vários momentos. No primeiro momento foi realizado uma pesquisa bibliográfica e documental, nomeadamente em livros, teses, artigos, relatórios, folhetos e sites da internet com o intuito de definir os pontos-chave, fazer o enquadramento do tema e arquitetar alguns pontos de orientação.

No segundo momento, atendendo aos objetivos desta investigação, procedeu-se à definição do método adequado, à seleção das amostras e ao desenho das entrevistas e dos questionários.

No terceiro momento foi realizado o trabalho de campo. A recolha de dados foi dividida em duas fases distintas: na primeira fase foi feita uma viagem ao terreno de forma a estabelecer o contacto com o ambiente local e analisar as possibilidades da recolha de dados; na segunda fase foi aplicada as entrevistas e os questionários.

Os dados foram recolhidos nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2012 de acordo com a disponibilidade dos participantes. Tanto as entrevistas como os questionários foram aplicadas e dirigidas pelo autor da dissertação.

Cada inquirido foi abordado individualmente, sendo que, antes de cada entrevista e questionário foi feito a apresentação do tema e dos objetivos do estudo. Também nesse momento foi pedido a autorização para a utilização de certos instrumentos, da mesma forma que foi assegurado o princípio da confidencialidade e do anonimato.

As entrevistas tiveram uma duração entre os 30 a 40 minutos. Em relação aos questionários o tempo do seu preenchimento foi bastante variado, visto que houve casos de estabelecimentos de alojamentos turísticos e alguns restaurantes que preferiram não entregar o questionário no mesmo dia.

Verificou-se algumas dificuldades na recolha de dados visto que estava a aproximar-se a data das eleições autárquicas e muitas pessoas não queriam participar neste estudo porque pensavam que se tratava de uma atividade ligada à política. Depois de alguns dias no terreno, começaram a perceber que este trabalho era meramente académico.

O tratamento da informação recolhida na entrevista será apresentado através da análise de conteúdo. Por sua vez, os dados recolhidos com o questionário serão

apresentados e analisados através do software estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 20.0.

Capítulo V

5. Apresentação e análise dos resultados

Este capítulo dedica-se à apresentação e análise dos dados recolhidos através das entrevistas e dos questionários.

5.1 Apresentação dos resultados

5.1.1 Perceção dos agentes institucionais

As entrevistas foram projetadas a partir de um guião previamente delineado e com objetivos bem definidos, designadamente, conhecer a realidade cultural e turística do Tarrafal, num quadro de turismo cultural e sustentado, como tem sido referido ao longo deste estudo, tentando perceber ao mesmo tempo as suas potencialidades e caminhos futuros, e de que forma o antigo Campo de Concentração do Tarrafal, com toda a sua história e simbologia (Património Nacional de Cabo Verde), se encaixa nessa perspetiva, e num mercado tão competitivo como globalizado.

Quisemos conhecer a opinião de alguns atores com responsabilidades e conhecimento dos setores em causa, nomeadamente: o responsável pelo setor da cultura do município do Tarrafal (RCT), o responsável do turismo do Tarrafal (RTT), e o Coordenador do Campo de Concentração do Tarrafal (CCCT). Inicialmente estavam previstas entrevistas ao Presidente do município do Tarrafal e a duas agências de viagens da região, tarefas que, como já foi referido, não foram possíveis de realizar, por várias razões.

Desde logo estamos perante dois tipos de intervenientes diferentes: por um lado, os responsáveis pelos setores do turismo e da cultura do Tarrafal são representantes do poder local; noutra sentença, o coordenador do antigo Campo de Concentração, que é nomeado pelo “Ministério da Cultura através do IIPC” (Instituto da Investigação e do Património Culturais), isto é, representa e responde perante o poder central. O coordenador se encarrega de “gerir as visitas” e “algumas receitas”, controlando ao mesmo tempo todas as atividades realizadas dentro do campo.

Como veremos, esta diferenciação entre poder local e poder central é importante para percebermos alguns dos condicionalismos que persistem nas

tentativas de implementação de projetos e nas políticas culturais e patrimoniais, bem como no planeamento e ordenamento do território visando a promoção de um turismo sustentável e sustentado. Um caminho que segundo os intervenientes ainda está a começar. Mas quais serão então os objetivos e o potencial do município do Tarrafal em termos culturais e turísticos?

Segundo o responsável da cultura existe um *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município*, com várias diretrizes programáticas, sendo que um dos objetivos propostos será o de “*atrair investimentos no domínio do turismo*” (RCT). Esta importância da atividade turística como motor de desenvolvimento é certificada pelo responsável do Turismo, apontando-se para uma melhoria significativa das ofertas do setor, tanto qualitativamente como quantitativamente, criando ao mesmo tempo “*novos postos de trabalho*” (RTT).

Ambos reconhecem o potencial turístico em sentido amplo, e a importância da existência de um turismo sustentável, isto é, como já referimos, que tenha em conta os “atuais e futuros impactos económicos, sociais e ambientais, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, das comunidades de acolhimento e do meio ambiente” (WTO & UNEP, 2005:12).

Nesse sentido, apontam o potencial do turismo baseado no sol e praia, do turismo cultural (antigo Campo de Concentração e artesanato) e do turismo rural (RTT), salientando o bom clima, o património histórico e cultural e o artesanato (RCT). O responsável do antigo Campo (CCCT) acrescenta que é importante explorar as potencialidades da melhor forma, salientando que o Tarrafal não é só praia, deixando a entender que é preciso olhar de outra forma para o património.

O turismo cultural está sempre presente no discurso mas com algumas particularidades. O responsável do turismo observa que este apenas será uma alternativa se não aparecer isolado mas sempre associado a outros produtos (RTT); por outro lado reconhece-se a importância de se conhecerem as tradições do povo, e que apenas será possível um turismo sustentável se este for cultural (RCT).

O coordenador do antigo Campo partilha genericamente estas opiniões, desde que se acrescentem outros produtos à “praia”, fazendo a ponte para os espaços históricos, principalmente o antigo Campo de Concentração, que é um “*espaço que liga o Tarrafal com vários países do mundo*” (CCCT), com muitas

peessoas a quererem conhecer as histórias e vivências do lugar. E acrescenta que o Campo é “*fundamental e determinante*” para o turismo do território, defendendo que com o passar do tempo se apenas for oferecido um turismo de sol e de praia as pessoas acabarão por procurar “*outras paragens*”.

Convém destacar que a importância do antigo Campo de Concentração como produto turístico suscita opiniões convergentes, o mesmo não se verificando relativamente à forma como é gerido e inserido num planeamento mais alargado. O responsável da cultura afirma mesmo que o Campo é uma “*ideia importante*”, mas ainda não um “*produto*”, acrescentado que, neste momento, “*está abandonado*” (RCT), mas que poderá assumir esse papel no futuro. Esta ideia é comprovada pelo responsável do turismo, sendo que este reconhece o seu potencial como produto pela sua dimensão histórica internacional, mas que deveria ser gerido com outra dinâmica para “*melhor vender a sua imagem*” (RTT).

Importava percebermos então como o antigo Campo de Concentração é gerido e de que forma as várias entidades cooperam. Embora reconhecendo o seu potencial como centro de produção cultural e turístico, o responsável pela cultura afirma que não existe “*nenhuma relação*” com os demais produtos turísticos e culturais do Tarrafal, isto porque o “*antigo Campo de Concentração está de costas voltadas para o município*”, e a sua “*gestão é feita da cidade da Praia para o Tarrafal*” (RCT), sem qualquer participação das instituições, agentes culturais ou unidades turísticas do Tarrafal.

Não querendo ir tão longe, o responsável do turismo realça a importância da existência de uma interligação entre todos os produtos turísticos, de uma sintonia, que de certa forma ainda não se verifica, não deixando todavia de ressaltar que a “*Câmara Municipal não tem nenhuma intervenção direta sobre este património*” (RTT), referindo-se concretamente ao Campo.

O coordenador do Campo, por seu lado, afirma que este poderia e deveria ser muito útil na agenda cultural, sugerindo a promoção de várias atividades, nomeadamente, a realização de um festival de música tradicional, de teatro, entre muitas outras, tendo como palco o espaço do Campo, mas que isso está mais dependente da “*própria agenda do poder local*”, em colaboração com a gestão do Campo, lamentando que isso ainda não tenha acontecido, mas que “*pode vir a*

acontecer no futuro” (CCCT). Acrescenta ainda que a política cultural não dever ser “*somente a produção de eventos*” mas sim “*sobretudo preservar a cultura*” (CCCT) e, nesse sentido, poder-se-ia fazer mais e melhor.

Quisemos igualmente saber quais os objetivos definidos para o Campo e as atividades promovidas. Em resposta, o administrador afirmou que a preservação da memória vem em primeiro lugar, isto é, a “*preservação da história do Tarrafal*”, um património que não é apenas dos cabo-verdianos, mas também dos portugueses, dos angolanos e dos guineenses, além de representar tanto um “*símbolo de resistência ao fascismo como o símbolo de resistência ao poder colonial*” (CCCT).

Relativamente às atividades já desenvolvidas, refere alguns contatos com grupos e associações locais que solicitam o espaço para a realização de encontros, mas trata-se de algo que não acontece com muita frequência. A vocação internacional é demonstrada pela realização de iniciativas da responsabilidade da Embaixada de Angola e de um simpósio internacional sobre o Tarrafal (2009); acrescenta ainda a realização de “*um concurso de teatro de crianças do pré-escolar, a nível nacional*” (CCCT), existindo ainda algum trabalho desenvolvido com escolas, designadamente no dia 1 de maio, Dia do Trabalhador e da libertação dos presos políticos. Ressalva ainda a importância do antigo Campo de Concentração no ensino, fazendo parte dos programas definidos pelo ministério, tanto para o ensino básico como secundário, demonstrando assim a importância da preservação e divulgação deste património, símbolo de “*resistência*” e de “*liberdade*” (CCCT).

Salienta ainda o número bem razoável de visitantes e turistas que visitam anualmente o Campo, principalmente estrangeiros, recordando que antes do ano 2000 praticamente não existiam visitas aos espaços históricos do Tarrafal, tendência que se tem invertido principalmente a partir de 2005, registando ainda o facto de receberem muitas visitas de estudantes, entre mil a dois mil por ano, dependendo dos anos (CCCT).

Por outro lado, recorda que muitas outras atividades têm sido pensadas, mas que ainda não foi possível concretizar porque também dependem dos produtores e dinamizadores culturais locais. Noutra sentença, reconhece algumas dificuldades, sobretudo na questão da “*comunicação e da mensagem*”, pois as pessoas que ali

trabalham “*não sabem outras línguas*” e não existe um “*guia fixo capaz de falar várias línguas*”, déficit que por vezes é colmatado pela disponibilização de guias das agências de viagens que recebem formação sobre o Campo. Acresce a isto que os documentos de consulta só estão disponíveis em português, e portanto não acessíveis a todos, admitindo ainda que as “*receitas não permitem dar cobertura a tudo*” (CCCT).

Quisemos igualmente conhecer o que efetivamente tem sido feito ao nível do turismo e da cultura no município e que ainda faltará realizar. O bom relacionamento entre a política cultural e política de turismo é um facto reconhecido pelos intervenientes mas apenas ao nível local, ou seja, turismo e cultura são “*almas gémeas para o desenvolvimento do Tarrafal*” (RCT), a política cultural desenvolvida é “*pensada como um produto que servirá para o consumo turístico*” (RTT), estando igualmente previsto avançar-se para um único “*serviço autónomo de Cultura e Turismo Municipal*” (RCT).

Ao nível de planeamento encontra-se em elaboração, no âmbito do Plano de Atividades da Câmara Municipal, um “*plano estratégico para o desenvolvimento do turismo*” (RTT), ao mesmo tempo que se concretizam novas abordagens no terreno, por exemplo, através da “*criação de um website*”, da “*participação em diversas Feiras*”, produção de “*revistas*”, abertura de “*um posto de informação turística*” e sobretudo a implementação de uma “*agenda de concertação com os operadores turísticos e comerciantes*” (RTT). Alguns novos projetos estão já a ser dinamizados, como a realização de “*feiras de artesanato e agroalimentares*” e uma aposta mais concreta no “*turismo rural*”, através da “*recuperação de algumas habitações tradicionais nas localidades rurais*” (RTT); outro exemplo é a transformação da “*aldeia de Tcham Grande*” numa aldeia “*de turismo rural e familiar*” (RCT).

O responsável da cultura fez ainda referência a outras iniciativas e produtos, nomeadamente, a “*materialização do percurso turístico do Centro de Artes e Ofícios*” e a construção da cozinha/restaurante/bar no mesmo centro; a “*institucionalização e divulgação da Agenda Cultural do Município*”; a criação de uma pousada da juventude na antiga “*Casa Branca de Achada Longueira*”; o funcionamento em pleno do “*Mercado Municipal de Artesanato e Cultura*”, onde

se inclui o posto de turismo, *atelier* de artesanato, sala de exposições e multimédia, e escola das artes (RCT).

Existem também algumas parcerias com empresas privadas no ramo da imobiliária e hotelaria e um empreendimento turístico explorado a título de arrendamento por um privado (RTT & RCT). Relativamente a projetos de investimento para o setor do turismo, o responsável afirma que estes existem mas que os investidores estão “*ainda inseguros*” (RTT), tendo até em consideração a crise mundial, procurando-se novos parceiros e investidores interessados (RCT). O representante da cultura fornece alguns exemplos de projetos previstos, nomeadamente, a construção do complexo de *surf* de Ponta de Atum, a construção do hotel Santo Amaro do grupo Girassol Tours, ou ainda a remodelação e reabertura do hotel Tarrafal, entre outros (RCT).

As várias iniciativas e projetos extravasam as fronteiras nacionais, existindo já parcerias com “*onze municípios portugueses*” e com várias escolas profissionais portuguesas, públicas e privadas, para darem “*formação e apoio em diversas áreas*”(RCT), bem como várias parcerias com municípios de outros países africanos e nacionais. São assim múltiplas as iniciativas de cariz associativo tanto com instituições públicas como com privadas.

Ao nível estritamente local, quisemos saber que outras associações sócio/culturais existiam e se estas trabalhavam em conjunto com o município, ou eventualmente com o poder central, ao mesmo tempo que queríamos conhecer a participação da população e as suas expectativas, tanto em termos turísticos como culturais e patrimoniais.

Nestas questões em particular verificam-se algumas dissonâncias. O responsável do turismo afirma desconhecer qualquer associação que sensibilize a população para a importância dos produtos turístico-culturais. Em sentido contrário, o responsável da cultura afirma por seu turno, que o Centro de Artes e Ofícios tem essa função, a de “*incentivar e promover*” o “*artesanato do Tarrafal*”, função igualmente adstrita aos diversos grupos que dinamizam o Batuco, como os Delta Cultura, Pó di Terra, e o grupo de dança Fidjus di Bibinha Cabral, o qual promove não só a dança, mas também o teatro e o Carnaval (RCT), desconhecendo, no

entanto, qualquer associação que trabalhe diretamente com o antigo Campo de Concentração.

Sobre esta temática e concretamente sobre o património, o coordenador do Campo confirma que não existe nenhuma associação ligada ao antigo Campo de Concentração a fazer esse tipo de trabalho, embora reconhecendo que a “*associação cívica de Chão Bom*” tem manifestado algum interesse mas sem qualquer evolução prática. Por outro lado salienta que os cabo-verdianos em geral, não têm ainda inculcida uma “*mentalidade ligada à preservação do património*” (CCCT).

Sobre o envolvimento da população, as opiniões apresentam alguma convergência. Reconhece-se algum interesse (RTT; RCT) mas muitas vezes a “*população simplesmente espera pelo poder central ou local, para realizar as suas ações*” (RCT). Ainda segundo o responsável da cultura, existe uma mentalidade pouco competitiva e dinâmica, vivendo-se ainda de “*sonhos, melancolia, saudosismo*” e não do real, afirmando que ninguém faz nada e “*quando se faz não se valoriza*” (RCT), o que vai, de certa forma, ao encontro da opinião da administração do Campo.

O coordenador do campo (CCCT) acredita que no futuro o património e o antigo Campo de Concentração terão o envolvimento “*tanto do poder local como da própria população*”. Estaremos, segundo o próprio, perante um património histórico não só dos cabo-verdianos como também dos portugueses, angolanos ou guineenses. Só um trabalho conjunto permitirá a execução do ambicioso plano para o futuro do campo: “*a organização de todo o processo para a candidatura a património mundial*”.

5.1.2 Perfil dos turistas

Foi realizada uma pesquisa quantitativa ao público visitante através do questionário de forma a avaliar a demanda atual de turistas do Tarrafal. O questionário solicitava informações sociodemográficas e colocava questões sobre o tempo de estadia, meio de hospedagem, preferências e opinião sobre a experiência turística.

Pretendeu-se com este questionário, identificar os turistas que visitam o Tarrafal através das perguntas nele inseridas, sendo nosso propósito conhecer e obter a opinião dos turistas, em virtude da importância que estes dados apresentam para melhorar o turismo.

Os inqueridos foram escolhidos de forma aleatória entre aqueles que se encontravam no local no momento da recolha de dados. Assim, foram inqueridos cerca de 75 turistas.

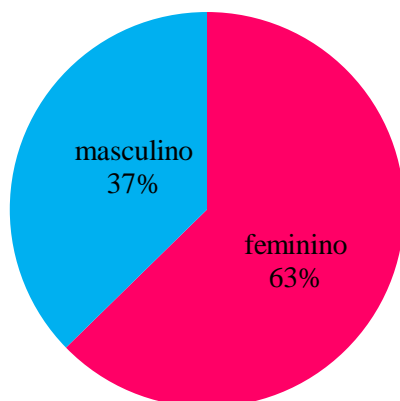


Gráfico 1 – Distribuição dos turistas por género

Dos 75 turistas inquiridos, 37% eram do sexo masculino e 63% do sexo feminino, podendo-se constatar uma clara discrepância em relação ao género.

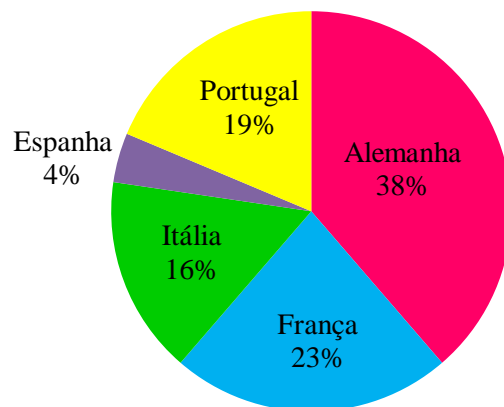


Gráfico 2 – Distribuição dos turistas por nacionalidade

De acordo com o gráfico 2, os países que mais visitaram o Tarrafal são: Alemanha (38%), França (23%), Portugal (19%) e Itália (16%).

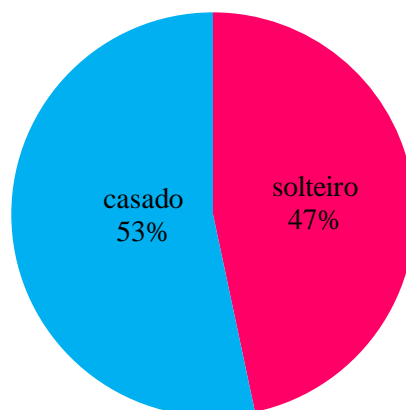


Gráfico 3 – Distribuição dos turistas por estado civil

Em relação ao estado civil, podemos observar a partir do gráfico 3 que a maioria dos inquiridos distribui-se de forma quase homogénea entre os casados 53% e os solteiros 47%. Não houve nenhum caso de separado ou viúvo.

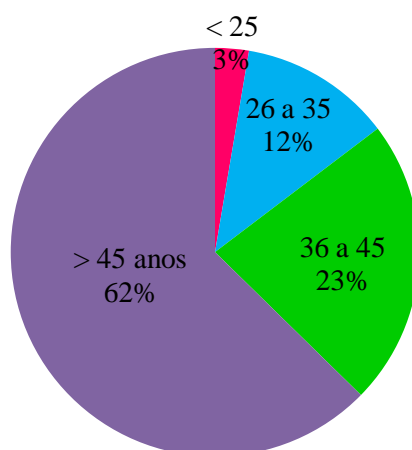


Gráfico 4 – Distribuição dos turistas por faixa etária

Relativamente à faixa etária, os dados foram agrupados em quatro categorias, como se pode ver no Gráfico 4. Constata-se que a maioria dos inquiridos (62%) tinha mais de 45 anos. Seguem-se os visitantes que possuíam uma idade compreendida entre os 36 e os 45 anos (23%), seguidos dos que se encontravam entre os 26 e os 35 anos (12%) e por último com uma percentagem de apenas 3% os que tinham idade igual ou inferior a 25 anos.

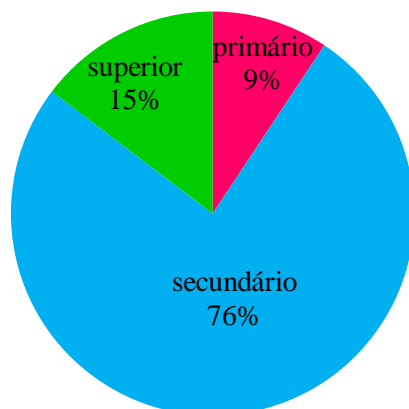


Gráfico 5 – Distribuição dos turistas por habilitações literárias

Pela análise do gráfico 5, verifica-se que cerca de 76% dos turistas possuíam o ensino secundário, 15% possuíam formação superior e 9% tinham apenas o ensino primário.

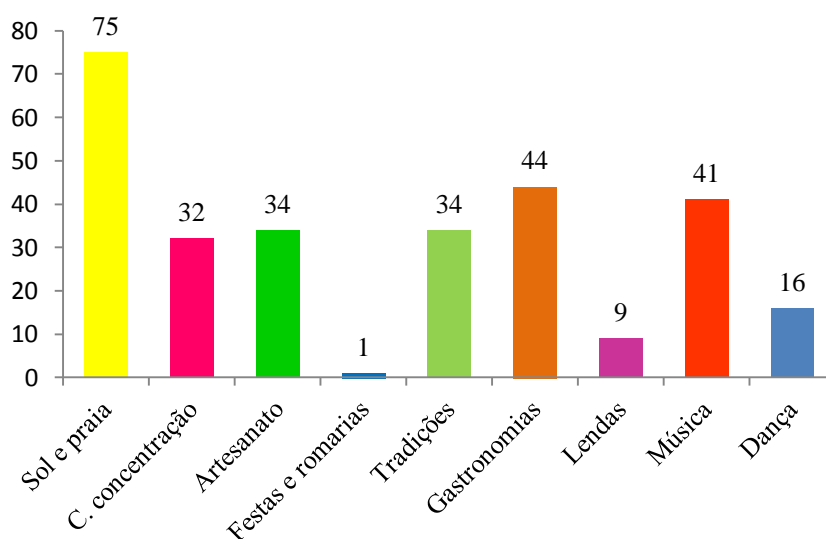


Gráfico 6 - Preferências de lazer dos turistas entrevistados (em número de pessoas).

Analisando a preferência dos turistas, nota-se que a maioria dos turistas que procuram o Tarrafal tem como a preferência o sol e a praia. O gráfico 6, mostra que todos os turistas inquiridos (75) apontaram sol e praia como o principal fator de viagem para esta região.

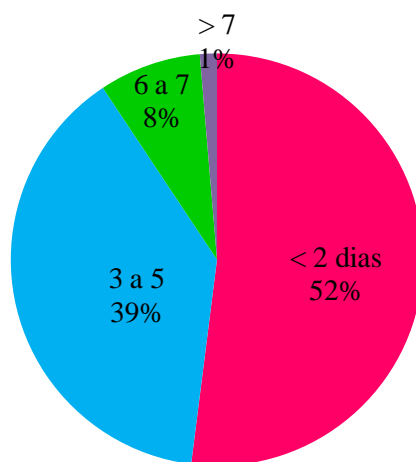


Gráfico 7 - Tempo de estadia médio.

Quanto ao tempo de estadia, constata-se que a maioria dos turistas inquiridos permanece no Tarrafal por um curto período de tempo. Através do gráfico 7, podemos verificar que mais de metade dos inquiridos (52%) permanece

até 2 dias no Tarrafal, cerca de 39% de 3 a 5 dias, 8% de 6 a 7 dias e 1% mais do que 7 dias.

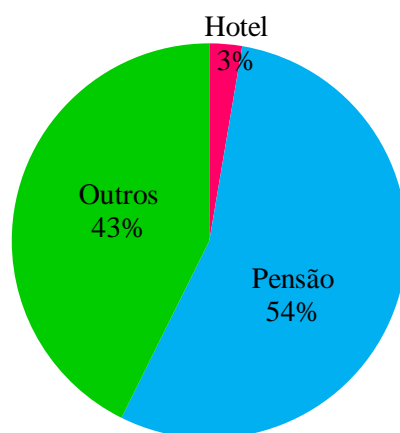


Gráfico 8 - Meio de hospedagem

Da análise do gráfico 8, constata-se que a maioria dos turistas inquiridos optou pela estadia nas pensões (54%), cerca de 43% escolheram outros estabelecimentos de alojamento (aldeamento turístico, aparthotel, residencial) e apenas 3% ficaram no hotel.

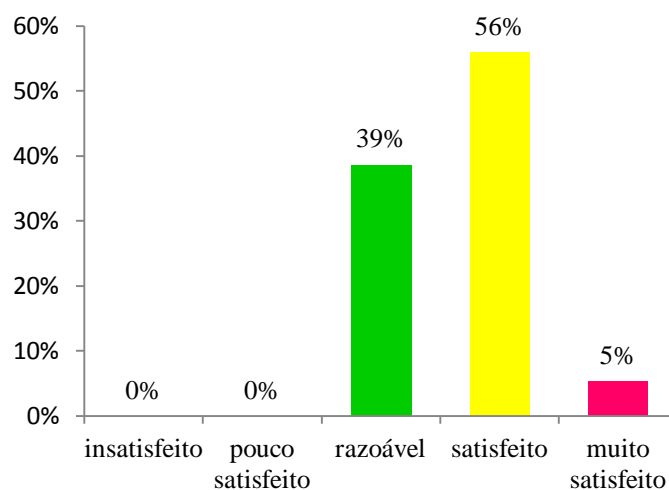


Gráfico 9 - Grau de satisfação com a visita ao Tarrafal

A maioria dos turistas mostrou-se satisfeita com a experiência durante a visita. Segundo o gráfico 9, cerca de 56% ficaram satisfeitos, 38,7% consideraram a experiência razoável e 5,3% ficaram muito satisfeitos.

5.1.3 Perceção da população local

Segundo ICOMOS (1999), o turismo mal gerido pode prejudicar tanto a integridade física e o significado do património como pode conduzir à degradação da própria comunidade detentora desse património.

Para determinar a perceção dos residentes relativamente ao desenvolvimento do turismo cultural no Tarrafal, foi elaborado um conjunto de perguntas nas quais eram solicitadas as suas opiniões.

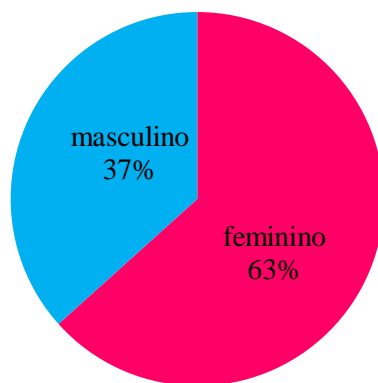


Gráfico 10 – Distribuição dos residentes por género

No que toca ao género dos residentes, a amostra é constituída por 63% de indivíduos do sexo feminino e 37% do sexo masculino.

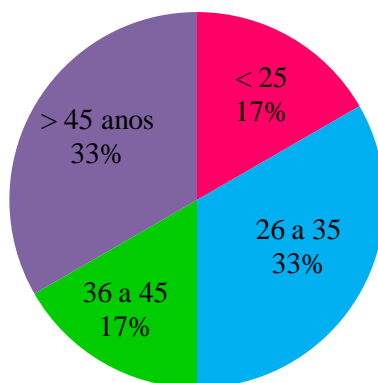


Gráfico 11 – Distribuição dos residentes por faixa etária

De acordo com o gráfico 11, para efeitos de análise, a variável faixa etária foi agrupada em quatro conjuntos, assim como se apresenta o gráfico. Verificou-se

que os grupos etários mais representados eram os que se encontravam entre os 26 e os 35 anos (33%), e mais de 45 anos (33%)

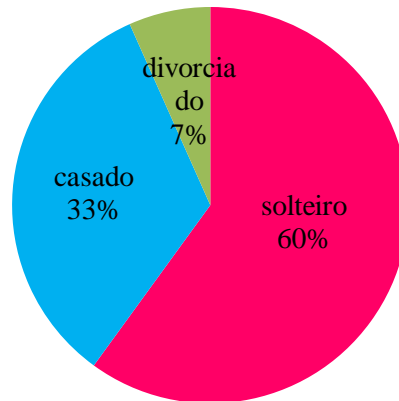


Gráfico 12 - Estado civil das pessoas locais entrevistadas.

Relativamente ao estado civil, o gráfico 12 mostra que a maioria dos residentes é solteiro (60%), seguido de casado (33%) e de divorciado (7%).

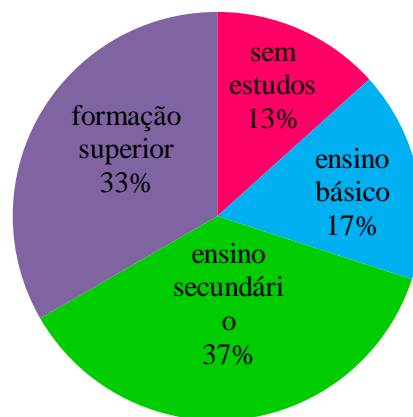


Gráfico 13 - Habilitações literárias das pessoas entrevistadas.

Relativamente há habilitações literárias foram consideradas quatro categorias, como se apresenta no gráfico 13. Segundo esses dados, a categoria ensino secundário é a mais representada (37%), seguindo-se a formação superior (33%), o ensino básico (17%) e sem estudos (13%).

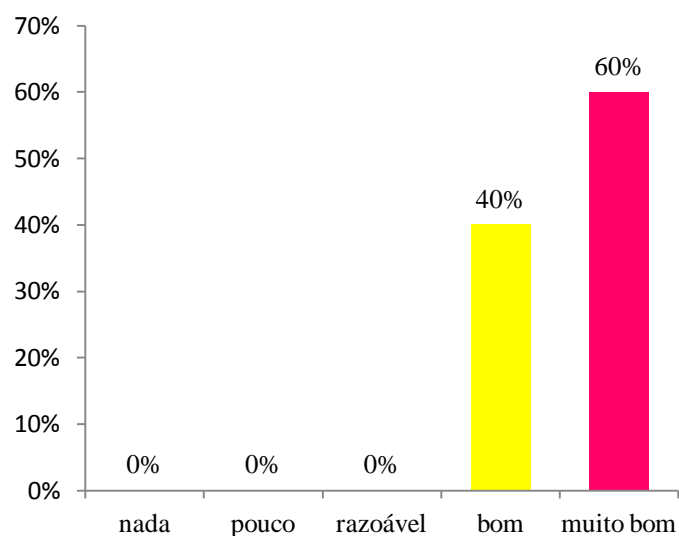


Gráfico 14 - Percepção dos residentes em relação ao potencial do turismo cultural no Tarrafal

Observando o gráfico 14, nota-se claramente que os inquiridos têm uma percepção positiva relativamente ao potencial do turismo cultural no Tarrafal. Cerca de 60% consideram que Tarrafal tem muito potencial e 40% consideram bom.

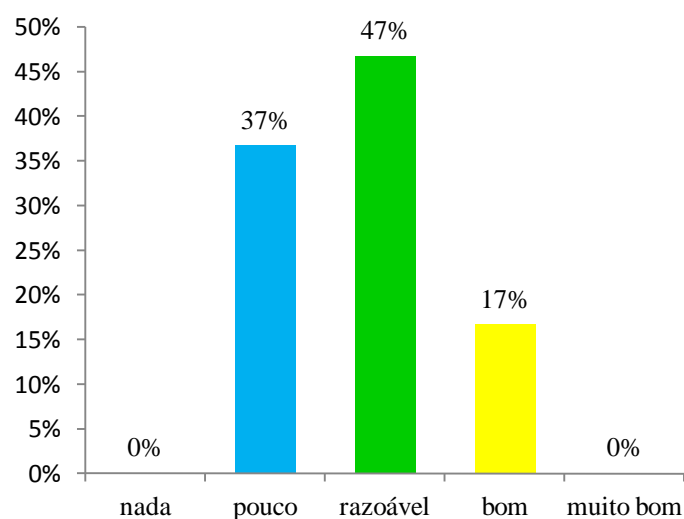


Gráfico 15 - Percepção dos residentes em relação ao incentivo da autarquia à população

Pela análise do gráfico 15, pode-se verificar que, cerca de 47% dos inquiridos consideram razoável o incentivo da autarquia à população local, 37% consideram que a autarquia tem incentivado pouco a população para participar nos assuntos relacionado com o turismo e a cultura e 17% consideram bom o incentivo da autarquia.

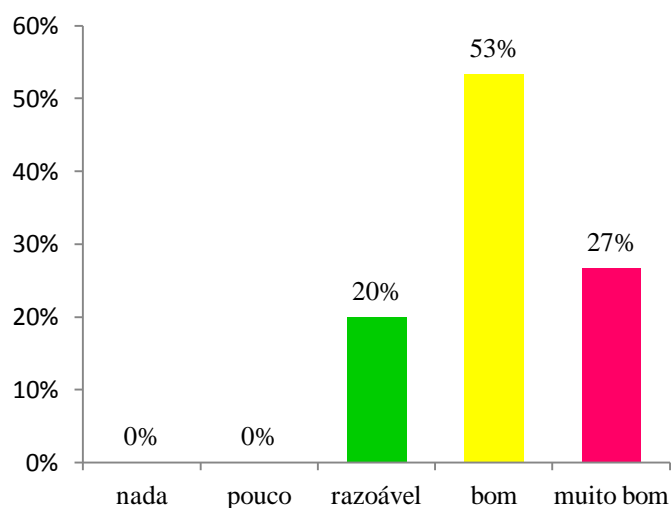


Gráfico 16 - Percepção da comunidade sobre a importância da sua participação na gestão do turismo cultural

Através do gráfico 16, verifica-se que a maioria dos inquiridos considera que a participação da comunidade no planeamento e na gestão é benéfico para melhorar a atividade turística neste concelho. Cerca de 53% consideram que esse envolvimento da comunidade é bom para o turismo local e 27% consideram que é muito bom.

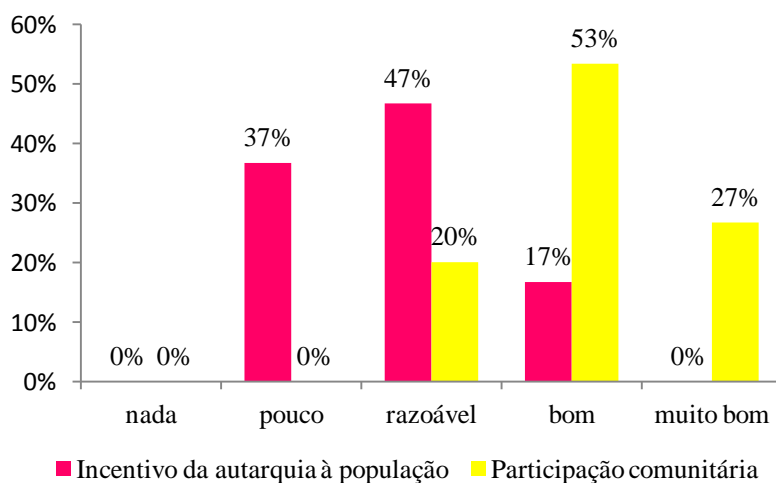


Gráfico 17 - Comparação entre a percepção das comunidade sobre o incentivo da autarquia e a percepção sobre a importância da sua participação na gestão do turismo cultural

Comparando o gráfico 15 e o gráfico 16, constata-se claramente que a população local considera importante a sua participação na gestão do turismo e da cultura, mas no entanto, segundo os mesmos a autarquia não tem apoiado muito esse envolvimento. De acordo com o gráfico 17, cerca de 53% dos inquiridos

consideram que a participação é bom para melhorar a atividade turística, 27% consideram que é muito bom. Por outro lado, e de acordo com esse mesmo gráfico, cerca de 47% dos inquiridos consideram que esse incentivo é razoável e 37% acha que a autarquia tem incentivado pouco a população.

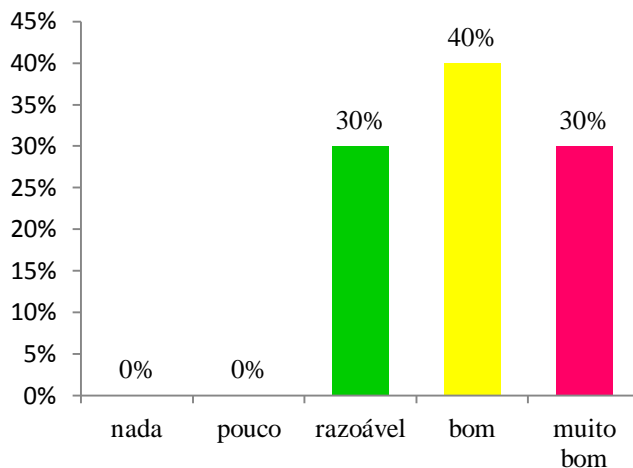


Gráfico 18 - Percepção dos residentes sobre a relação entre os turistas e a população

De acordo com o gráfico 18, cerca de 40% dos inquiridos consideram que o relacionamento entre os turistas e a população local é bom, 30% consideram muito bom e os outros 30% consideram razoável.

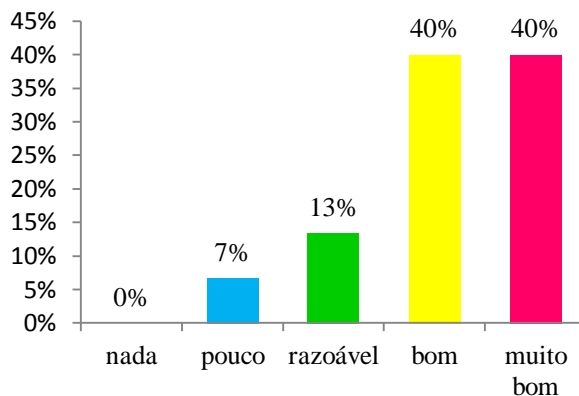


Gráfico 19 - Nível de conhecimento da população sobre a história do campo de concentração

Os dados mostram que a maioria dos inquiridos conhece a história e a simbologia do antigo Campo de Concentração. De acordo com o gráfico 19, cerca de 40% conhecem muito bem a história do Campo de Concentração, 40% conhecem bem, 13% conhecem razoavelmente, e 7% confessaram conhecer pouco a história desse património.

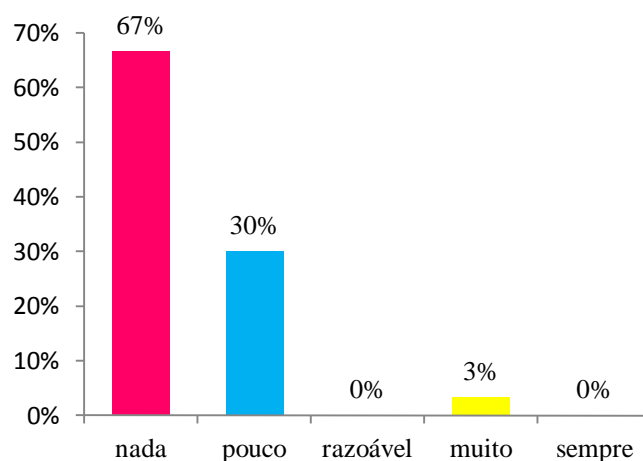


Gráfico 20 – Participação da comunidade em reunião, conferência ou workshop sobre a gestão do património

Tal como podemos verificar no gráfico 20, cerca de 67%, dos inquiridos afirmaram que nunca participaram numa reunião, conferência ou workshop sobre a gestão do património, 30% participaram poucas vezes e 3% disseram que participaram muitas vezes nesses tipos de atividades.

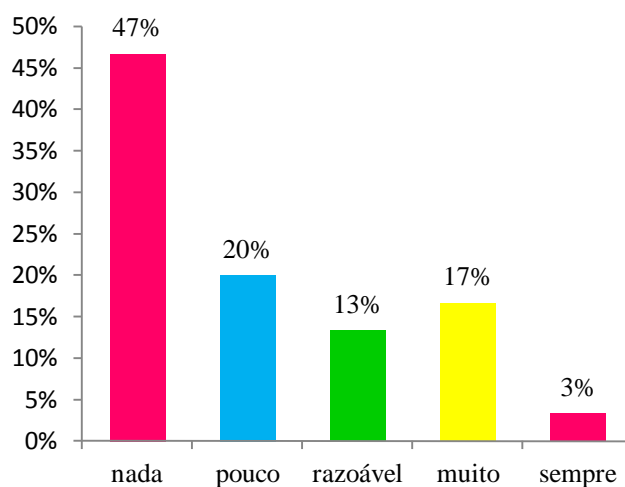


Gráfico 21 - Participação da comunidade em actividades no campo de concentração

Relativamente à participação da comunidade em atividades no antigo Campo de Concentração, o gráfico 21 mostra que, 47% dos inquiridos nunca participaram numa atividade no antigo Campo de Concentração, 20% participaram poucas vezes, 17% afirmam que já participaram muitas vezes.

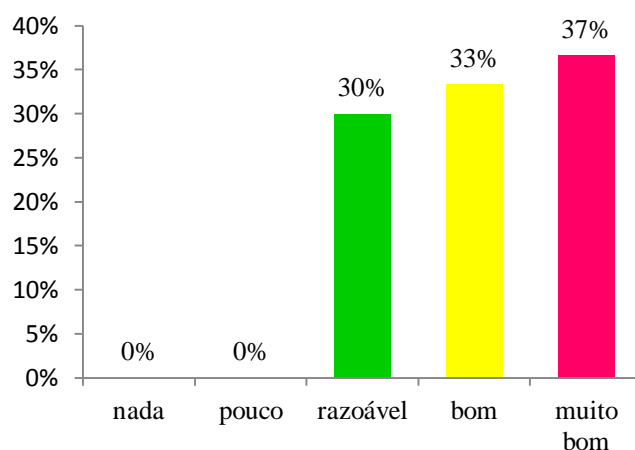


Gráfico 22 – Percepção da população em relação à importância do campo de concentração na dinamização do turismo no Tarrafal

Através da análise do gráfico 22, constata-se claramente que a população local está ciente da importância do Campo de Concentração na dinamização do turismo local e no desenvolvimento do próprio concelho. Cerca de 37% da população inquirida considera que o antigo Campo de Concentração é muito importante, 33% acham que é bom e 30% consideram razoável.

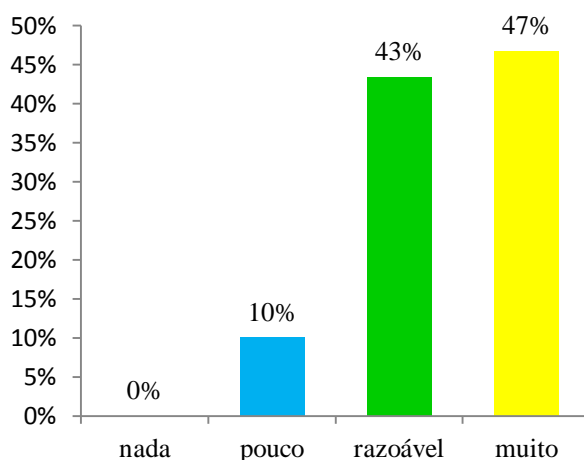


Gráfico 23 - Percepção dos residentes em relação aos impactos positivos do turismo

No que diz respeito aos impactos positivos do turismo, 47% dos inquiridos consideram que o turismo trouxe muitos impactos positivos para o Tarrafal, 43% avaliaram razoável o impacto do turismo e 10% entenderam que o turismo trouxe pouco impacto positivo para o concelho.

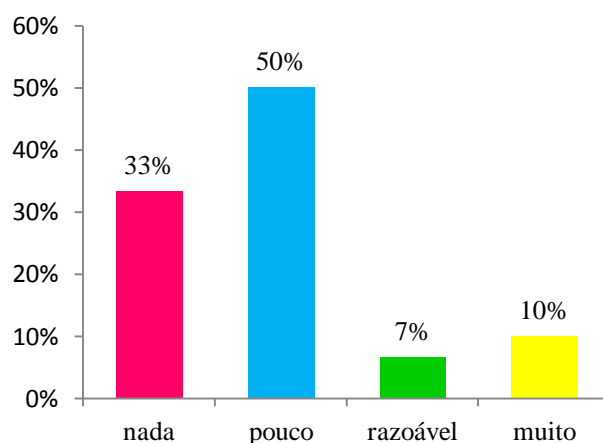


Gráfico 24 - Percepção dos residentes em relação aos impactos negativos do turismo

Quanto aos impactos negativos do turismo, constata-se a partir do gráfico 24, que 50% consideram que o turismo trouxe poucos impactos negativos para o concelho do Tarrafal, 33% consideram que o turismo não trouxe nenhum impacto negativo e apenas 10% pensam que o turismo trouxe muitos impactos negativos.

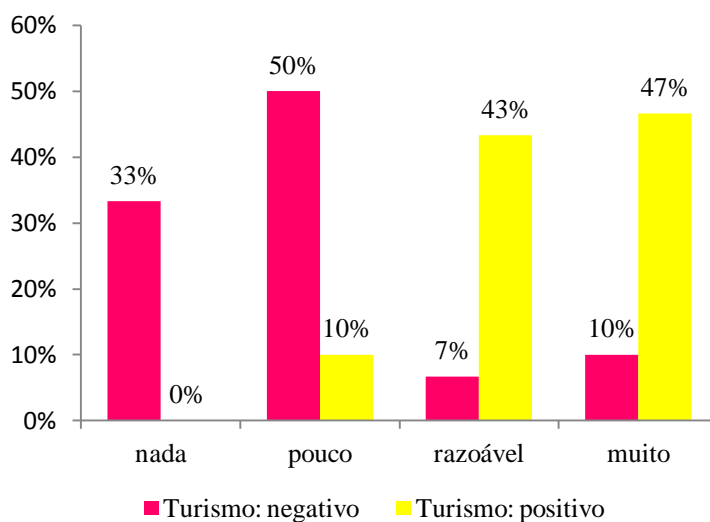


Gráfico 25 - Comparação entre a percepção do impacto do turismo: efeitos negativos e positivos

Da análise do gráfico 25, nota-se que a maioria dos inquiridos tem uma percepção positiva dos impactos provocados pela atividade turística no Tarrafal.

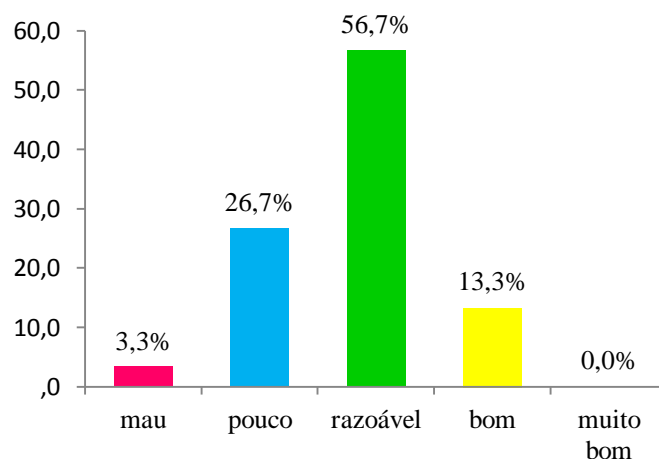


Gráfico 26 – Percepção dos residentes em relação ao trabalho da autarquia na promoção turística

Através do gráfico 26, podemos ver que 56,7% consideram que o trabalho da autarquia na promoção turística é razoável, 26,7% consideram que tem sido pouco expressivo, 13,3% pensa que foi bom e 3,3% acham que foi mau.

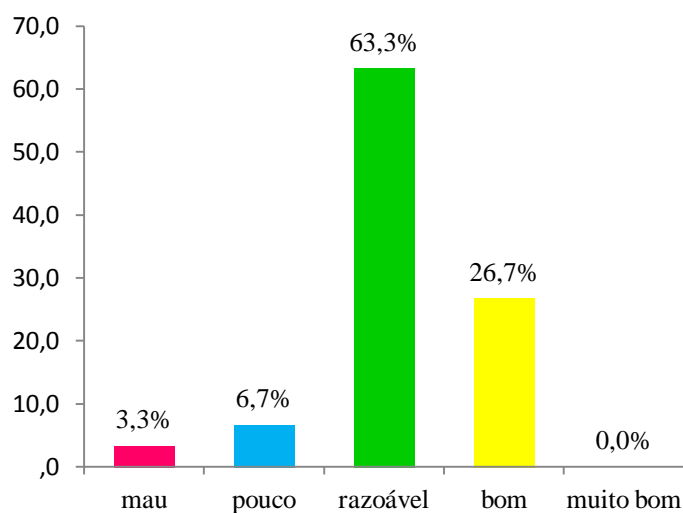


Gráfico 27 - Percepção dos residentes em relação ao trabalho da autarquia na promoção cultural

Em relação à promoção cultural, cerca de 63,3% dos inquiridos consideram que o trabalho da autarquia foi razoável, 26,7% pensam que foi bom e 6,7% consideram pouco e 3,3% acham que foi mau.

5.1.4 Característica e perceção dos alojamentos turísticos

Com este questionário procurou-se saber as características dos alojamentos turísticos e as perceções dos empresários desses empreendimentos em relação à sustentabilidade do turismo no Tarrafal. Colaboraram, neste estudo, 8 empresários dos alojamentos turísticos.

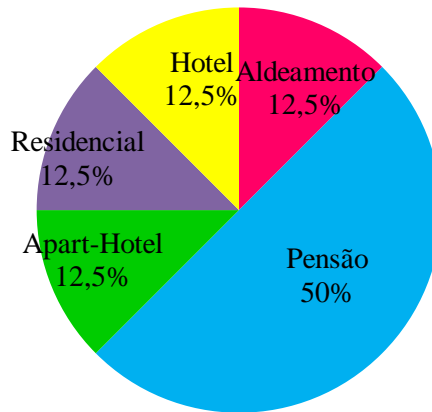


Gráfico 28 - Tipologia de alojamento

O gráfico 28 apresenta a distribuição dos empreendimentos turísticos inquiridos por tipo. Esses estabelecimentos distribuem-se da seguinte forma: pensões 50%, hotéis 12,5%, apartamentos hotel 12,5%, residenciais 12,5% e aldeamentos turísticos 12,5%.

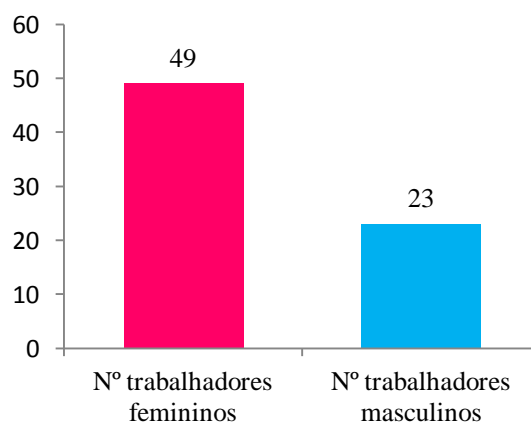


Gráfico 29 - N° de trabalhadores nos alojamentos turísticos, por género

Como pode observar no gráfico 29, a maioria dos trabalhadores dos empreendimentos turísticos pertence ao sexo feminino (n=49), enquanto os trabalhadores do sexo masculino estão menos representado (n=23).

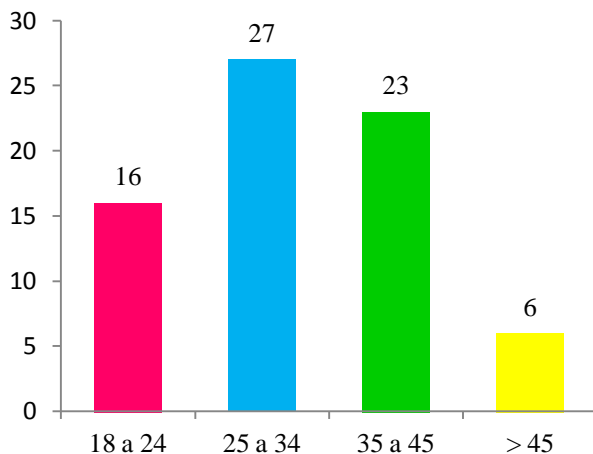


Gráfico 30 - Nº de trabalhadores nos alojamentos turísticos, por faixa etária.

No que diz respeito à idade desses trabalhadores, verifica-se que a maioria encontra-se entre os 25 e os 34 anos (n=27), seguindo-se os trabalhadores que se encontram entre os 35 e os 45 anos (n=23), os que se encontram entre os 18 e os 24 anos (n=16) e por último os trabalhadores de idade superior a 45 anos (n=6).

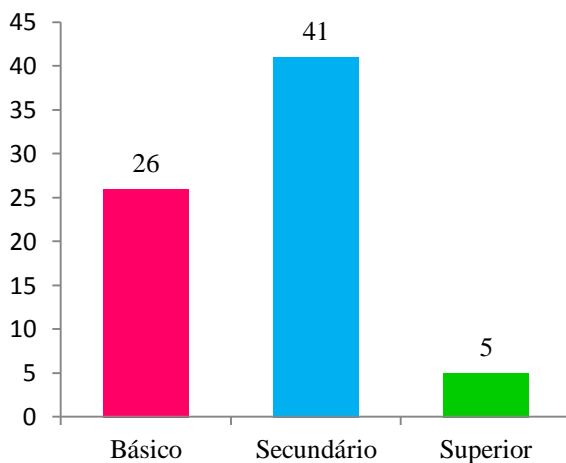


Gráfico 3122 - Nº de trabalhadores nos alojamentos turísticos, por habilitações literárias

Quanto ao nível de ensino, constata-se que a maioria dos trabalhadores possui o ensino secundário (n=41), seguindo-se os detentores do ensino primário (n=26) e os do ensino superior (n=5).

No questionário foi perguntado aos empresários desses alojamentos sobre o uso de serviços complementares (sala de leitura, sala de jogos, sala de ginástica, piscina, loja e restaurantes). Dos oito estabelecimentos inquiridos, cinco dispõem apenas de restaurantes, sendo que os restantes não utilizam qualquer tipo de serviço complementar.

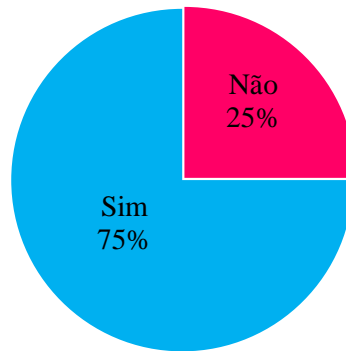


Gráfico 32 - Utilização de produtos locais

Quanto á utilização de produtos locais no estabelecimento, a maioria desses empresários (75%) responderam que utilizam, valorizando a sua importância para o desenvolvimento da própria empresa, enquanto que 25% não utilizam.



Gráfico 33 – Distribuição da procura turística (nº de referências mensais).

O gráfico 33 faz referência às épocas de maior e de menor procura dos estabelecimentos de alojamento turístico. De acordo com o gráfico, os meses da

maior procura são: janeiro, agosto e dezembro. Por outro lado, os meses da menor procura são os de março e maio.

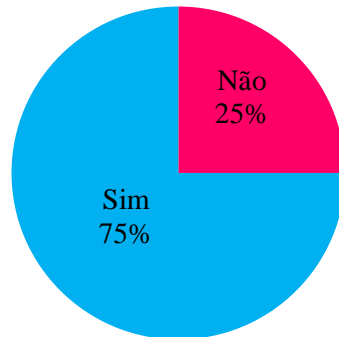


Gráfico 34 - Cooperação com outras unidades de turismo na região

Relativamente á cooperação, podemos ver no gráfico que 75% dos alojamentos turísticos tem parcerias com outras unidades do turismo da região, sendo que 25% não estabeleceram qualquer tipo de cooperação com outras entidades.

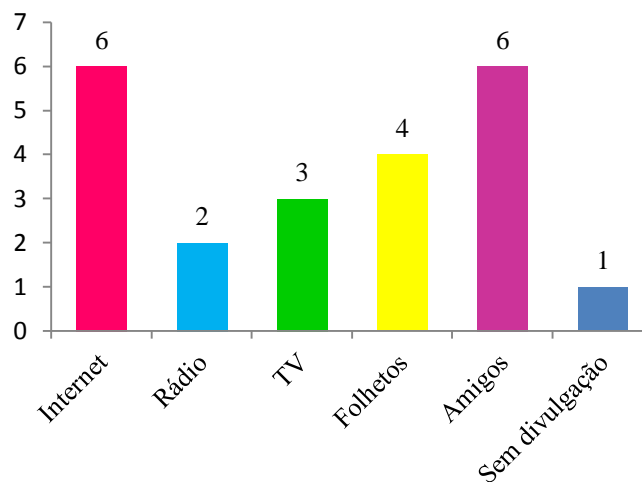


Gráfico 35 - Meio de divulgação do negócio (nº de alojamentos)

Em relação ao meio de divulgação, os dados do gráfico 35 mostram que o principal meio de divulgação desses alojamentos é a internet (n=6) e os amigos (n=6). Seguem-se os folhetos (n=4), a televisão (n=3) e a rádio (n=2).

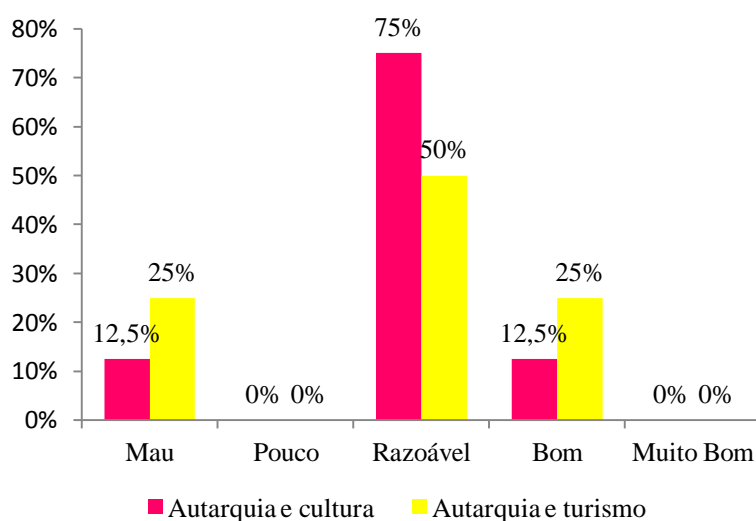


Gráfico 36 – Percepção dos alojamentos turísticos sobre o trabalho da autarquia na promoção do turismo e da cultura

O gráfico 36 estabelece uma comparação entre o trabalho da autarquia na promoção cultural e na promoção turística. A partir da análise desse gráfico, nota-se que as duas situações são idênticas, embora com alguma diferença em termos percentuais.

Em relação ao papel da autarquia na promoção do turismo, a maioria dos empreendimentos hoteleiros avaliaram como razoável. Como podemos verificar no gráfico 50% consideraram razoável a atuação da autarquia, e os outros 50% distribuem-se entre a classificação bom 25% e a mau 25%.

Também em relação ao papel da autarquia na promoção da cultura, a maioria entende-se que tem sido razoável na promoção do turismo cultural. Cerca de 75% desses estabelecimentos responderam que o trabalho da autarquia tem sido razoável, 12,5% reponderam bom e também 12,5% consideraram mau.

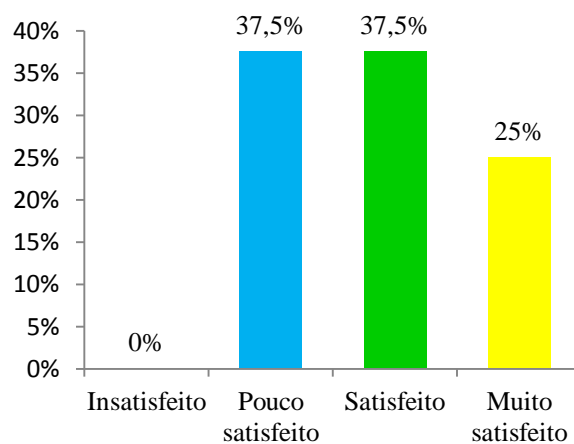


Gráfico 37 - Nível de satisfação com o próprio negócio

Quanto ao nível de satisfação com o negócio, uma boa parte expressou o seu descontentamento em relação ao turismo no Tarrafal, enquanto outros manifestaram o seu agrado. Com base no gráfico 37, observa-se que 37,5% estão pouco satisfeitos, 37,5% estão satisfeitos e 25,0% estão muito satisfeitos.

5.1.5 Característica e perceção dos restaurantes

Tendo em consideração a importância da gastronomia na oferta turística local, optou-se por conhecer as características dos restaurantes do Tarrafal e ouvir a opinião dos responsáveis deste ramo de atividade. Assim, fizeram parte deste estudo 10 restaurantes. Importa frisar que dos 10 restaurantes inqueridos, todos os proprietários são empresários individuais.

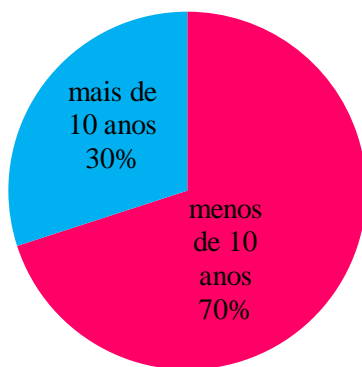


Gráfico 38 - Distribuição dos restaurantes por tempo de funcionamento

De acordo com o gráfico 38, cerca de 70% dos restaurantes inqueridos encontram-se em funcionamento há menos de 10 anos, enquanto 30% já se encontravam em atividade há mais de 10 anos. Este aumento de números de restaurantes no Tarrafal justifica-se pelo aumento de visitantes nos últimos anos.

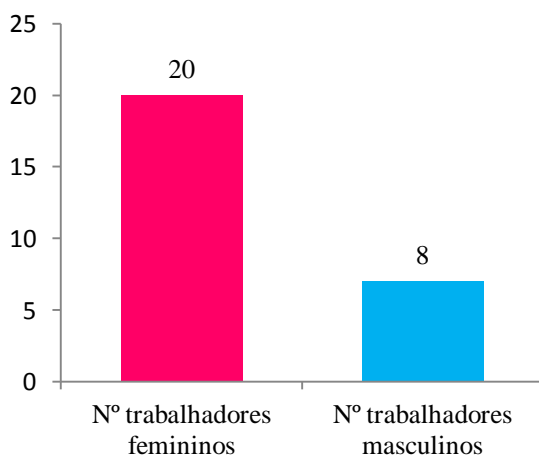


Gráfico 39 - N° de trabalhadores nos restaurantes, por género

Da análise do gráfico 39, pode observar-se que a maioria dos trabalhadores dos restaurantes no Tarrafal é do sexo feminino (n=20). Nota-se claramente que os trabalhadores do sexo masculino são menos expressivos (n=8) nesta área.

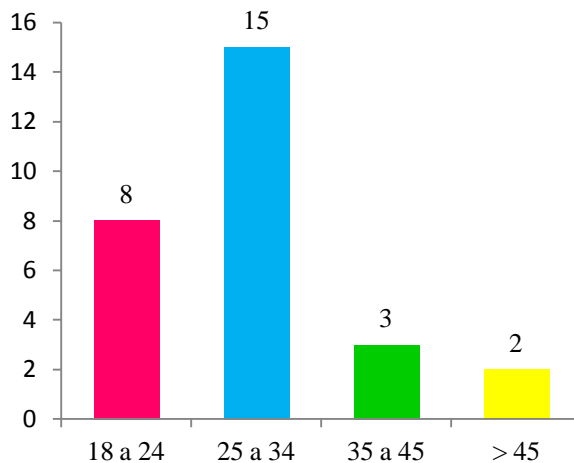


Gráfico 40 - N.º de trabalhadores em restaurantes, por faixa etária

Relativamente à faixa etária desses trabalhadores, o gráfico 40 revela que a categoria que se regista a maior proporção é a que se encontra entre os 25 e os 34 anos (n=15), seguindo-se o grupo que se encontra entre os 18 e os 24 anos (n=8). Em menor número encontram-se os trabalhadores de idade entre os 35 e os 45 anos (n=3) e os que têm mais de 45 anos (n=2).

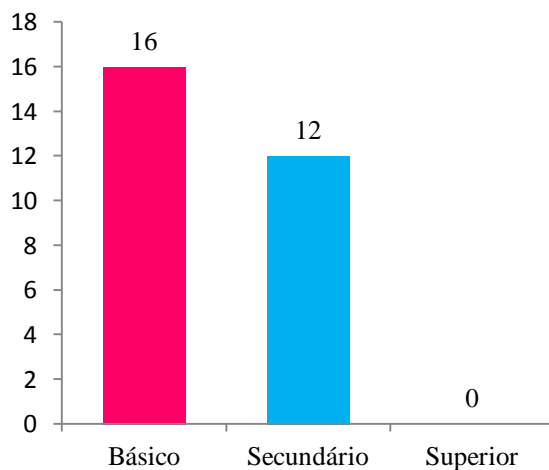


Gráfico 41 - N.º de trabalhadores em restaurantes, por habilitações literárias

Quanto ao nível de escolaridade, verifica-se, a partir do gráfico 41 que a maioria dos trabalhadores possui o ensino básico (n=16), seguindo-se os que

possuem o ensino secundário (n=12). Não existe nenhum trabalhador com o ensino superior.

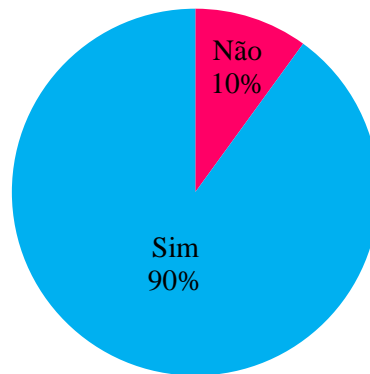


Gráfico 42 - Utilização de produtos locais

De acordo com o gráfico 42, cerca de 90% dos restaurantes utilizam produtos locais no seu estabelecimento. De fato, os restaurantes desempenham um papel muito importante na divulgação dos produtos locais, dinamizando a economia local e oferecendo aos turistas uma maior qualidade nos serviços.

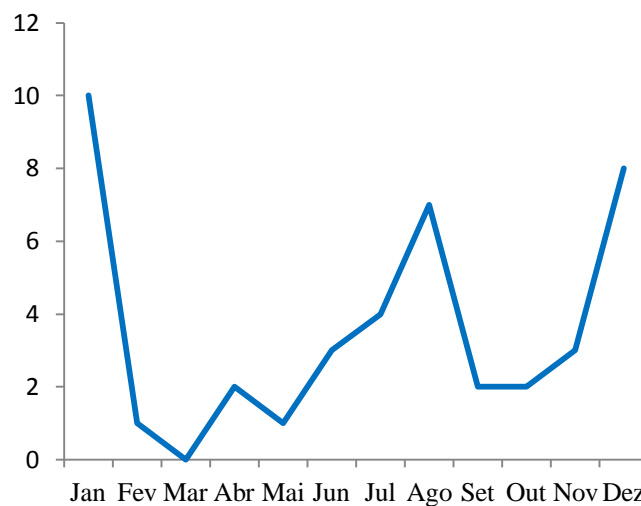


Gráfico 4323 – Distribuição da procura turística (nº de referências mensais)

Observando o gráfico 43, verifica-se que os meses de maior procura dos restaurantes do Tarrfal são: janeiro, agosto e dezembro. Por outro lado, os meses de menor procura são: fevereiro, março e maio.

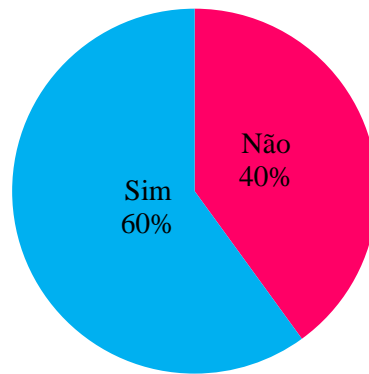


Gráfico 44 - Cooperação com outras unidades de turismo na região

Quanto à cooperação e parcerias, podemos ver no gráfico 44 que, 60% dos restaurantes inquiridos têm parcerias com outras unidades turísticas da região. Cerca de 40% não têm qualquer parceria, apesar de reconhecerem a sua importância. Durante a aplicação do questionário verificou-se que existe pouca vocação dos restaurantes em realizar atividades em conjunto com outros restaurantes da região, optando assim, por atuar de forma independente e de acordo com os seus critérios.

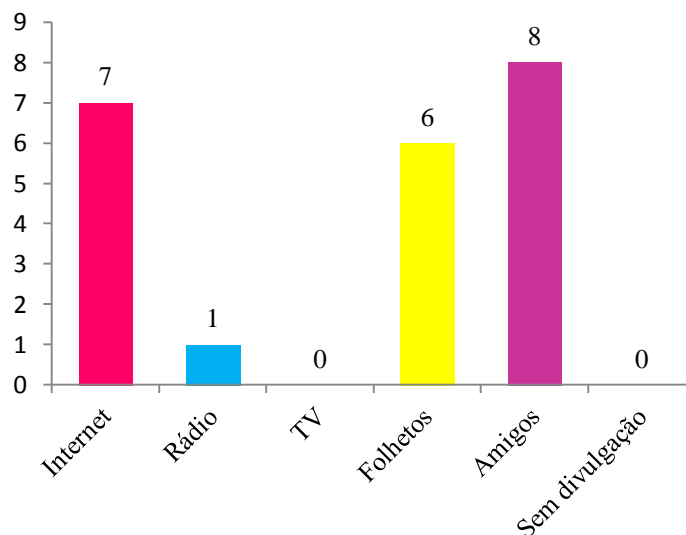


Gráfico 45 - Meio de divulgação do negócio (nº de restaurantes)

Da análise do gráfico 45, nota-se que o principal meio da divulgação do negócio são os amigos (n=8). Segue-se a internet (n=7) e os folhetos (n=6).

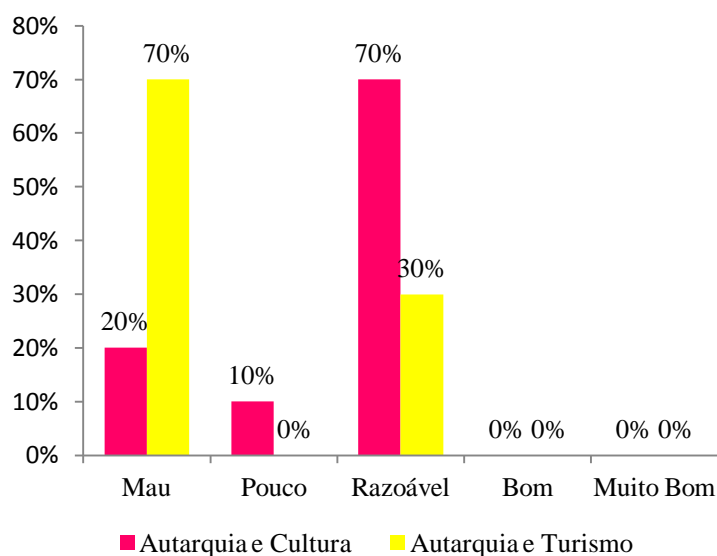


Gráfico 46 - Percepção dos restaurantes sobre o trabalho da autarquia na promoção do turismo e da cultura

No que diz respeito ao trabalho da autarquia na promoção do turismo, 70% dos restaurantes consideraram mau e 30,0% consideraram razoável.

Quanto à cultura, a situação é diferente, sendo que a maioria dos restaurantes (70,0%) consideraram razoável o trabalho da autarquia, 20% consideraram mau e 10% responderam que o trabalho realizado pela autarquia foi diminuto.

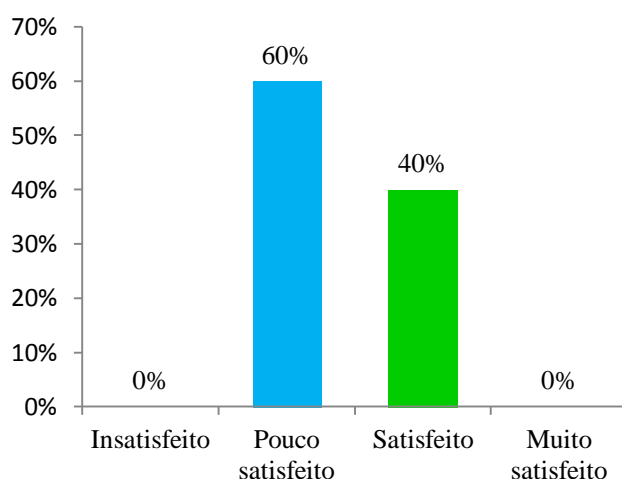


Gráfico 47 - Nível de satisfação dos restaurantes com proprio o negócio

Relativamente ao nível de satisfação, como se pode observar no gráfico 47, cerca de 60% dos restaurantes disseram que estão pouco satisfeitos e 40% responderam que estão satisfeitos.

5.1.6 Análise Comparativa entre os Restaurantes e os Alojamentos

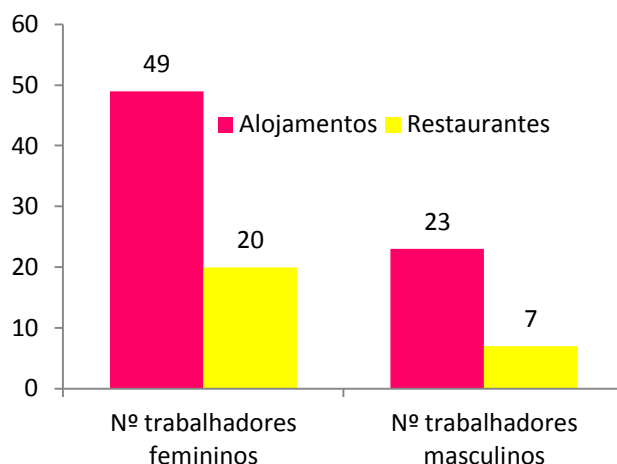


Gráfico 48 - Comparação entre o nº de trabalhadores em alojamentos turísticos e restaurantes, por género.

O gráfico 48 faz uma análise comparativa entre o número de trabalhadores dos alojamentos e o número de trabalhadores dos restaurantes segundo o género. É evidente que os alojamentos têm maior número de trabalhadores do que os restaurantes, até porque existem alojamentos que dispõem de restaurantes internos. Observando este gráfico, nota-se nos dois casos em análise que a população feminina encontra-se mais representada, ultrapassando o dobro dos trabalhadores do sexo masculino, podendo-se concluir facilmente que este ramo de atividade é mais vocacionado para a população feminina.

Esses funcionários encontram-se, na maioria, entre os 25 e os 34 anos. Em relação às habilitações literárias, foi possível aferir que a maioria dos funcionários possui o ensino básico e o ensino secundário.

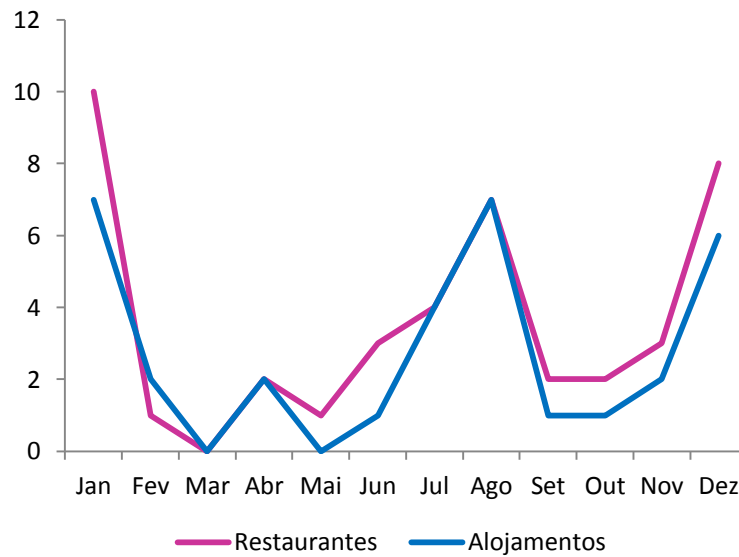


Gráfico 49 - Comparação da percepção de maior procura turística (nº de referências mensais em restaurantes e alojamentos).

Observando o gráfico 49, constata-se que os alojamentos e os restaurantes partilham a mesma opinião relativamente à procura turística. Verifica-se que os meses de maior procura (época alta) do Tarrafal são: janeiro, agosto e dezembro. A procura nesses meses justifica-se pelo fato de coincidir com as épocas de grandes eventos: no mês de janeiro realiza-se a maior festa do concelho (a festa de “nho Santo Amaro”); o mês de agosto coincide com o verão e épocas de férias; e por fim, o mês de dezembro que é um mês em que as pessoas viajam muito devido ao natal e à passagem de ano (nessa época muitas pessoas viajam tanto para visitar famílias e amigos, como também para passar férias e lazer). Relativamente às épocas baixas também os alojamentos e os restaurantes foram unânimes, apontando o mês de março e de maio como os meses de maiores dificuldades económicas devido à menor procura por parte dos visitantes.

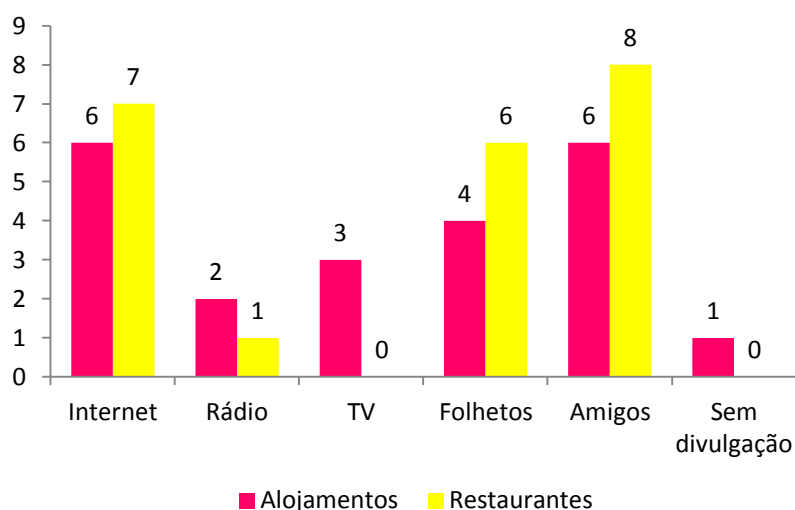


Gráfico 50 - Comparação entre meio de divulgação do negócio (nº de restaurantes e alojamentos).

Relativamente ao meio de divulgação, verifica-se que a internet e os amigos são os principais meios de divulgação dos alojamentos e dos restaurantes. Embora os dados revelam que esses empresários têm divulgado a sua empresa, entendemos que devem rever e reforçar as estratégias de promoção de forma a alcançarem uma maior projeção.

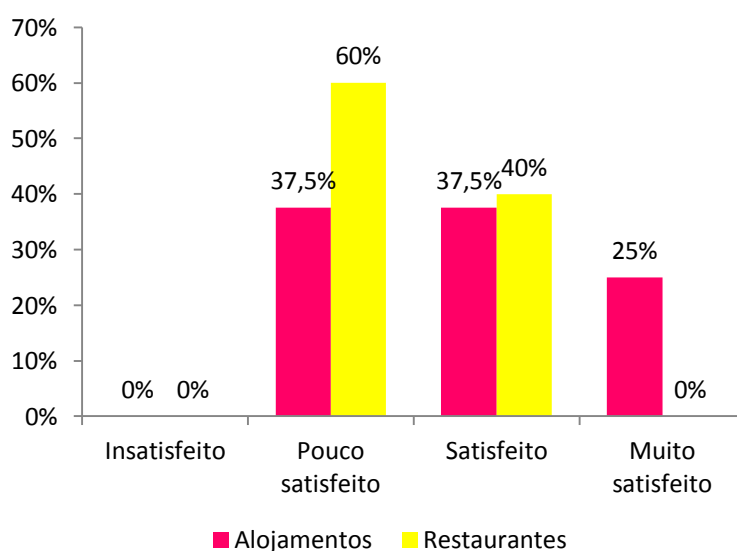


Gráfico 51 - Comparação entre grau de satisfação com o negócio (restaurantes e alojamentos).

Da análise do gráfico 51, constata-se que os empresários dos alojamentos turísticos estão mais satisfeitos com os seus negócios do que os empresários dos

restaurantes. De acordo com este gráfico, a maioria dos restaurantes estar pouco satisfeitos (60%) enquanto 40% dizem estar satisfeitos.

Quanto aos alojamentos, podemos ver que cerca de 37,5% estão pouco satisfeitos, 37,5% estão satisfeitos e 25% não esconderam o seu agrado assegurando que estão muito satisfeitos com o negócio.

A maioria desses empresários utiliza produtos locais na sua empresa, o que mostra a importância que os mesmos apresentam. Isto é fundamental para dinamizar a economia local porque motiva os produtores locais que vêm os seus produtos a ser valorizados.

5.2 Análise dos resultados

Com este estudo pretendeu-se compreender o papel do turismo cultural na valorização do património e no desenvolvimento do Tarrafal. Procurou, também, analisar o potencial do turismo cultural no concelho do Tarrafal, bem como compreender o comportamento e o papel dos diversos intervenientes no desenvolvimento local.

Da análise das entrevistas e dos inquéritos realizados foi possível constatar que o concelho do Tarrafal tem um enorme potencial para desenvolver o turismo cultural.

De acordo com o CCCT o concelho do Tarrafal “não tem apenas o mar para oferecer aos visitantes, basta vermos alguns pontos históricos, como é o caso do Campo de Concentração que é um espaço que liga o Tarrafal com vários países do mundo, logo muitas pessoas ficam interessadas a conhecer as histórias e vivências do lugar de perto”. Na opinião do RCT, “os turistas querem ver e visitar aquilo que não existe no seu país de origem. Quer conhecer as tradições orais e culturais de cada povo e cada localidade”. Ainda acrescenta que “Cabo Verde e Tarrafal em particular, só terão um turismo sustentável, se for turismo cultural”.

De fato, as características socioculturais envolvidas em inúmeras expressões culturais como a música, a dança, o teatro, as festividades locais, os edifícios históricos, a gastronomia, a arte e o artesanato, as manifestações religiosas, as próprias atividades e modos de vida da população constituem fortes atrativos turísticos do concelho.

Todo o processo de trabalho no antigo Campo de Concentração como o seu reconhecimento a património nacional, a transformação deste espaço em museu, o estudo para a sua inclusão nas redes integradas de museus da memória e a ideia da sua candidatura a património da Humanidade, constitui uma mais-valia e um dos pontos fortes do Tarrafal como destino turístico. Como diz a RTT “é um espaço com história de dimensão mundial onde atrai muitos visitantes”. Embora muitos acreditem no potencial do Campo, consideram que ainda falta muito por fazer neste espaço.

Também os espetáculos e outras atividades de animação realizadas nos Centros de exposições artísticas e de organização de eventos (Centro de Artes e

Ofícios de Trás-os-Montes e o Mercado Municipal de Artesanato e Cultura do Tarrafal) têm contribuído para dinamizar as atividades culturais e contribuir para valorização dos mesmos. Tudo isto, mostra que o turismo cultural pode, sem dúvida, dar um contributo muito importante para o desenvolvimento do Tarrafal, fortalecendo a competitividade da oferta turística através da valorização do património.

Todavia, todos reconhecem que o caminho ainda está no início, o turismo ainda se encontra numa “fase embrionária” e por isso o impacto é ainda “pouco visível” (RTT), faltando ainda criar algumas condições essenciais para que o turismo possa servir de alavanca ao desenvolvimento, por exemplo, através do melhoramento das “acessibilidades”, das “infraestruturas hoteleiras”, e do “atendimento”, fomentar o empreendedorismo, criar incentivos aos privados e apostar na promoção do concelho (RTT).

Na opinião do responsável da cultura, o município do Tarrafal tem que “deixar de ser um município com potencialidades para o turismo para ser, na verdade, um município turístico” (RCT). Nesse sentido, propõe mais investimento público ligado ao poder central, enfatizando a necessidade da construção de um bom porto de recreio e de passageiros, melhoramento de estradas, a construção de um Aeródromo na zona de Achada Bilim, a criação de uma delegação do Ministério de Turismo no Tarrafal, um centro de congressos e melhorias nas instalações hoteleiras (RCT). Estes seriam os motores para um desenvolvimento sério do turismo no Tarrafal e no Ex. Campo de Concentração. Para que tudo isto possa acontecer defende-se a existência de uma “junção de esforços entre o poder central e local no sentido de criar condições efetivas para impulsionar este sector” (RTT).

Os sujeitos inquiridos foram unânimes ao afirmar que a presença do turismo contribui para a conservação, preservação e valorização do património. O RCT diz que “*com o turismo os patrimónios poderão estar abertos, vivos, visitados e valorizados*”. Segundo ele, sem o turismo muitos bens patrimoniais do Tarrafal ficariam ao abandono.

Os resultados também demonstraram que o papel ativo da comunidade local no processo da gestão é muito importante para melhorar a oferta turística e contribuir para o desenvolvimento social, económico e cultural. No entanto,

segundo os inquiridos, no Tarrafal a população não tem participado nesse processo. De acordo com os dados, 67% dos residentes inquiridos confessaram que nunca participaram numa reunião, conferência ou *workshop* sobre a gestão do património e 30% disseram que participaram poucas vezes. O ACCT assegura que neste concelho esta matéria ainda é pouco difundida. Para ele “as pessoas já começaram a interiorizar a necessidade da preservação e da conservação do património, mas mesmo assim não podemos dizer que há um envolvimento direto da população no sentido de preservar e conservar o património”. Segundo o RCT, “existe muito interesse, mas a população, simplesmente espera pelo poder local ou central, para realizar as suas ações”.

Por sua vez, os residentes reconhecem a importância da sua participação de na gestão do turismo e da cultura, mas asseguram que o poder local não incentiva muito a sua participação.

Pela análise dos resultados verifica-se que os diferentes agentes demonstram uma certa sensibilidade relativamente à cooperação. Com efeito, ao analisar os resultados, verifica-se que, apesar de algumas exceções, existe alguma cooperação e coordenação entre os diferentes agentes. Cerca de 60% dos restaurantes inquiridos tem parcerias com outras unidades turísticas da região. Em relação aos alojamentos turísticos, cerca de 75% tem parcerias com outras unidades do turismo da região. Os restaurantes, quando associados ao serviço hoteleiro, funcionam como um complemento importante para garantir a qualidade de oferta turística.

Da mesma forma, os agentes da autarquia mostraram que estão abertos a cooperação e a parcerias, apresentando (como se pode verificar na análise das entrevistas) um conjunto de parcerias nacionais e internacionais. De fato a cooperação, as relações em rede, a partilha de informações e as trocas de experiências são fundamentais na tomada de decisões numa área tão abrangente que envolve diversos agentes.

De acordo com os inquiridos, existe uma boa relação entre a política da cultura e a política do turismo. Para o RTT “a política cultural levada a cabo pelo município é pensada também como um produto que servirá para o consumo turístico”. O RCT reforça ainda essa ideia afirmando que “o Turismo e a Cultura

são almas gémeas para o desenvolvimento do Tarrafal... já se pensa num serviço autónomo de Cultura e Turismo Municipal”.

Verificamos que os turistas que mais procuram o Tarrafal são do sexo feminino. Os países mais representativos são: Alemanha (38%), França (23%), Portugal (19%) e Itália (16%), sendo que são na maioria indivíduos que tem mais de 45 anos. Verifica-se que a maioria prefere sol e praia e permanece no Tarrafal até dois dias.

De forma analisar melhor o resultado do inquérito aos turistas e verificar a relação entre as diferentes variáveis, foi feita a análise da correlação e da regressão.

Na análise da correlação verifica-se que a variável sexo dos turistas não é significativamente correlacionada com nenhuma outra variável.

A variável tempo estadia correlaciona positivamente com a variável habilitações literárias. O resultado é estatisticamente significativo ($R=,302$ e $\text{sig.}=,009$), isto é, maiores habilitações literárias estão associadas a maior tempo de estadia no Tarrafal e vice-versa.

A 5% de significância existe também a correlação entre o grau de satisfação e a nacionalidade. Embora a correlação seja negativa, o resultado é significativo ($R= -,257$ e $\text{sig.}=,026$). Lembrando que 0=Portugal, 1=Alemanha, 2=França, 3=Itália e 4=Espanha, os números mais altos de nacionalidades estão associados a níveis mais baixos de satisfação, e vice-versa. Isto significa que os turistas portugueses e os alemães são os mais satisfeitos com a visita a Tarrafal.

Existe uma correlação significativa e positiva entre a variável grau de satisfação e o tempo de estadia ($R=,290$ e $\text{sig.}=,012$), ou seja, maiores graus de satisfação estão associados a maior o tempo de estadia e vice-versa.

Através da análise de correlação definiu-se 2 modelos para a análise de regressão.

Modelo 1: Explicação do tempo de estadia no Tarrafal através de:

- Grau de satisfação
- Habilitações literárias

Apesar do R^2 ser baixo (0,145), a análise é globalmente significativa ($F_{\text{stat}}=6,113$ e $\text{sig.}=0,004$), pelo que se pode considerar a existência de uma relação entre as habilitações e o grau de satisfação relativamente ao tempo de estadia.

Ambos os coeficientes “habilitações” e “grau de satisfação” são individualmente significativos (respetivamente $t\text{-stat}=2,267$, com $\text{sig}=0,026$ e $t\text{-stat}=2,136$ com $\text{sig.}=0,036$).

- $B_{\text{hab}}= 0,360$: por cada grau que se tem a mais de habilitações, comparativamente ao grau “sem estudos” (0=sem estudo, até 3=formação superior), o tempo de estadia cresce.
- $B_{\text{sat}}= 0,288$: por cada grau de satisfação que se tem a mais, comparativamente a uma pessoa insatisfeita (0=insatisfeito, até 4=muito satisfeito), o tempo de estadia cresce.

Modelo 2: Explicação do grau de satisfação no Tarrafal através de:

- Nacionalidade
- Tempo de estadia

A análise é também globalmente significativa ($F\text{stat}=6,207$ e $\text{sig}=0,003$), isto é, existe uma relação entre a nacionalidade e o tempo de estadia, relativamente ao grau de satisfação.

Ambos os coeficientes “nacionalidade” e “tempo de estadia” são individualmente significativos (respetivamente $t\text{-stat}=-2,305$, com $\text{sig}=0,024$ e $t\text{-stat}=2,619$ com $\text{sig.}=0,011$).

- $B_{\text{nac}}= -0,132$: a relação entre a nacionalidade e o grau de satisfação é inverso, ou seja, os, números mais altos de nacionalidades (0=Portugal, 1=Alemanha, 2=França, 3=Itália e 4=Espanha) estão associados a níveis mais baixos de satisfação e vice-versa.
- $B_{\text{temp}}=0,235$: por cada dois dias de estadia a mais, comparativamente a uma pessoa que fique menos de 2 dias (0=menos de 2 dias, até 3=mais de 7 dias), o grau de satisfação cresce.

A investigação permitiu traçar uma lista de fatores que constituem obstáculos para o desenvolvimento deste setor no Tarrafal. De acordo com os inqueridos são muitas as dificuldades que o mesmo apresenta: a acessibilidade (necessidade de boas estradas), pouca qualidade das infraestruturas hoteleiras, baixa qualidade no atendimento, fraca visão de negócio por parte dos empreendedores (RTT); falta de parcerias e financiamento dos projetos e a falta de divulgação das atividades culturais na televisão (RCT).

Acrescenta-se ainda outras falhas em relação à sinalização, saneamento, falta de informações turísticas, ausência de atividades e serviços complementares nos alojamentos, problemas nos transportes, falhas na promoção e carências na divulgação do patrimônio cultural. Ainda não são possíveis as visitas guiadas no antigo campo de concentração devido à falta de pessoas especializadas. Os documentos que se encontram neste espaço estão apenas em português e há apenas uma sala de leitura aberta apenas com agendamento. Aponta-se também como um dos grandes problemas, a falta de energia elétrica no Tarrafal, colocando em causa a segurança da comunidade e dos turistas, sem esquecer que a segurança é um dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento do turismo no século XIX.

Capítulo VI

6. Considerações finais e recomendações

Globalmente poderemos avançar com algumas notas finais. O turismo cultural desempenha um papel incontestável na valorização do património e no desenvolvimento local, contribuindo na criação de novos postos de trabalho.

Esta valorização turística do património já se mostra eficiente, desempenhando um papel importante no desenvolvimento das comunidades.

O Tarrafal é, sem dúvida, uma região com grandes potencialidades turísticas. Além do seu potencial natural que proporciona boas condições para o turismo, dispõe também de recursos culturais bastante diversificado. Aproveitando estes dois componentes de forma correto e adequado, este concelho transformará certamente num destino turístico de qualidade.

Por isso, é necessário que haja uma gestão eficiente e um planeamento correto dos recursos e das infraestruturas locais, para que todos os agentes públicos e privados possam utilizar de forma mais produtiva os recursos endógenos. Existe ainda uma necessidade de sensibilizar e educar as populações locais no sentido de mantê-las conscientes da importância da preservação do património. Neste caso, aponta-se a importância das associações, como o principal veículo de comunicação entre o poder local e a comunidade.

Apesar das diversidades culturais que o concelho do Tarrafal possui, os seus contributos para o desenvolvimento da sua comunidade ainda não são visíveis, isto porque o turismo no Tarrafal ainda está centrado, apenas, em sol e praia. Esta prática do turismo pode produzir efeitos em redor desses recursos, que podem apontar balanços negativos.

É evidente que o crescimento descontrolado e desequilibrado do turismo, provoca sérios impactos negativos que prejudicam fortemente o ambiente natural, cultural e socioeconómico. Caso o ciclo da vida desses produtos não for ampliado, o destino turístico pode ser alvo de um crescimento rápido, mas também de uma rápida descida, como tem acontecido noutros casos.

A própria concorrência dos mercados internacionais é bastante agressiva e para combater a sazonalidade (concentração da procura apenas numa época) é

imprescindível essa aposta em produtos turísticos diversificado de forma a alargar o mercado e aumentar a procura nas épocas ditas baixas.

Verificou-se ainda que não existe um trabalho conjunto, pelo menos até à data, entre o poder local e o poder central ao nível estratégico, no que diz respeito tanto ao turismo como ao património, designadamente no caso do Campo de Concentração, pelo menos no que toca à realidade do município do Tarrafal. Isto também constitui um dos fatores que dificulta o desenvolvimento do turismo neste concelho.

Durante a realização desse trabalho deparamos com algumas limitações. Um dos grandes constrangimentos é o facto da recolha dos dados ter coincidido com a época de eleições autárquicas. Deparamos com uma reduzida disponibilidade dos representantes da Câmara Municipal e muitas pessoas recusaram o preenchimento dos questionários porque pensaram que se tratava de algum movimento partidário. Também muitos restaurantes e alojamentos turísticos preferiram preencher o questionário e entregar noutro dia, o que levou alguns a demorar vários dias a entregar os inquéritos. Além desses constrangimentos, houve muita dificuldade em conseguir documentos e dados sobre o turismo no Tarrafal.

Apesar das dificuldades e das limitações encontradas ao longo deste trabalho, pensamos que tanto a revisão da literatura feita como a metodologia utilizada e o trabalho de campo realizado, permitiram atingir os objetivos previstos.

Com esta dissertação espera-se conseguir dar um contributo para a valorização do património local, a melhoria da atividade turística e o desenvolvimento do Tarrafal. Além disso, visto que existem algumas dificuldades em obter análises estatísticas do turismo no Tarrafal, devido a uma lacuna detetada em termos de estudos neste setor realizados pela Câmara Municipal, espera-se que este estudo sirva de ajuda para futuros trabalhos.

Tendo em conta os resultados obtidos neste trabalho, entendeu-se que é de extrema importância apresentar algumas recomendações que certamente ajudarão a melhorar a atividade turística no Tarrafal, especialmente o turismo cultural:

- Tendo em conta a importância do trabalho em rede, entende-se que é necessário uma atuação coordenada entre as empresas do setor privado e os organismos públicos;

- Definir objetivos concretos e claros;
- Disponibilizar informações detalhadas sobre os programas, as atividades e as reservas dos hotéis no site da Camara Municipal;
- Envolver a população no planeamento e na gestão dos recursos turísticos e culturais;
- Criar mais incentivos aos privados;
- Apostar nos recursos próprios, endógenos, integrando as restantes atividades produtivas locais, diferenciando-se de outros destinos turísticos;
- Incentivar as atividades culturais;
- Investir nas infraestruturas de apoio ao turismo;
- Apostar na formação de profissionais nesta área;
- Sensibilizar tanto a população como os visitantes (através palestras, *workshops*, etc.) para as questões ligadas à preservação da cultura, do património e do meio ambiente;
- Melhorar a acessibilidade, a sinalização, o saneamento e o fornecimento de energia elétrica;
- Envolver os turistas nas atividades culturais, para que possam conviver com a sociedade;
- Realizar uma forte aposta no *marketing*, melhorando as estratégias de promoção e de divulgação das atividades e recursos culturais;
- A criação de atividades complementares nos alojamentos turísticos;
- É importante que os restaurantes desenvolvam iniciativas que envolvam a gastronomia local, divulgando as receitas tradicionais;
- Os restaurantes e alojamentos turísticos podem também proporcionar a venda de artigos artesanais produzidos pela população local;
- Criar e organizar percursos pedonais e de bicicleta;
- Adotar políticas que visem a preservação do ambiente, do património, a manutenção da identidade cultural, assim como garantir uma boa satisfação turística;
- É necessário fazer a revisão da estratégia de forma a diversificar a oferta e aumentar os dias de permanência dos turistas no Tarrafal.
- Incentivar e valorizar as associações culturais;

- Promover a valorização da tradição através da realização de festivais da música, de teatro, entre outros;
- Procurar oferecer aos turistas uma experiência única e diferenciada.

No antigo Campo de Concentração é necessário:

- Criar um percurso organizado de modo que o visitante possa compreender o conteúdo do espaço;
- Realizar atividades educativas;
- Realizar palestras nas escolas e noutros lugares;
- Abrir a biblioteca ao público visitante;
- Organizar exposições temporárias;
- Estabelecer parcerias com associações;
- Produção de materiais informativos e divulgativos em várias línguas;
- Instalação de alguns equipamentos, como por exemplo, aparelhos informáticos para projeção de documentários ou imagens digitalizadas;
- Organizar visitas guiadas;
- Sinalização nas principais vias de acesso, como local de interesse;
- Efetuar serviços de limpeza (é necessário também recipientes de recolha de lixo).

Importa salientar que para garantir uma boa oferta turística é indispensável que haja um conjunto de serviços e infraestruturas que ajudam a satisfazer a experiência turística. Portanto, para assegurar uma oferta de qualidade é necessário melhorar esses serviços.

Bibliografia

- Almeida, I. D. & Abranja, N. A. (2009). Turismo e Sustentabilidade. *COGITUR, Journal of Tourism Studies*.
- Andrade, J.V. (1997). *Turismo - fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática.
- Antunes, S. C. V. (2010). *Valoração condicional de bens de património cultural: o caso da Citania e do museu da cultura castreja de Briteiros Salvador*. Tese de mestrado em Economia Social, Universidade do Minho, Braga.
- Aragão, I. & Macedo, J. R. (2011). Turismo religioso, patrimônio e festa: Nosso Senhor dos Passos na cidade sergipana de São Cristóvão. *Caderno Virtual de Turismo*, 11 (3), 399-414.
- Araújo, A. L. M. M., Bahia, E. T. & Ferreira, W. R. (2011). Turismo rural na agricultura familiar: um estudo sobre as possibilidades e limitações no município de Alfredo Vasconcelos, MG. *Caderno Virtual de Turismo*, 11 (3), 370-383.
- Arévalo, M. C. M. (). *Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto*. Universidade Federal de Ouro Preto.
- Ávila, M. A., Gândara, J. M. G., Haro, M. G. & Haro, C. S. (2006). Oportunidades y propuestas para la diversificación de un tradicional destino de sol y playa a un destino de ocio activo: un análisis de la ciudad de Florianópolis- Brasil. IX Congreso de Turismo Universidad Empresa Castellón: Espanha.
- Badaró, R. A. L. (2002). *Direito do turismo: história e legislação no Brasil e no exterior*. 2ª ed. rev. São Paulo: Senac.
- Baptista, M. (2003). *Turismo: Gestão estratégica*. Lisboa: Verbo.
- Barquín, R. S., Ramírez, C. P., Campos, É. M. & Melgarejo, L. G. (2010). Turismo armónico como alternativa sustentable para una comunidad en el estado de México. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 19, 970-993.

- Barreto, M. (2000). *Turismo e Legado Cultural: as possibilidades de planeamento*. Papirus: São Paulo.
- Barreto, M. (2001). *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 11 ed. Papirus: São Paulo.
- Barreto, M. (2003). O imprescindível aporte das ciências sociais para o planeamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, 9 (20), 15-29.
- Barreto, M. (2007). *Cultura e Turismo: Discussões contemporâneas*. Papirus: São Paulo.
- Barros, J. M. V. (2007). *Impacte do Turismo no Desenvolvimento Socioeconómico: o caso da ilha do Sal*. Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo: Universidade de Aveiro.
- Barros, V. (2009). *Campos de Concentração em Cabo Verde*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Beni, M. C. (2006). *Política e Planeamento de Turismo no Brasil*. Editora Aleph.
- Berger, R. L. (1990). Nazi science: the Dachau hypothermia experiments. *Journal of Medicine*. 322 (20), 1435-1440.
- Besculides, A., Lee, M. & McCormick, P. (2002). Resident's perceptions of the cultural benefits of tourism. *Annals of Tourism Research*. Vol. 29, n.2, pp. 303-319.
- Biyouha, A. (2011). *Os Choques Culturais: Uma Questão de adaptação*. Biblioteca 24horas: São Paulo.
- Cabral, J. C. P. T. (2005). *O Papel do Turismo no Desenvolvimento de Cabo Verde Turismo e Combate à Pobreza: Nu djunta-mô*. Tese de mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade técnica de lisboa, Lisboa.
- Caixa Geral de Depósitos. (2007). *Cabo Verde: Dez ilhas, um país, cinco continentes*. Mediateca.

- Calixto, S. A. M. (2010). *Análise de Modelos de Desenvolvimento Turístico da Ilha de Santiago*. Tese de mestrado em Desenvolvimento Imobiliário, Universidade Técnica de Lisboa.
- Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago. (2009). *Trás di Munti: Guia interpretativo do lugar*. Oficinas do Convento: Cabo Verde.
- Câmara Municipal de Tarrafal de Santiago. (2011a). Relatório do plano diretor municipal- volume I- Caraterização e diagnóstico. *Estudos, Projectos, Consultoria e Prestação de Serviços, S.A.*
- Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago. (2011b). *Plano de atividades*. Município do Tarrafal: Cabo Verde.
- Câmara Municipal do Tarrafal. (s.d). MMAC-T: Mercado Municipal de Artesanato e Cultura do Tarrafal. Município do Tarrafal: Cabo Verde.
- Canclini, N. G. (1999). Los usos sociales del Patrimonio Cultural. *Patrimonio Etnológico. Nuevas perspectivas de estudio*, 16-33.
- Cardoso, R. C. (2005). *Dimensões sociais do turismo sustentável: Estudo sobre a contribuição dos resorts de praia para o desenvolvimento das comunidades Locais*. Tese de Doutoramento em Administração de Empresas: Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas.
- Cargnin, M. & Bezzi, M. L. (2009). O turismo na microrregião geográfica de restinga seca/rs: origens, evolução e a educação ambiental como forma de preservação das paisagens. *Geografia*, 18 (1), 95-115.
- Carmo, M. F. D. & Santos, L. (2009). *Turismo em Cabo Verde: um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social e Cultural: Universidade de Lisboa.
- Carvalho, A. M. D. (2010). *A Imagem de Cabo Verde como destino turístico no mercado do destino português*. Dissertação e Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo: Universidade de Aveiro.

- Carvalho, K. D. & Simões, M. L. N. (2011). Políticas públicas de preservación del patrimonio en São Luís do Maranhão: Turismo cultural y desafíos de la sustentabilidad urbana. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 20, 243-258.
- Cochicho, J. A. C. (2011). A contabilidade e a imortalidade no estado novo (anos 30 e 40). *Pecunia*, 13, 83-96.
- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (2000). Declaração do México: Conferência mundial sobre as políticas culturais. In: Cury, I. (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: IPHAN. pp. 271-280.
- Consejo Nacional para la Cultura y las Artes (2009). *Patrimonio Cultural Imaterial y Turismo: Salvaguardia y Oportunidades*. Coordinacion Nacional de Patrimonio Cultural y Turismo.
- Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, UNESCO, Outubro de 2005.
- Cooper, C. et al. (2001). *Turismo: princípios e práticas*. 3ª ed. Bookman Companhia Editora.
- Corazza, R. I. (s/d). *Pode o turismo ser sustentável? Definição, seleção, Desenvolvimento e utilização de indicadores de Sustentabilidade*.
- Cordeiro, I., Bento, E. & Britto, C. (2011). Turismo e desenvolvimento sustentável: considerações sobre o modelo de resorts no litoral nordeste do Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, 11 (1), 355-369.
- Costa, F. R. (2009). *Turismo e património cultural: interpretação e qualificação*. Senac: São Paulo.
- Couto, H. F. O. (2008). *Turismo e Política de Turismo no Concelho de Espinho*. Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo: Universidade de Aveiro.

- Cunha, S. K. & Cunha, J. C. (2005). Competitividade e Sustentabilidade de um Cluster de Turismo: uma Proposta de Modelo Sistemico de Medida do Impacto do Turismo no Desenvolvimento Local. *Revista administração contemporânea*, 9 (2), 63-79.
- Cunha, S. K. & Cunha, J. C. (2005). Tourism Cluster Competitiveness and Sustainability: Proposal for a Systemic Model to Measure the Impact of Tourism on Local Development. *Brazilian Administration Review*. 2(2), 47-62.
- Daun, M. C. F. & Santos, L. (2009). *Turismo em Cabo Verde: um estudo exploratório*. Mestrado em Antropologia Social e Cultural, Universidade de Lisboa.
- Durham, E. R. (1984). Texto II. In: Arantes, A. A. (Org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do património cultural*. São Paulo: Brasiliense.
- Faria, A. C., Cunha, I., & Felipe, Y. X. (2008). Manual prático para elaboração de monografias: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, 3ªed. Editora Vozes: Petrópolis.
- Farias, M. C. D. & Santos, L. (2009). *Turismo em Cabo Verde: um estudo exploratório*. Mestrado em Antropologia Social e Cultural: Universidade de Lisboa.
- Fernandes, H. J. M. L. (s.d.). *O património arqueológico no solo Urbano: caso Cidade Velha, Património da Humanidade*.
- Ferreira, F. C. (2010). *Introdução ao Turismo: Actores, Tendências, Avaliação, Imagem e Políticas de Tarifação*. Universidade da Madeira.
- Ferri, J. G. (2004). Turismo y patrimonio: Conflicto social y modelos de desarrollo urbano en valencia, Espanha. *Estudios y Perspectivas en Turismo*. 13, 69-88.
- Figueiredo, S. L., Nóbrega, W., Bahía, M. & Piani, A. (2012). Planificación y gestión de las visitas al patrimonio natural y cultural y a Los atractivos turísticos. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 21, 355 – 371.
- Filipe, C. S. M. (2009). *Andanças do turismo criativo*. Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo: Universidade de Aveiro.

- Forte, A. M. S. (2006). *Turismo cultural no Rio de Janeiro: um ponto de vista a partir do Theatro Municipal do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Historia Política e Bens Culturais: Fundação Getúlio Vargas.
- Gabriel, F. M. S. (2007). *O multiculturalismo na escola: O caso dos alunos da Etnia Cigana*. Dissertação de Mestrado em Rlações Interculturais: Universidade Aberta.
- Gallinaro, D. (S.d.). O papel do museu da resistência de chão bom no desenvolvimento turístico da vila do Tarrafal – Cabo Verde. *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*. Vol.3, pp. 114-123.
- García, J. L. G. (1998). De la cultura como patrimonio al patrimonio cultural. *Política y Sociedad*, 27, 9-20.
- Gastal, S. (2006). Tiempos post-modernos: Posibilidade para el turismo. *Estudios y perspectivas en turismo*. 15, 270-282.
- Gonçalves, A. R. (2003). A componente cultural do turismo Urbano como oferta complementar ao produto “sol e praia”: O caso de Faro e Silves. Lisboa: Gabinete de Estudos e Perspetiva Económica (GEPE) e Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo (IFT).
- Gonçalves, V. (2010). *Guia e roteiros turísticos do Tarrafal*. Município do Tarrafal: Cabo Verde.
- Goulart, M. & Santos, R. I. C. (1998). Uma Abordagem Histórico-Cultural do Turismo. *Turismo - Visão e Acção*. Vol.1, n.1, pp.19-29.
- Haguette, T. M. F. (1997). *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5^{ed}. Vozes: Petrópolis.
- Hall, C. M. (2001). *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.
- Henriques, E. B. (2003). *Cultura e Território, das Políticas às Intervenções*. Estudo Geográfico do Património Histórico-arquitectónico e da sua Salvaguarda. Tese de

Doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

Hilal, A. V. G. (2003). Dimensões e clusters de cultura organizacional de uma empresa Brasileira com atuação internacional. Mauad: Rio de Janeiro.

ICOMOS (1999). *Carta Internacional Sobre o Turismo Cultural*. Cidade do México.

ICOMOS (1999). Carta de Turismo Cultural. *Cadernos de Socio museologia*, 15, 181-185.

Ignarra, L. R. (2001). *Fundamentos do turismo*. Pioneira Thomson: São Paulo.

Ignarra, L. R. (2003). *Fundamentos do Turismo*. 2ª ed. São Paulo: Thomson.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2009). Estatísticas do Turismo – Movimentação de Hospedes.

Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde (2010). *Inquérito aos gastos e satisfação dos turistas, 2009*.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2011). *Estatística do Comercio Externo*. Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. (2011). *Cooperação Portuguesa: Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento*. IPAD: Portugal.

Joris, S. (2010). *Autonomia municipal e participação popular no processo de planeamento e gestão de turismo em cidades pequenas: um estudo de balneário barra do sul – sc*. Tese de mestrado em turismo e hotelaria, Universidade do Vale de Itajaí- UNIVALI.

Krebs, M. & Schmidt-Hebbel, K. (1999). Patrimonio cultural: aspectos económicos y políticas de protección. *Perspectivas en Política, Economía y Gestión*, 2 (2), 207-45.

- Leal, E. (1990). *Turismo e Desenvolvimento Regional*. Signo.
- Lima, P. A. M. (2010). Reconversão da penitenciária e a sua reinserção urbana: Museu da Resistência. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura: Universidade de Coimbra.
- Lima, L. H. A. (2008). *Áreas Protegidas e/ou Zonas de Desenvolvimento Turístico em Cabo Verde? O caso da Boa Vista*. Tese de Mestrado em Ciências das Zonas Costeiras: Universidade de Aveiro.
- Loulanski, T. & Loulanski, V. (2011). The sustainable integration of cultural heritage and tourism: a meta-study. *Journal of Sustainable Tourism*, 19 (7), 837-862.
- Maia, A. I. W. & Borges, M. P. (2006). Turismo em Cabo Verde: perspectivas de crescimento com o aeroporto internacional da praia, Ilha de Santiago. Caderno Virtual de Turismo. Vol.6, n.2, pp. 25-32.
- Marques, V., Ribeiro, J. C. & Vareiro, L. C. (2010). O turismo cultural urbano e o seu impacto na população residente: O caso de Guimarães. *I congresso internacional de turismo*.
- Martins, P. (1995). *Testemunho de um combatente*. 2ª ed revista. Centro Cultural Português.
- Marujo, M. N. & Carvalho, P. (2010). Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável. *Turismo & Sociedade*, 3 (2), 147-161.
- Mateus, D. C. (s.d.). *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961 – 1974)*. Terramar.
- Mendes, D. V. (2010). *Perspetivas e Alternativas para a Economia de Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Mendonça, M. C. A., Batalha, M. O. & Santos, A. C. (2003). A indústria do turismo: história, características e tendências. *Revista Eletrônica de Administração da UFLA*. 5 (1).

- Mesquita, A. S. C. (2011). *Turismo Cultural nas comunidades rurais: o caso de Macieira de Alcôba*. Dissertação de Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo: Universidade de Aveiro.
- Milani, C. R. S. & Droulers, M. (2002). Desenvolvimento Local e Turismo em Tarrafal (Cabo Verde). *UNESCO*.
- Ministério do Ambiente e Agricultura & Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica GEF/PNUD (2007). *Estudos sectoriais vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas em Cabo Verde*. Projeto NAPA.
- Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade. (2008). Master plan do turismo de Cabo Verde: Relatório final.
- Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade. (2009). Plano estratégico para o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde de 2010 a 2013.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (2011). *Cooperação Portuguesa: Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento*. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.
- Moniz, A. I. D. S. A. (2006). *A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: o caso dos açores*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais: Universidade dos Açores.
- Montejano, J. M. (2001). *Estrutura do mercado turístico*. 2.ed. São Paulo: Roca.
- Nascimento, J. O. R. (s.d.). *A Deportação de Presos Políticos para os Campos de Concentração de Cabo Verde*.
- Nascimento, L. (2008). *Investimento directo estrangeiro em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

- Neves, A. T. (2007). *Promoção turística: O impacto das parcerias entre agentes públicos e privados*. Tese de mestrado em gestão e desenvolvimento em turismo, Universidade de Aveiro.
- Nunes, I. M. (2009). *Turismo, Desenvolvimento e Dependência em Cabo Verde*. Relatório de estágio no âmbito do mestrado em Relações Internacionais, Universidade de Coimbra.
- Oliveira, M. B. (2008). A belle époque e o turismo cultural nos monumentos históricos do centro da cidade do Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo na Universidade Federal Fluminense.
- Orduna, G. & Urpí, C. (2010). Turismo cultural como experiência educativa de ócio. *Polis, Revista de la Universidad Bolivariana*. 9(26), 85-108.
- Organização Mundial do Turismo *et al.* (Orgs.). (2003). Turismo internacional: uma perspectiva global. Tradutor: Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Bookmann.
- Pereira, C. A. S. (1999). Políticas públicas no sector de turismo. *Turismo em Análise* (São Paulo). Vol. 10, n.2, pp. 7-21. Durham, E. R. (1984). Texto II. In: Arantes, A. A. (Org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do património cultural*. São Paulo: Brasiliense.
- Pereira, M. L. D. & Machado, L. A. V. P. (2008). As políticas públicas para preservação do património. *Fórum Patrimônio*, 2 (1), 9-40.
- Peres, A. N. & Lopes, M. S. (2009). *Animação turística*. APAP: Chaves.
- Pérez, X. P. (2009). Turismo Cultural. Uma visão antropológica. *PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*.
- Pimentel, A. (2001). O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de pesquisa*, 114, 179-195.
- Pires, E. C. R. (2004). *As Inter-relações Turismo, Meio Ambiente e Cultura*. Serie Estudos: Edição do Instituto Politécnico de Bragança.

- Polanco, V. M. D. (2009). Patrimonio urbano y turismo cultural en la ciudad de México: las chinampas de Xochimilco y el centro histórico. *Andamios*. 6 (12), 69-94.
- Queiroz, M. I. P. (1988). *Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”*. In: Von Simson, O. M. (org.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais. 5, 68-80.
- Quivy, R. Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva: Lisboa.
- Ramos, R. C. S. S. (2009). *Património e memória estudo de caso: a ilha de Santiago Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado em arte, património e teoria do restauro: Universidade de Lisboa.
- Reis, A. C. F. (2006). Diversidade cultural e biodiversidade patrimônios interdependentes e pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável. *Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura: Salvador-Bahia-Brasil*.
- Reis, V. M. V. (2010). *Desenvolvimento em Cabo Verde: as opções estratégicas e o investimento direto estrangeiro: contributo português*. Mimographus: Lisboa.
- República de Cabo Verde. (2004). *Documento de estratégia de crescimento e de redução da pobreza (DECRP)*. Ministério das Finanças e do Planeamento: Cabo Verde.
- República de Cabo Verde. (2011). *Relatório do Plano Director Municipal: Vol I, Caracterização e diagnóstico da República de Cabo Verde. Estudos, projectos, consultoria e prestação de serviços, S.A.: Cabo Verde*.
- República de Colômbia (2007). *Política de Turismo Cultural: identidade y desarrollo competitivo del patrimonio. Ministerio de Comercio, Industria y Turismo e Ministério de Cultura*.
- Ribeiro, F. & Proença, M. (Coord). Lobo, A., Marques, I., Pereira, M. A., Proença, M. & Claro, M. A. (2007). *Ambiente, Inovação e Competitividade da Economia*. Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.

- Ribeiro, J. C. & VAREIRO, L. C. (2007). Turismo e desenvolvimento regional: o espaço rural como destino turístico. *I congresso internacional, casa nobre um património para o futuro*.
- Richards, G. & Wilson, J. (2006). Developing Creativity in Tourist Experiences: A Solution to the Serial Reproduction of Culture? *Tourism Management*. 27, 1209-1223.
- Riganti, P. (2009). Cultural capital, local identities and ethnic diversity: a study of Amsterdam cultural tourism trends. *Proceedings of the Advances in Tourism Economics Conference*. Lisbon.
- Robalo, F. R. M. P. (1998). *Turismo no Espaço Rural: Impacto Socio- Económico no Desenvolvimento Local e Regional*. Dissertação de Mestrado em Estudos Económicos e Sociais. Universidade do Minho: Braga.
- Rocha, F. C. (2011). O campo de concentração do Tarrafal (1936-1954). *FSTIEP*.
- Rodrigues, J. C. (2005). *A Relação Pesquisa e Desenvolvimento Humano no Ensino Superior em Cabo Verde: As Contribuições das pesquisas dos Estudantes*. Dissertação de Doutoramento em Educação e Desenvolvimento Humano: Universidade de Santiago de Compostela.
- Rodrigues, M. (2002). Preservar e consumir: o património histórico e o turismo. In: Funari, P. P. & Pinsky, J. (Coord.). *Turismo e património cultural*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.
- Rojas, R. A. O. (2001). *El Cuestionario*; [online] [consultado a 09-04-2013].
- Santana, A. (1998). Patrimonio cultural y turismo: reflexiones y dudas de un anfitrión. *Revista Ciencia y Mar*, 6, 37-41.
- Santos, M. G. M. P. (2010). *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*. IPL e Edições Afrontamento.

- Segala, L. V. (2007). Centros urbanos: uma tendência nacional? *Revista Turismo: Matérias especiais*.
- Silva, A. (2010). Impacto do turismo sobre o património histórico-cultural de ouro preto e mariana.
- Silva, O. V. (2008). A evolução histórica do turismo: da antiguidade clássica a revolução industrial – século XVIII. *Revista Científica Eletrónica de Turismo*, 9.
- Silveira, C. B. M. (2010). Políticas Públicas de Turismo e Cultura: Análise dos Planos Nacionais. *VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*.
- Simão, J. M. C. F. N. (2008). *O sector público e o desenvolvimento turístico sustentável*. Tese de Doutoramento no Ramo de Gestão: Universidade Aberta.
- Sousa, C. J. dos S. (2004): António Maia: Percursos de uma História de Vida, Porto, Universidade Aberta.
- Sousa, G. V. (1998). Metodologia de investigação, Redação e Apresentação de Trabalhos Científicos. Editora Livraria Civilização: Porto.
- Stiglitz, J. E. (2003). *Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história*. Tradução: Sylvia M. S. C. dos Santos, Dante M. Aldrighi, José Francisco de L. Gonçalves, Roberto Mazzer Neto. São Paulo: Companhia das Letras.
- Talavera, A. S. (2003). Turismo Cultural, Culturas Turísticas. *Horizontes Antropológicos* (Porto Alegre). Vol.9, n. 20, pp. 31-57.
- Talavera, A. S. (2008). El Turismo Cultural: Un negocio responsable? *Estudios y Perspetivas en Turismo*, 17, 272-294.
- Torres, N. J. R. (2007). *Gestão do Património histórico e desenvolvimento urbano sustentável: Políticas públicas para o incremento do turismo em Curitiba*.

Dissertação de mestrado em Gestão Urbana: Universidade Católica do Paraná: Curitiba.

United Nations Environment Programme & World Tourism Organization (2005). *Making tourism more sustainable: A Guide for Policy Makers*. UNEP & WTO.

Vareiro, L. M. C. (2007). *Turismo como estratégia integradora dos recursos locais: o caso da NUT III Minho-Lima*. Tese de doutoramento em Ciências Económicas, Universidade do Minho.

Varela, S. P. R. (2007). *Educação e capital social para o desenvolvimento sustentável da comunidade piscatória em Cabo Verde*. Universidade de Santiago de Compostela, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

Veloso, A. L. (2009). *A influência da gestão de redes no desenvolvimento económico dos destinos*. Tese de Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Vicente, T. R. (2009). Políticas públicas de cultura e turismo- o entrelace das acções nos órgãos de fomento ao turismo de Pernambuco: Empetur e Emetur. *Revista de Cultura e Turismo*. Vol.3, n.1.

Wahab, S. & Pigram, J. J. (1997). *Tourism, Development and Growth : The Challenge of Sustainability*. Routledge: London.

Wahab, S. A. (1977). *Introdução á administração do turismo: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional, teoria e prática*. São Paulo: Pioneira.

World Tourism Organization. (1980). *Manila Declaration*. Madrid: Spain.

World Tourism Organization (2004). *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A Guidebook*. World Tourism Organization, Madrid: Spain

World Tourism Organization. (2004). *Tourism Market Trends 2003 Edition: World overview and tourism topics*. Madrid: Spain.

XXVII Symposium Internacional de Conservación del Patrimonio Monumental (2007).
Carta de Mexico-xochimilco "Políticas Públicas sobre Recuperación de Centros Históricos". México, Distrito Federal.

Anexos:

Anexo 1: Guião da entrevista ao responsável pelo setor da cultura

Apresentação do trabalho

- a) Quais são os objetivos definidos para o sector da cultura no concelho do Tarrafal?
- b) Acha que o Tarrafal tem potencial para desenvolver um do turismo sustentável
- c) O Turismo Cultural pode ser uma alternativa para o Tarrafal?
- d) Acha que o campo de concentração é um produto importante para o desenvolvimento do turismo?
- e) Qual a relação entre o campo de concentração com os demais produtos/recursos turísticos e culturais existentes no Tarrafal?
- f) Tendo em consideração os produtos turísticos existentes no Tarrafal, já pensou a autarquia apostar em outros produtos novos e diferentes?
- g) A autarquia tem alguma parceria ou cooperação com outras instituições ou empresas privadas?
- h) Existe alguma associação que sensibilize a população da importância desses produtos turístico-culturais?
- i) Como vê o interesse e a dinâmica da população no que se refere à conservação, proteção e promoção do património do concelho?
- j) Qual o impacto do turismo no Tarrafal e no campo de concentração?
- k) Pensa que o turismo pode contribuir para a conservação, preservação e valorização do património?
- l) Existe uma boa relação entre a política cultural e a política do turismo?
- m) Quais as maiores dificuldades e obstáculos neste sector?
- n) Que estratégias utilizam para a gestão e a promoção do campo de concentração?
- o) E para os outros produtos culturais do concelho?
- p) Existe algum projeto de investimentos para este sector?

Agradecimento

Anexo 2: Guião da entrevista ao responsável pelo turismo

Apresentação do trabalho

- a) Quais são os objetivos definidos para o sector do turismo no concelho do Tarrafal?
- b) Acha que o Tarrafal tem potencial para desenvolver um turismo sustentável?
- c) O Turismo Cultural pode ser uma alternativa para o Tarrafal?
- d) Acha que o campo de concentração é um produto importante para o desenvolvimento do turismo?
- e) Qual a relação entre o campo de concentração com os demais produtos/recursos turísticos e culturais existentes no Tarrafal?
- f) Tendo em consideração os produtos turísticos existentes no Tarrafal, já pensou a autarquia apostar em outros produtos novos e diferentes?
- g) A autarquia tem alguma parceria ou cooperação com outras instituições ou empresas privadas?
- h) Existe alguma associação que sensibilize a população da importância desses produtos turístico-culturais?
- i) Como vê o interesse e a dinâmica da população no que se refere à conservação, proteção e promoção do património do concelho?
- j) Qual o impacto do turismo no Tarrafal e no campo de concentração?
- k) Pensa que o turismo pode contribuir para a conservação, preservação e valorização do património?
- l) Existe uma boa relação entre a política cultural e a política do turismo?
- m) Quais as maiores dificuldades e obstáculos neste setor?
- n) Que estratégias utilizam para a promoção do campo de concentração?
- o) Que estratégias utilizam para a gestão e planeamento turístico?
- p) Existe algum projeto de investimentos para este sector?

Agradecimento

Anexo 3: Guião da entrevista ao coordenador do Campo de Concentração

Apresentação do trabalho

- a) Que entidade é responsável pela gestão do Campo de Concentração?
- b) Quais são os objetivos definidos para o campo de concentração?
- c) Que tipos de atividades desenvolvem ou promovem?
- d) Acha que o Tarrafal tem potencial para desenvolver um do turismo sustentável?
- e) O Turismo Cultural pode ser uma alternativa para o Tarrafal?
- f) Acha que o campo de concentração é um produto importante para o desenvolvimento do turismo?
- g) O Campo de Concentração é visto muitas vezes como a imagem do Tarrafal. Pensa que se pode partir deste lugar uma boa estratégia para o desenvolvimento do turismo neste concelho?
- h) Qual a relação entre o campo de concentração com os demais produtos/recursos turísticos e culturais existentes no Tarrafal?
- i) Existe alguma associação que sensibilize a população da importância do património?
- j) Como vê o interesse e a dinâmica da população no que se refere à conservação, proteção e promoção do património do concelho?
- k) Tem algum programa de ensino ligado às escolas
- l) Qual o impacto do turismo no campo de concentração?
- m) Qual é a sua opinião sobre a política cultural que existe atualmente no Tarrafal?
- n) Acha que a autarquia tem utilizado boas estratégias para a preservação, valorização e promoção da cultura?
- o) Quais as maiores dificuldades e obstáculos no Campo de Concentração?
- p) Que planos têm para o futuro do campo de concentração?

Agradecimento

Anexo 4: Questionário aos turistas



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Mestrado em Património e Turismo Cultural

Este questionário insere-se num trabalho de investigação desenvolvido no âmbito do Mestrado em Património e Turismo Cultural pela Universidade do Minho (Portugal).

A sua participação é completamente voluntária e confidencial, pelo que os dados serão utilizados apenas neste trabalho de investigação.

Por favor, peço que leia cuidadosamente as questões a seguir apresentadas e escolha a opção que mais se ajusta ao seu parecer e com maior rigor possível, porque a sua colaboração é muito importante para a qualidade final deste trabalho.

1. Sexo: M F

2. Nacionalidade: _____

3. Estado civil:

Solteiro	<input type="checkbox"/>
Casado	<input type="checkbox"/>
Divorciado	<input type="checkbox"/>
Viúvo	<input type="checkbox"/>

4. Idade: _____

5. Habilitações literárias:

Sem estudos	<input type="checkbox"/>
Ensino Primário	<input type="checkbox"/>
Ensino Secundário	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior	<input type="checkbox"/>

6. Preferência:

Sol e praia	<input type="checkbox"/>
Campo Concentração	<input type="checkbox"/>
Artesanato	<input type="checkbox"/>
Festas e romarias	<input type="checkbox"/>
Tradições	<input type="checkbox"/>
Gastronomia	<input type="checkbox"/>
Lendas	<input type="checkbox"/>
Musica	<input type="checkbox"/>
Dança	<input type="checkbox"/>

Outros: _____

7. Como viaja:

Sozinho	<input type="checkbox"/>
Acompanhado	<input type="checkbox"/>

8. Tempo de estadia no Tarrafal:

Até 2 dias	<input type="checkbox"/>
3 a 5 dias	<input type="checkbox"/>
6 a 7 dias	<input type="checkbox"/>
Mais de 7 dias	<input type="checkbox"/>

9. Meio de hospedagem:

Hotel	<input type="checkbox"/>
Pensão	<input type="checkbox"/>

Outro: _____

10. Grau de satisfação:

Muito satisfeito	<input type="checkbox"/>
Satisfeito	<input type="checkbox"/>
Razoável	<input type="checkbox"/>
Pouco satisfeito	<input type="checkbox"/>
Insatisfeito	<input type="checkbox"/>

Data: __/__/__

Muito Obrigado!

Anexo 5: Questionário aos residentes



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Mestrado em Património e Turismo Cultural

Este questionário insere-se num trabalho de investigação desenvolvido no âmbito do Mestrado em Património e Turismo Cultural pela Universidade do Minho (Portugal).

A sua participação é completamente voluntária e confidencial, pelo que os dados serão utilizados apenas neste projeto/trabalho de investigação.

Por favor, peço que leia cuidadosamente as questões a seguir apresentadas e escolha a opção que mais se ajusta ao seu parecer e com maior rigor possível, porque a sua colaboração é muito importante para a qualidade final deste trabalho.

Sexo: M F

Idade: _____

Estado Civil:

Solteiro

Casado

Divorciado

Viúvo

Habilitações literárias:

Sem estudos

Ensino Básico

Secundário

Superior

1. Acha que Tarrafal tem potencial para desenvolver o Turismo Cultural?

Muito Bom	<input type="checkbox"/>
Bom	<input type="checkbox"/>
Razoável	<input type="checkbox"/>
Pouco	<input type="checkbox"/>
Nada	<input type="checkbox"/>

2. Qual é o nível de incentivo da autarquia à população para participar no planeamento e na gestão dos produtos turísticos e culturais?

Muito Bom	<input type="checkbox"/>
Bom	<input type="checkbox"/>
Razoável	<input type="checkbox"/>
Pouco	<input type="checkbox"/>
Nada	<input type="checkbox"/>

3. O quanto a participação comunitária neste processo de planeamento e gestão pode melhorar o turismo cultural no Tarrafal?

Muito Bom	<input type="checkbox"/>
Bom	<input type="checkbox"/>
Razoável	<input type="checkbox"/>
Pouco	<input type="checkbox"/>
Nada	<input type="checkbox"/>

4. Qual é o grau de relacionamento entre os turistas e a população local?

Muito Bom	<input type="checkbox"/>
Bom	<input type="checkbox"/>
Razoável	<input type="checkbox"/>
Pouco	<input type="checkbox"/>
Nada	<input type="checkbox"/>

5. Qual é o teu nível de conhecimento sobre a história e a simbologia do campo de concentração?

Muito Bom	<input type="checkbox"/>
Bom	<input type="checkbox"/>
Razoável	<input type="checkbox"/>
Pouco	<input type="checkbox"/>
Nada	<input type="checkbox"/>

6. Já participou em alguma reunião, conferência ou workshop sobre a gestão do património no tarrafal?

Sempre	<input type="checkbox"/>
Muito	<input type="checkbox"/>

Razoável
Pouco
Nada

7. Já participou em alguma atividade no Campo de Concentração?

Sempre
Muito
Razoável
Pouco
Nada

8. Como avalia a importância do Campo de Concentração na dinamização do turismo no Tarrafal?

Muito Bom
Bom
Razoável
Pouco
Nada

9. O turismo trouxe impactos positivos?

Muito
Razoável
Pouco
Nenhum

10. O turismo trouxe impactos negativos?

Muito
Razoável
Pouco
Nenhum

11. Que tipo de informações tem para oferecer aos turistas?

História local
Artesanato
Festas e romarias
Tradições
Gastronomia
Lendas
Outras: _____

12. Como avalia o trabalho da autarquia na promoção:

Do turismo:

Muito Bom	<input type="checkbox"/>
Bom	<input type="checkbox"/>
Razoável	<input type="checkbox"/>
Pouco	<input type="checkbox"/>
Mau	<input type="checkbox"/>

Da cultura:

Muito Bom	<input type="checkbox"/>
Bom	<input type="checkbox"/>
Razoável	<input type="checkbox"/>
Pouco	<input type="checkbox"/>
Mau	<input type="checkbox"/>

Data: __/__/__

Muito Obrigado!

Anexo 6: Questionário aos alojamentos turísticos



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Mestrado em Património e Turismo Cultural

Este questionário insere-se num trabalho de investigação desenvolvido no âmbito do Mestrado em Património e Turismo Cultural pela Universidade do Minho (Portugal).

A sua participação é completamente voluntária e confidencial, pelo que os dados serão utilizados apenas neste projeto/trabalho de investigação.

Por favor, peço que leia cuidadosamente as questões a seguir apresentadas e escolha a opção que mais se ajusta ao seu parecer e com maior rigor possível, porque a sua colaboração é muito importante para a qualidade final deste trabalho.

1.Nome da empresa: _____

2.Tipologia:

Hotel

Pensão

Outro: _____

3. Tempo de funcionamento: _____

4.Capacidade:

Nº de quartos _____

Nº de camas _____

5.Recursos humanos:

Nº de trabalhadores _____

Sexo:

Masculino _____

Feminino _____

Idade:

Entre 18 a 24 anos _____

Entre 25 a 34 _____

Entre 35 a 45 _____

Mais do que 45 _____

Nível de ensino: Básico _____ Secundário _____ Superior _____

6.Oferta de serviços complementares:

Sala de leitura

Sala de jogos

Sala de ginástica

Piscina

Loja

Restaurante

Outros: _____

7.Costuma utilizar produtos locais no seu estabelecimento:

Sim

Não

8.Assinale X nos meses da maior procura pelos turistas:

Janeiro	<input type="checkbox"/>	Abril	<input type="checkbox"/>	Julho	<input type="checkbox"/>	Outubro	<input type="checkbox"/>
Fevereiro	<input type="checkbox"/>	Maio	<input type="checkbox"/>	Agosto	<input type="checkbox"/>	Novembro	<input type="checkbox"/>
Março	<input type="checkbox"/>	Junho	<input type="checkbox"/>	Setembro	<input type="checkbox"/>	Dezembro	<input type="checkbox"/>

11.Tem alguma cooperação com outras unidades do turismo da região:

Sim

Não

12. Como procura divulgar a empresa e os seus produtos/serviços:

Internet

Rádio

Televisão

Folhetos

Amigos

Nenhuma

Outras: _____

13. Na sua opinião, como tem sido o trabalho da autarquia na promoção:

Do turismo:

Muito Bom	<input type="checkbox"/>
Bom	<input type="checkbox"/>
Razoável	<input type="checkbox"/>
Pouco	<input type="checkbox"/>
Mau	<input type="checkbox"/>

Da cultura:

Muito Bom	<input type="checkbox"/>
Bom	<input type="checkbox"/>
Razoável	<input type="checkbox"/>
Pouco	<input type="checkbox"/>
Mau	<input type="checkbox"/>

14. Nível de satisfação:

Muito satisfeito	<input type="checkbox"/>
Satisfeito	<input type="checkbox"/>
Pouco satisfeito	<input type="checkbox"/>
Insatisfeito	<input type="checkbox"/>

Data: __/__/__

Muito Obrigado!

Anexo 7: Questionário aos restaurantes



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Mestrado em Património e Turismo Cultural

Este questionário insere-se num trabalho de investigação desenvolvido no âmbito do Mestrado em Património e Turismo Cultural pela Universidade do Minho (Portugal).

A sua participação é completamente voluntária e confidencial, pelo que os dados serão utilizados apenas neste projeto/trabalho de investigação.

Por favor, peço que leia cuidadosamente as questões a seguir apresentadas e escolha a opção que mais se ajusta ao seu parecer e com maior rigor possível, porque a sua colaboração é muito importante para a qualidade final deste trabalho.

1.Nome da empresa: _____

2.Proprietário:

Individual

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Grupo

3. Tempo de funcionamento: _____

4.Recursos humanos:

Nº de trabalhadores _____

Sexo:

Masculino _____

Feminino _____

Idade:

Entre 18 a 24 anos _____

Entre 25 a 34 _____

Entre 35 a 45 _____

Mais do que 45 _____

Nível de ensino: Básico_____ Secundário_____ Superior_____

5. Serve-se produtos locais no seu estabelecimento:

Sim
Não

6. Assinale com X os meses da maior procura pelos turistas:

Janeiro	<input type="checkbox"/>	Abril	<input type="checkbox"/>	Julho	<input type="checkbox"/>	Outubro	<input type="checkbox"/>
Fevereiro	<input type="checkbox"/>	Maio	<input type="checkbox"/>	Agosto	<input type="checkbox"/>	Novembro	<input type="checkbox"/>
Março	<input type="checkbox"/>	Junho	<input type="checkbox"/>	Setembro	<input type="checkbox"/>	Dezembro	<input type="checkbox"/>

8. Tem alguma cooperação com outras unidades do turismo da região:

Sim
Não

9. Como procura divulgar a empresa e os seus produtos/serviços:

Internet
Rádio
Televisão
Folhetos
Amigos
Nenhuma

Outros: _____

10. Na sua opinião, como tem sido o trabalho da autarquia na promoção:

Do turismo:

Muito Bom
Bom
Razoável
Pouco
Mau

Da cultura:

Muito Bom
Bom
Razoável
Pouco
Mau

11. Nível de satisfação:

Muito satisfeito	<input type="checkbox"/>
Satisfeito	<input type="checkbox"/>
Pouco satisfeito	<input type="checkbox"/>
Insatisfeito	<input type="checkbox"/>

Data: __/__/__

Muito Obrigado!